

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

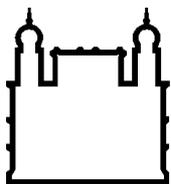


Relatório de pesquisa:
O trabalho e a saúde na música
popular brasileira.

Coordenadora:
Rita de Cássia Oliveira da Costa Mattos

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Processo n. E-26/110.552/2007



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Relatório de pesquisa:
O trabalho e a saúde na música
popular brasileira.

Relatório de pesquisa “O trabalho e a saúde na música popular brasileira” apoiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, Processo n. E-26/110.552/2007, Programa “Estímulo à Produção e Divulgação Científica e Tecnológica”

Rita de Cássia Oliveira da Costa Mattos (Coordenadora)
Eduardo Navarro Stotz
José Augusto Pina
Maria Vicencia Pugliesi
Mariza Gomes de Almeida
João Gabriel Oliveira da Costa Mattos

Agosto - 2009

Sumário

Introdução	04
Temas gerais	10
Processo de trabalho	11
Mulher e trabalho	33
Trabalho rural	48
Trabalho, profissão: a música popular brasileira	68
Saúde Pública	77
Glossário	94
Exército industrial de reserva	95
Intensidade do trabalho	100
Mais valia	104
Produtividade do trabalho	108
Prolongamento da jornada de trabalho	110
Dupla jornada de trabalho	114
Emancipação feminina – Dia internacional da mulher	116
Trabalho doméstico	118
Trabalho domiciliar	121
Agronegócio	123
Agrotóxico	127
Campesinato	134
Morte súbita no trabalho	139
Revolução verde	141
Trabalho escravo	149
Panorama do Brasil no século XX	153
Letras das músicas	160
Fotos e imagens	191
Apresentação	192
Fotografias	194
Anexo I - Parecer: CD-Rom Trabalho e saúde na música popular.	
Anexo II – Relatório: Orientações e levantamento dos direitos autorais e artísticos.	
Anexo III - Identificação dos editores e das gravadoras musicais segundo a música, compositor, interprete e a gravação (disco ou CD) selecionados.	
Anexo IV – CD-ROM (matriz) O Trabalho e a saúde na música popular brasileira.	

INTRODUÇÃO

A música, já o disse Mário de Andrade, é tão velha como o homem: os elementos formais que a caracterizam, o som e o ritmo, têm o tempo do ser humano. Um grande número de atividades humanas é acompanhado de música vocal, instrumental ou mista. Há cantos para ninar as crianças; com cantos se colhe algodão e quebram pedras para construções; com aboios se tange o gado. Com música selam-se os laços entre os homens e entre homens, deuses e mortos. Ela também traduz conflitos e instiga os homens às guerras. Algum tipo de produção sonora estruturada e concebida como diferente da fala parece ser universal nas sociedades humanas. Do mesmo modo, é freqüente a diversificação das formas musicais conforme as categorias sociais que as praticam ou ouvem. Assim, várias sociedades estabelecem a distinção entre música sacra e música profana. Algumas delas também separam a música cuja prática é restrita a alguns especialistas da música de todos, música das pessoas comuns. Foi assim na história do Ocidente onde, além de se manterem músicas religiosa e secular razoavelmente separadas, passou-se também a falar de música culta ou erudita – apoiada na escrita e transmitida nas escolas.

Foi em fins do século XVIII que os artistas e intelectuais das elites burguesas começaram a se interessar pelas cantigas populares. Elas testemunhavam um modo de vida que desaparecia com a industrialização e urbanização. Mobilizados pelos ideais românticos e, muitas vezes, nacionalistas, eles começaram a cultivar o gosto pela música popular e por tudo aquilo que, em meados do século XIX, veio a se chamar de folclore.

Com o avanço da urbanização e o advento de um mercado de música, tornou-se importante, para alguns autores, distinguir entre a música popular urbana, distribuída comercialmente, e a música popular rural, geralmente ligada aos circuitos de festas e aos calendários rituais. Esta sim, segundo eles, deveria ser chamada folclórica.

O diálogo entre essas formas de música – erudita, popular, folclórica – nunca deixou de ocorrer, mas pode ter sido mais estreito e intenso em determinados contextos históricos e políticos. É o caso do Brasil, onde os vínculos que ligam as diversões e celebrações da área rural à experiência dos trabalhadores urbanos não foram totalmente rompidos.

Como salienta Carlos Sandroni, música popular brasileira é uma invenção que demarca a música urbana da rural, sendo a primeira veiculada

por meio do rádio e da gravação em disco. A distinção foi consagrada por Oneyda Alvarenga no Congresso de Folclore realizado em 1954. A música rural ou folclórica é anônima e não-mediatizada, ao passo que a música popular é urbana, autoral e mediatizada (SANDRONI, 2004).

Para este CD ROM, privilegiamos o samba como expressão da música popular brasileira devido a sua influência nacional, mas incluímos também outros gêneros.

Com raízes africanas, o samba, tal como o conhecemos no Brasil a partir do início do século XX, assumiu várias formas, entre elas a do samba-de-roda, na Bahia, executado por um conjunto musical que toca viola, atabaque, berimbau, chocalho e pandeiro, acompanhado com palmas e cantos pelos dançarinos.

Na linha evolutiva que vai do batuque, passando pelo calango, lundu e o samba baiano, dentre outras formas musicais, é importante a nucleação, na região da cidade do Rio de Janeiro compreendida entre o Morro da Conceição e a Cidade Nova, denominada por Heitor dos Prazeres "A Pequena África", de um grupo de animadores do carnaval negro oriundos da Bahia, onde nasceriam os sambistas pioneiros (LOPES, 1992). Para Nei Lopes, o samba dos morros cariocas resulta dessas várias contribuições musicais e coreográficas, inclusive a música rural como é o caso do jongo.

Esses elementos que caracterizam o samba como uma música urbana são destacados na biografia de Agenor de Oliveira, o *Cartola* (1908-1980); de acordo com Marília L. Barboza da Silva e Arthur L. de Oliveira Filho, ele teria aprendido, no início da adolescência, o jongo e a batucada em rodas no Morro da Mangueira nas quais se cantavam e, nas batucadas, se improvisavam versos. Os autores observam que cada casa de santo tinha seu bloco carnavalesco. Durante o carnaval, os blocos disputavam entre si, iam às 'batalhas' dos bairros vizinhos, bons de briga e de samba (SILVA E OLIVEIRA, 1983). Mas no cotidiano, o samba era a expressão da "fluência das alegrias e amarguras" de músicos como Cartola, Nelson Cavaquinho, Carlos Cachaca e Guilherme de Brito, entre outros, nos bares de esquina, no meio de conversas, bebidas e brincadeiras (BORGES, 1982).

Contudo, como disse Noel Rosa em parceria com Vadico em "Feitio de oração" (1932), *o samba na realidade não vem do morro/ Nem lá da cidade/ [...] Nasce no coração*. Quer dizer, ultrapassou os limites do mundo dos trabalhadores – majoritariamente negros e mestiços - para conquistar as classes médias urbanas – majoritariamente brancas. Saído das mãos de Pixinguinha, João da Bahiana, Sinhô e Donga, das cercanias da Pequena

África e dos Morros de São Carlos, Mangueira e Salgueiro, o samba tomou um rumo diferente nas composições de um Noel Rosa.

Parece-nos importante retomar a preocupação, assinalada anteriormente por Carlos Sandroni, da importância da valorização dos compositores e intérpretes da música popular brasileira por meio do rádio e da gravação em disco. No Brasil, a era do rádio começa com Edgard Roquette-Pinto e Henry Morize que, em 20 de abril de 1923, fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mas a fase comercial se consolida apenas no final da década de 1920 e início dos anos 1930.

O acesso dos compositores e letristas a esta incipiente indústria cultural foi aberto por cantores de sucesso, como Francisco Alves. Foi ele quem propôs a Ismael Silva, notório sambista da região do Estácio, local considerado por muitos o berço do samba, gravar suas composições, aparecendo, entretanto, como autor das mesmas. Ismael aceitou, mas com a condição de inserir seu amigo e já parceiro Nilton Bastos. “O Que Será de Mim?” de Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves, lançada no ano de 1931, é o resultado dessa parceria. Nesta música, gravada pelo dueto Francisco Alves (conhecido como “Rei da Voz” ou Chico Viola) e Mário Reis, emerge o tema do trabalho vinculado ao da identificação do músico com o ‘malandro’.

Outro compositor famoso por escrever músicas exaltando a malandragem era Wilson Batista. Os versos de uma das mais conhecidas, “Lenço no pescoço” (1933), nos quais ele valoriza o modo de vida do malandro, desde as vestimentas, passando pelos trejeitos até suas ações, desencadeou uma polêmica musical com Noel Rosa que se estendeu durante um bom tempo e rendeu obras-primas do cancionero popular do Brasil.

Os sambistas se deram conta de sua identidade no cenário das mudanças nas quais estavam implicados. A polêmica sobre o malandro foi um modo de eles debaterem sua identidade numa sociedade cujo valor central passaria a ser o trabalho assalariado. Mas cada qual trouxe para o debate as singularidades de suas próprias trajetórias e, por meio delas, os traços de uma cultura de classe diferenciada. Na dialética entre malandro e trabalhador percebe-se o viés de classe que constitui uma das características do que se convencionou chamar de música popular brasileira. ^[1]

^[1] A sigla Música Popular Brasileira (MPB) aparece a partir do I Festival de Música Popular Brasileira, realizado pela TV Excelsior de São Paulo em 1965. A vitória de *Arrastão* de Vinicius de Moraes e Edu Lobo, interpretada por Elis Regina, expressa a confluência entre a bossa nova – em sua vertente original,

Por meio desse viés percebe-se também o caráter popular da temática abordada nas músicas: a partir de uma questão instigante, às vezes de um desafio, noutras um comentário, fala-se de diferentes aspectos da vida cotidiana das classes trabalhadoras. Música popular é, portanto, uma canção da vida em suas múltiplas dimensões.

O Projeto “O trabalho e a saúde na música popular brasileira”, aqui apresentado, incorpora algumas experiências pedagógicas desenvolvidas nas atividades de ensino e formação dos Cursos de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, destinados à formação de profissionais de saúde, em especial para o Sistema Único de Saúde – SUS e de pesquisadores em saúde pública.

Nossa intenção é a de nos re-apropriar do processo artístico nas músicas selecionadas, abordando-as tematicamente. Pretendemos apresentar uma possibilidade de ensino no campo da Saúde Pública / Saúde do Trabalhador que seja capaz de aprender e ensinar a desenvolver habilidades cognitivas e estéticas, a percepção, a imaginação, a criatividade e a representação (READ, 2001). Aspectos, segundo o autor, comuns à ciência e arte, formas de conhecimento distintas quanto ao método ou abordagem do real.

Ressalve-se logo: não propomos aqui o ensino da música, nem estudos poéticos e musicológicos. Igualmente, estamos de acordo com Noel Rosa e Vadico no clássico verso de “Feitio de oração”: *ninguém aprende samba no colégio* uma vez que ele nasce no coração. Porém algumas propostas de ensino indicam que na “escola” pode-se aprender com o samba. A música e, num sentido mais amplo, a arte têm sido meio para a discussão, reflexão e aprendizado em diversas áreas do conhecimento (ABUD, 2005; FONTERRADA, 2005; GOMBRICH, 1993; MORAES, 2000; MOREIRA, 2002; RODRIGUES, 2003). Aprender o quê? A desenvolver a

representada por Vinicius, e a renovada, por Edu Lobo, sob a influência dos temas e motivos da Cultura Popular de caráter nacionalista (Sergio Ricardo, João do Vale, Carlos Lyra, Rui Guerra e Oduvaldo Viana Filho) – e o samba tradicional (Cartola, Zé Kéti, Ismael Silva, Paulinho da Viola, Nelson Sargento). A MPB é o resultado difuso dessas confluências notáveis já em 1963, no movimento do Centro de Cultura Popular da União Nacional de Estudantes (a música “A canção do Subdesenvolvido”, de Carlos Lyra e Chico de Assis tornou-se o “hino” da UNE) e em 1964, no Show Opinião, realizado em parceria com o Teatro de Arena de São Paulo (texto de Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Armando Costa; direção geral do espetáculo de Augusto Boal; direção musical, de Dori Caymmi; apresentação de Nara Leão, João do Vale e Zé Kéti). A MPB ficou publicamente marcada na recusa aos compositores e cantores da Jovem Guarda que com o seu iê-iê-iê, era tida como anti-nacionalista. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002; MELLO, 1998; OLIVEIRA, 2008; SANDRONI, 2004; TINHORÃO, 1997).

sensibilidade característica da música popular brasileira: a observação crítica do mundo social.

Na música popular brasileira, particularmente no samba como gênero musical de expressão nacional, a realidade social dos trabalhadores aparece pensada e construída pelos compositores e letristas de um modo peculiar. Trata-se, como afirma Kátia Maria Abud, de representações sociais da vida cotidiana, nas quais a experiência, explorada por meio da ironia e da paródia por um Noel Rosa, por exemplo, na famosa música "Três apitos", produzem um distanciamento propiciador da reflexão (ABUD, 2005). O músico procura desenvolver a sensibilidade do ouvinte seja nos versos alusivos à sua experiência, seja por meio do ritmo, da melodia ou de outras dimensões musicais (BICCA JR., 2001).

Tal é o pressuposto cultural de Vincent Lanier, para quem se devia criticar a visão restritiva de arte, carregada do elitismo artístico que coloca em dúvida o mérito artístico de qualquer coisa apreciada pelas massas da humanidade e propõe a difusão de valores do discernimento estético a mais ampla possível (LANIER, 1997). Pressuposto que procuramos assumir neste Projeto.

Com a criação de um CD-ROM interativo, buscamos especificamente identificar e analisar alguns temas relativos ao trabalho e a saúde em letras e trechos de canções da música popular brasileira, em especial o samba e algumas canções chamadas de regionais (moda de viola, baião, etc.).

Iniciamos com uma ampla pesquisa de músicas que trazem referência ao trabalho e a saúde e, dentre elas, escolhemos algumas, para construir um universo de cerca de quarenta composições. Tematizamos estas composições conforme os sentidos mais gerais das letras. Elegemos os seguintes temas gerais: Processo de Trabalho; Trabalho Rural; Mulher e Trabalho; Trabalho, Profissão: a música popular brasileira; Saúde Pública. Em cada música – a exemplo de "Três apitos", "A vacina obrigatória", "Construção", "Menino das laranjas", "O Rancho da goiabada", "Samarica parteira", "Boiada cuiabana" – identificamos categorias que, nas respectivas letras, expressassem versões acerca dos temas Trabalho e Saúde. Estas categorias foram agrupadas nos temas gerais eleitos, tomadas como ponto de partida para a realização do tratamento científico de cada um deles (temas gerais) apoiados na literatura existente na Saúde Pública / Saúde do Trabalhador e na história social da música popular brasileira. Adicionamos a cada um dos temas gerais fotos e imagens, e, em alguns, um pequeno glossário. O design e organização das músicas e conteúdos no CD-ROM

interativo disponibilizam múltiplas opções de consulta a qualquer momento de sua navegação.

Com o desenvolvimento do projeto, percebemos que trabalho e saúde têm significativa presença na música popular brasileira, afirmando-se tanto na dimensão da alegria quanto da tristeza, da festa e/ou da crítica, e indicam o trabalho como um dos determinantes da saúde.

É necessário sublinhar o caráter polissêmico das músicas, sujeitas a múltiplas interpretações que, além do mais, constituem objeto da escuta de diferentes públicos, aumentando a variedade de significados nos contextos de recepção ao longo do tempo.

O projeto resultou na valorização e incorporação da música popular brasileira, do samba e outros gêneros musicais brasileiros na produção de conhecimentos científicos e no desenvolvimento de metodologia de ensino no âmbito da Saúde Pública que incorpore a interface entre ciência, arte e educação dirigida à formação de profissionais em saúde.

Certamente o CD-ROM pode (e esperamos venha a) ser usado para instigar a exploração das possibilidades da música popular brasileira como uma forma de entender a relação trabalho-saúde. Nosso interesse maior é, portanto, suscitar o interesse pela investigação e estudo, por professores e alunos dos cursos em Saúde Pública / Saúde do Trabalhador organizados por todo o país, do verdadeiro manancial da música popular brasileira em sua pluralidade de expressões.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2009.

Rita de Cássia Oliveira da Costa Mattos (coordenadora)

Eduardo Navarro Stotz

José Augusto Pina

Maria Vicencia Pugliesi

Mariza Gomes de Almeida

João Gabriel Oliveira da Costa Mattos

Temas gerais

Processo de trabalho

O tema Processo de trabalho será discutido tendo como referência uma seleção de oito músicas que destacam algumas de suas características no capitalismo e na formação econômica social brasileira, bem como sua inter-relação com a saúde.

Trazemos de início “Três apitos” (1933), de Noel Rosa, compositor que em seus sambas realizou verdadeiras crônicas da vida urbana do Rio de Janeiro, com uma refinada capacidade de captar as transformações sociais operadas no seu tempo.

Uma dessas transformações, a tendência à industrialização, é expressa em “Três apitos” pela presença da fábrica no centro da organização social, considerada de forma integrada, tanto no âmbito estrito da produção como pelas demais relações constituídas na sociedade. A fábrica aparece como organizadora da vida, o apito de sua chaminé de barro exige a presença, urgente, da operária para o trabalho.

*Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
(...)
Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Por que não atende ao grito tão aflito
Da buzina do meu carro?*

O apito da fábrica manifesta, portanto, uma forma de disciplina do trabalho, uma disciplina do tempo, do tempo de trabalho no capitalismo. Aqui, tempo de trabalho não é um tempo natural, condicionado pelas estações do ano (verão, inverno) ou pelo período do dia (diurno, noturno), mas um tempo social [2], tempo de trabalho com base nas relações sociais

[2] “O tempo social no capitalismo é um tempo que, segundo a leitura de Daniel Bensaid de *O Capital*, de Marx, conjuga regularidade e novidade. E essa conjugação traz à mente a unidade contraditória entre irreversibilidade e ciclo. Tempo apreensível através das categorias que reproduzem, no plano do pensamento, o movimento do capital, tempo de trabalho e tempo de circulação, unidade sempre fluida que se manifesta e recomeça interminavelmente, sem nunca retornar às condições iniciais, na acumulação ou reprodução ampliada, processo sob risco permanente de crise, círculo de círculos que implica ciclos, ondas e períodos, o tempo social, no capitalismo, é uma relação social ‘em movimento’. Esse tempo a fluir sob o despotismo do capital precisa submeter o que não se lhe reduz: o tempo de reprodução dos trabalhadores e dos não trabalhadores, o tempo de organização

de produção capitalistas. O tempo de trabalho ou a jornada de trabalho (os dois termos são tratados como equivalentes) deve ser entendido em suas distintas dimensões, consideradas simultaneamente: primeiro, por sua extensão, expressa em sua duração, na quantidade de tempo diária, semanal, mensal ou mesmo anual; segundo, por sua distribuição, designa em que momento (quando, em que horário) o trabalho é executado no período (duração) considerado (exemplos: o trabalho em turnos, a compensação de horas); terceiro por sua densidade ou por sua intensidade do trabalho, grau de dispêndio de trabalho realizado em um período de tempo determinado, ou seja, o esforço físico e mental gasto por cada "átomo" de tempo da duração da jornada; quarto, por sua divisão em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente.

O clamor insistente do apito da *fábrica* tem a função de chamar a operária ao trabalho [3], dispor de seu tempo, como se queixa Noel, um tempo que ela (sua amada) não pode dedicar a ele. Por isso, o apito *vem ferir*, agredir, irritar Noel. Em especial, os versos a seguir, permitem associar o *reclame* disseminado pelo apito da fábrica ao assobio emitido por caçadores para atrair sua presa [4].

*Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você*

mais amplo da sociedade, a pulsar em outro ritmo e em outra temporalidade" (STOTZ, 2008, p. 29-30).

[3] Na verdade, o apito não era nem da Hachiya, nem da América Fabril, mas sim da fábrica Confiança que ficava perto da casa de Noel Rosa, em Vila Isabel. "Mas, e quanto aos tais três apitos? O maestro Homero Dornellas [...] contou que, ao invés de três, a fábrica apitava nove vezes ao dia. Carlos Didier e João Máximo explicam: certamente que o título se refere aos que a Confiança soava pela manhã. O primeiro, às quinze para as seis, para acordar os operários da redondeza. O segundo, às sete, o mais longo, que marcava a hora da entrada. E o terceiro às quinze para as oito, para os retardatários..." (XAVIER, 2004).

[4] Noel usou o termo *reclame*. Conforme o dicionário Aurélio, o sentido para reclame (do francês *réclame*), de maior uso no Brasil, é relativo à publicidade: "Todo apelo à publicidade por anúncio, prospecto, etc.: propaganda, chamariz". Outro significado apontado é de: "instrumento que o caçador usa para imitar o canto das aves que deseja atrair, pio". FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Noel elegantemente chama sua amada de *artigo*, ou seja, observa sua conversão em *artigo*. Na relação social de produção capitalista, os operários estão subsumidos ao capital como mercadoria, uma mercadoria (artigo) especial, a força de trabalho. Os salários pagos a parcelas consideráveis da classe operária, principalmente mulheres, muitas vezes, estão abaixo do valor necessário para sua reprodução. Os baixos salários constroem os trabalhadores ao prolongamento da jornada de trabalho via realização de grande número de horas extras, umas das bases de sustentação dos altos índices de crescimento econômico do Brasil a partir de 1930.

Como podemos perceber nos versos a seguir, no processo de trabalho imediato, o trabalhador atua sob controle do gerente.

*Nos meus olhos você vê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você*

O capitalista zela pela organização da produção e do trabalho. Este delega a “uma espécie particular de assalariados” (MARX, 1984a, p. 264), a “gerência”, o exercício das funções de supervisão e organização do trabalho. A necessidade de uma “gerência” decorre da natureza específica do processo de trabalho no capitalismo: processo de produção de valor de uso, simultaneamente, determinado pelo processo de produção de mais valia (MARX, 1984a; 1984b). Ao falar em mais valia nos referimos à forma social específica de um determinado processo social, fundado na exploração do trabalhador na própria produção, ou seja, pelo constrangimento sobre o trabalhador no próprio processo de trabalho imediato ao incorporar diretamente a força de trabalho (*artigo*) como uma mercadoria e consumi-la no processo de produção.

O exercício das funções de gerência e supervisão decorre, portanto, da natureza antagônica entre capital e trabalho. Como diz Marx (1984a, p. 263): “a direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionado pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração”.

A exigência das tarefas de supervisão exercida pela gerência (e seus diferentes níveis hierárquicos) expressa, portanto, a pressão do capital para vencer a resistência dos trabalhadores.

Uma dimensão da divisão social do trabalho também é revelada em “Três apitos”: a operária que *faz pano* e o poeta que *faz versos junto do piano* [5] permitem-nos trazer à baila uma importante característica - a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

*Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Estes versos prá você*

As forças intelectuais estão incorporadas no processo de produção, seja nas máquinas, nas tecnologias, seja no desenvolvimento da matéria-prima e nas matérias auxiliares (energia, combustíveis), ou mesmo na organização do trabalho, e todas se encontram separadas do produtor direto, o operário ou proletário, em sentido mais amplo. Estas forças intelectuais do processo de produção foram convertidas em poderes e domínio do capital sobre o trabalho e, como capital, se confrontam com o trabalhador durante o processo de trabalho.

Se o tempo de trabalho deve ser considerado por sua extensão, distribuição, intensidade e divisão, ele também é para o trabalhador uma vivência diária, uma vivência do tempo em suas diversas dimensões. É o que podemos ouvir no samba “Dias de Santos e Silvas”, de Gonzaguinha, de 1977, o percurso de um dia inteiro de trabalho dos que *batalham* pelo leite e o pão e atravessam os distintos períodos do dia: manhã, tarde e noite.

[5] Em “Três apitos”, Noel equivocou-se: Fina (Josefina), namorada de Noel, musa inspiradora da canção, não fazia pano. Na realidade, ela trabalhava na fábrica de Botões Hachiya, na Rua Barão de Mesquita, no Andaraí, bairro da cidade do Rio de Janeiro, e sua irmã Noêmia, a Bazinha, esta sim, era quem trabalhava na fábrica de tecidos América Fabril - então, uma das mais importantes indústrias da antiga Capital Federal -, situada na mesma rua. Trabalhar como operária constituía, na época, constrangimento para muitas jovens, e escondiam o fato de seus pretendentes. Conforme indica Marcelo Xavier, um dia, Noel encontrou Fina caminhando depressa na hora do almoço com uma marmita debaixo do braço, próxima à entrada da América Fabril. Sem saber que Fina levava a marmita para Bazinha, sua irmã, Noel concluiu que sua amada trabalhava na fábrica de tecidos. Em relação ao piano, como observa Marcelo Xavier (2004), trata-se de “mais uma licença poética de Noel, que como ‘pianeiro’, era um grande violonista”. Um fato intrigante sobre “Três Apitos” é que Noel resolveu pôr defeitos na música. Por isso, “Três Apitos” permaneceu inédita por muitos anos. Foi gravada, em 1936, em acetato por Orlando Silva (descoberta catalogada na coletânea *Noel Rosa — O Poeta da Vila*, da gravadora Revivendo), mas com versos a menos. A primeira gravação “oficial” somente ocorreu em 1951, na voz de Aracy de Almeida. (XAVIER, 2004).

Neste percurso, ou seja, na jornada de trabalho, estão presentes diferentes cargas de trabalho, como podemos perceber nos versos a seguir:

*Levanto, engulo o meu café
Corro e tomo a condução
Que, como sempre, vem cheia,
Anda, para e me chateia*

*Está quente pra chuchu,
Meu calo dói,
A certeza já me rói,
Levo bronca do patrão*

Desde cargas físicas (temperatura, *está quente*) até cargas psíquicas (*Levo bronca*), diferentes cargas de trabalho (LAURELL; NORIEGA, 1989) que não podem ser consideradas isoladamente, mas na interação que estabelecem entre si. Interação entre diferentes cargas provenientes do trabalho realizado em um ambiente de trabalho, seja este a fábrica ou a rua – a rua como local de trabalho.

*Nas ruas, ao sol, fervilha gente
Batalham, como eu, o leite e o pão*

Não apenas das cargas existentes no local de trabalho, mas também daquelas provenientes dos deslocamentos residência – trabalho – residência, conforme destacado nos versos acima: *Corro e tomo a condução/ Que, como sempre, vem cheia/ Anda, para e me chateia*, em que cargas físicas e psíquicas aparecem em interação.

As cargas de trabalho são elementos que sintetizam a mediação entre o processo de trabalho e os possíveis processos de desgaste (LAURELL; NORIEGA, 1989), este entendido como as transformações negativas, corpóreas e psíquicas, nos trabalhadores, conforme expressa a canção de Gonzaguinha.

*A noite desceu sobre a cidade
Nas filas, calor suor cansaço
Meu corpo está que é só bagaço
E se está de pé é de teimoso*

O desgaste, enquanto processo dinâmico, pode ou não expressar-se em uma doença. É processo não necessariamente irreversível que aparece nos indivíduos enquanto expressão da coletividade, isto é, como

manifestação de desgaste em determinado coletivo de trabalhadores. O verso *Nas filas, calor suor cansaço* sugere o desgaste vivenciado coletivamente pelos trabalhadores, enquanto *Meu corpo está que é só bagaço* apresenta a forma como esse desgaste aparece no indivíduo. Além de trazer essas duas dimensões, a canção permite ilustrar sua unidade, ou seja, como estão relacionados os processos saúde-doença coletivo e individual. Conforme Laurell (1983, p. 153): “o processo saúde-doença coletiva determina as características básicas sobre as quais assenta-se a variação biológica individual”.

O processo de trabalho / processo de produção capitalista aparece na determinação dos agravos à saúde dos trabalhadores, manifesto como sofrimento, dano, exigências, cargas, desgaste, doenças, acidentes.

Historicamente, tem sido prática recorrente imputar a culpa dos acidentes de trabalho (e doenças) aos próprios trabalhadores acidentados atribuindo-lhes a ignorância, a negligência ou o “ato inseguro” (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004).

Os “acidentes” de trabalho não são eventos fortuitos, mas processos socialmente determinados. “Construção”, música de Chico Buarque, de 1971, suscita essa reflexão, inclusive pela presença da ambigüidade de sentidos: foi suicídio ou acidente a morte do operário da construção civil atrapalhando o tráfego, o público, o sábado?

*Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido
Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima
Sentou prá descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um naufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego...*

*Amou daquela vez como se fosse o último
Beijou sua mulher como se fosse a única
E cada filho seu como se fosse o pródigo
E atravessou a rua com seu passo bêbado
Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego
Sentou prá descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo
E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio náufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público...*

*Amou daquela vez como se fosse máquina
Beijou sua mulher como se fosse lógico
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas
Sentou prá descansar como se fosse um pássaro
E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contra-mão atrapalhando o sábado...*

Gravada no momento de apogeu do "milagre brasileiro", "Construção" de Chico Buarque lança luz sobre a situação desumanizada de operários da construção, em seus movimentos monótonos, mecânicos e de afetividade reprimida.

Marcos Napolitano (2003) analisou a relação entre ser social e tempo histórico nas canções de Chico Buarque. Para o autor, em "Construção" a morte, interrompe um cotidiano de não-tempo (um tempo homogêneo, eterno vazio, sem qualidade e utopia) vivido pelo operário da construção. Por um lado, esse não-tempo (Subiu a construção/ Como se fosse máquina), um eterno vazio, a morte. Por outro, alguns pequenos (ou grandes e até sublimes) momentos de tempo (sentou prá descansar) em que existe acontecimento, vida. O mesmo momento é descrito por Robert Linhart no livro *Greve na Fábrica* como grito silencioso dos operários: "eu não sou máquina" (LINHART, 1978, p. 15). Em "Construção" como em

Greve na Fábrica, o não-tempo e o tempo encerram uma verdadeira guerra entre a vida e a morte no cotidiano dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores brasileiros contra os baixos salários, as longas e extenuantes jornadas, as péssimas condições de trabalho e contra os “acidentes” de trabalho consta da pauta das primeiras organizações operárias e sindicais no início do século XX [6]. Desde então, entre os trabalhadores, estão presentes preocupações preventivas em relação aos acidentes de trabalho, encarados não apenas como fato a ser reparado e indenizado [7]. Como podemos constatar na afirmação de um trabalhador por ocasião de um dos Congressos operários realizado nos primeiros anos do século XX:

“antes de pedir indenizações pelos acidentes de trabalho seria preciso evitar que os mesmos acidentes se dessem. Muitos dos acidentes poderiam ser evitados... Devemos fazer o possível para acabar com esse sistema criminoso que põe os operários na crítica situação de trabalhar em condições que não garantam a sua vida. A nossa vida não se paga com algumas dezenas de contos” (PINHEIRO; HALL, 1981, apud ROCHA; NUNES, 1994, p. 91).

Nos anos 1970, o não-tempo nos processos de trabalho desencadeia uma verdadeira “epidemia” de acidentes de trabalho no país. Na primeira metade da década de 1970, o número absoluto dos acidentes de trabalho registrados aumentou continuamente a cada ano: de 1.059.286 acidentes, em 1969, para atingir 1.916.187, em 1975. A partir de então se assiste uma acentuada queda conforme mostra a tabela 1.

[6] Ver o excelente filme documentário, “Os Libertários”, de 1975, dirigido por Lauro Escorel Filho. O documentário mostra a origem do movimento operário em São Paulo no início do século 20. Retrata a industrialização de São Paulo, o surgimento do movimento anarquista, as lutas operárias e as condições de vida dos trabalhadores. As imagens são de fotografias e trechos de filmes de época.

[7] No Brasil, a primeira lei de proteção aos acidentes e doenças do trabalho acontece por meio do Decreto Legislativo nº 3724, de 15 de janeiro de 1919. Contudo, sua abrangência era bastante reduzida. Previa a indenização das doenças características de certas funções, as chamadas doenças profissionais típicas ou idiopatias, excluindo as doenças relacionadas ao trabalho, as chamadas doenças profissionais atípicas ou mesopatias (RIBEIRO; LACAZ, 1984, p. 69-70).

Tabela 1
Quantidade de acidentes do trabalho registrados, por motivo –
1969-1980

Ano	Acidente típico	Acidente de trajeto	Doença do trabalho	Total
1969	-	-	-	1.059.296
1970	-	-	-	1.220.111
1971	1.306.335	18.136	4.050	1.330.523
1972	1.479.316	23.016	2.389	1.504.723
1973	1.602.517	28.395	1.784	1.632.697
1974	1.756.649	36.273	1.839	1.796.761
1975	1.869.689	44.307	2.191	1.916.187
1976	1.692.833	48.394	2.598	1.743.825
1977	1.562.957	48.780	3.013	1.614.750
1978	1.497.934	48.551	5.016	1.551.501
1979	1.388.527	52.279	3.823	1.444.627
1980	1.404.531	55.967	3.713	1.464.211

Fonte: Dados de 1969 e 1970 (MENDES, 1988).

Dados de 1971 a 1980 (RIBEIRO, 1999).

As razões da diminuição do número de acidentes estão nas alterações introduzidas na legislação previdenciária, a partir de 1975. Uma das medidas, estabelecidas pelo então Instituto Nacional de Previdência Social – INPS foi permitir, por meio dos convênios com as empresas, que estas assumissem, além da assistência médica aos trabalhadores acidentados, os pagamentos de indenizações por acidentes, a realização de perícia médica e a concessão de licença por problemas de saúde, encargos até então de responsabilidade direta da Previdência Social.

Outra medida instituída por meio da Lei 6.387 de 19 de outubro de 1976 foi a de transferir às empresas o pagamento da remuneração integral aos trabalhadores dos 15 (quinze) dias seguintes à ocorrência do acidente. A Previdência Social passou a arcar com o pagamento do benefício por incapacidade do trabalhador, somente a partir do 16º (décimo sexto) dia do afastamento do trabalho.

Ambas as medidas ampliaram a transferência para o âmbito das empresas de ações relativas aos agravos à saúde dos trabalhadores decorrentes do processo de trabalho. Em relação aos acidentes de trabalho reforçaram o interesse e as condições para a empresa ocultar, deixar de comunicar a Previdência Social um grande número de acidentes, ampliando o sub-registro dos acidentes. Apesar da diminuição do número de

notificações de acidentes de trabalho, a letalidade aumentou: de 0,18%, em 1970, para 1,07%, em 1999, e declinou para 0,70% em 2003 (SANTANA; NOBRE; WALDVOGEL, 2005).

Além do tempo de trabalho, da organização do trabalho, do ritmo, da intensidade, como assinalamos anteriormente, também a assistência à saúde é um importante foco de controle sobre a força de trabalho. Entre os principais motivos para a assistência médica nos locais de trabalho, conjugada ou não com convênios de planos de saúde, estão: a redução do absenteísmo, seletividade na contratação e demissão dos trabalhadores, o retorno mais rápido ou a fixação do trabalhador no processo de trabalho, uma maior dependência do trabalhador e de sua família em relação à empresa e as funções político-ideológicas de identificação do trabalhador com a empresa.

Os elevados números, todavia, não refletem a realidade, que é ainda mais grave. Estudo epidemiológico de amostragem domiciliar realizado por Binder e Cordeiro (2003), na cidade de Botucatu, estado de São Paulo, mostrou que apenas 22,4% dos acidentes de trabalho ocorridos na população, em 1997, foram registrados pela Previdência Social.

A ausência de notificação é ainda maior para as doenças relacionadas ao trabalho. Estimativa da Organização Mundial de Saúde - OMS aponta que na América Latina apenas de 1% a 4% das doenças do trabalho são notificadas.

Em relação aos acidentes de trabalho notificados no Brasil, a partir dos dados da Previdência Social, como mostra a Tabela 2, constata-se um aumento do peso relativo dos registros por doenças do trabalho entre 1980 e 2006. Uma das razões para esse fato está relacionada ao avanço da luta dos trabalhadores pelo direito à saúde e à previdência social, bem como a ação de profissionais de saúde nos Programas de Saúde do Trabalhador - PST, criados nos anos 1980, em diversas instâncias do setor público de saúde e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, nos anos 1990, que colaboraram com o melhor diagnóstico dessas doenças. Os CERESTs, atualmente, compõem a Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador – RENAST.

Tabela 2
Quantidade de acidentes do trabalho registrados, por motivo –
Anos selecionados 1980 - 2006 (em %)

Ano	Acidente típico	Acidente de trajeto	Doença do trabalho
1980	96,0	3,8	0,2
1990	91,1	8,1	0,8
2000	83,8	10,8	5,4
2001	83,2	11,4	5,4
2002	82,4	11,9	5,7
2003	81,6	12,4	6,0
2004	80,6	12,9	6,5
2005	79,8	13,6	6,6
2006	79,5	14,6	5,9

Elaboração própria.

Fonte: Dados de 1980 e 1990 (RIBEIRO, 1999).

Dados de 2000 a 2006 - Anuário Estatístico da Previdência Social 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007 [8].

No mesmo período, também se verifica o crescimento da participação dos acidentes de trajeto. Tal fato expressa uma significativa interação entre violência urbana e o deslocamento dos trabalhadores. A relação entre acidente de trabalho fatal, violência e homicídios nas grandes cidades brasileiras tem sido constatada por alguns estudos (LUCCA; MENDES, 1993). Nesse sentido, podemos apontar as seguintes tendências no perfil dos acidentes de trabalho acentuadas com as transformações na produção e nos processos de trabalho, a partir dos anos 1990 (WÜNSCH FILHO, 2004).

- A mortalidade por acidentes de trabalho é maior entre os trabalhadores do setor informal da economia.
- Um grande aumento de acidentes fatais tendo como causa homicídios, inclusive ocorridos dentro dos muros das empresas
- As causas dos acidentes de trabalho fatais aproximam-se daquelas das mortes por causas externas - acidentes de trânsito, homicídios e latrocínios - nas populações urbanas brasileiras.
- O aumento dos acidentes de trajeto com o aumento das cargas geradas pelos sistemas de transporte urbano e rural.
- Os homicídios como uma causa importante de mortes no conjunto dos acidentes de trajeto.

[8] Os dados para os anos de 2000 a 2006 foram extraídos de: Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007. Disponíveis em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/>

- A associação entre mortes por acidentes de trabalho e sistemas de trânsito;

Por outro lado, se na música popular brasileira é possível ver retratada a situação difícil vivenciada pelos trabalhadores, em suas canções também se encontra a perspectiva de sua superação, a possibilidade de sua *redenção*, como em “Dias de Santos e Silva” de Gonzaguinha.

*Aumenta tudo, aumenta o trem
Aumenta o aluguel e a carne também
É... mas, sei, vai melhorar
Pior que tá não dá pra ficar*

*Ah, meu Deus,
Se o avestruz der na cabeça
Vou ganhar dinheiro à beça,
Faço minha redenção*

*E vou lá dentro,
No escritório do patrão
Peço aumento, ele não dá,
Mostro a grana e a demissão*

Redenção significa aí livrar-se, ainda que de forma individual (*Se o avestruz der na cabeça*), da condição de pobreza dos trabalhadores, da carestia e do *patrão* (*Peço aumento, ele não dá/ Mostro a grana e a demissão*).

“Sorriso negro”, samba de Jorge da Portela e Adilson Barbado, eternizado na voz de Dona Ivone Lara, resgata a redenção, a felicidade e celebra a negritude, a negritude do trabalhador que, embora *escravo ou sem emprego é a raiz da liberdade*.

*Um sorriso negro, um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade (bis)*

*Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é a solução
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade*

*Negro é destino é amor
Negro também é saudade.
(um sorriso negro!)
Um sorriso negro...*

Da mesma forma que em "Sorriso negro", os versos do samba "O invocado" de Casquinha (da Portela), gravado por Antônio Candeia Filho, o Candeia, em 1978 [9], assinala a realidade do desemprego entre trabalhadores negros, moradores dos morros e da periferia das cidades.

*O crioulo no morro está invocado
O crioulo no morro está no miserê
Desce o morro não encontra trabalho
(Então volta pro baralho)
Nem encontra feijão pra comer*

No capitalismo, estar desempregado representa não vender sua força de trabalho e, conseqüentemente, não obter um salário, a contrapartida com a qual o trabalhador deve adquirir os meios necessários a sua subsistência.

A existência de uma população trabalhadora desempregada e, mais amplamente, de uma população relativamente supérflua ou exército industrial de reserva [10] é, ao mesmo tempo, produto e alavanca da acumulação de capital e do desenvolvimento da produtividade do trabalho (MARX, 1984a; 1984b).

A população trabalhadora desempregada e o exército industrial de reserva atuam como pressão sobre os trabalhadores empregados, desorganiza e debilita sua capacidade reivindicativa. É, portanto, uma poderosa alavanca do processo de acumulação de capital. Por sua vez, a existência de uma superpopulação relativa traz a questão da necessidade do capital assegurar sua manutenção e reprodução, ou seja, reprodução da superpopulação relativa como condição para manutenção da concorrência permanente entre os trabalhadores. Traz o problema da reprodução em geral da força de trabalho e a gestão estatal da força de trabalho, com destaque para a saúde e a previdência social nas condições históricas e concretas em que o capitalismo se desenvolve em cada formação econômica social (BRUNHOFF, 1985).

[9] "O invocado", música de Casquinha (da Portela), gravado por Antônio Candeia Filho, o Candeia, em 1978 no LP "Axé! Gente amiga do samba".

[10] Desemprego e exército industrial de reserva não são sinônimos. Este último designa além dos trabalhadores desempregados, a população trabalhadora latente no campo e os trabalhadores com ocupação irregular.

Por outro lado, o desemprego agrava as precárias condições de vida e saúde dos trabalhadores e de suas famílias. O estudo de Santana et al. (2001) levantou a morbidade em candidatos a emprego na região metropolitana de Salvador [11]. O resultado indicou altas prevalências de síndromes carenciais (anemia e doenças transmissíveis como as parasitoses intestinais) que resultam do precário acesso ao saneamento básico (água potável, coleta de lixo, esgoto sanitário). O mesmo estudo também apontou a alta prevalência entre os trabalhadores desempregados de sobrepeso, consumo de álcool, tabaco e hipertensão arterial.

O desemprego, além de agravar as precárias condições de sobrevivência do trabalhador (*está no misere*), impõe, como registram ambas as canções, sua necessária reação: sem emprego *fica sem sossego, está invocado*.

Bertold Brecht, no poema "Esse desemprego", forneceu uma indicação da relação entre desemprego e capitalismo (TUMOLO; TUMOLO, 2004). O poema apresenta um diálogo com os capitalistas e os últimos versos revelam a chave para a superação do desemprego:

*Meus senhores, é mesmo um problema
Esse desemprego!
Com satisfação acolhemos
Toda oportunidade
De discutir a questão.
Quando queiram os senhores! A todo momento!
Pois o desemprego é para o povo
Um enfraquecimento.
Para nós é inexplicável
Tanto desemprego.
Algo realmente lamentável
Que só traz desassossego.
Mas não se deve na verdade
Dizer que é inexplicável
Pois pode ser fatal
Difícilmente nos pode trazer
A confiança das massas
Para nós imprescindível.*

[11] A população do estudo de Santana et al. (2001) foi composta por uma amostra aleatória de 1237 trabalhadores do sexo masculino, candidatos a empregos, que realizaram exames admissionais em uma unidade de medicina ocupacional de Salvador-BA, que cobre cerca de 6.000 empresas, entre 01 de janeiro de 1988 e 31 de dezembro de 1996.

*É preciso que nos deixem valer
Pois seria mais que temível
Permitir ao caos vencer
Num tempo tão pouco esclarecido!
Algo assim não se pode conceber
Com esse desemprego!
Ou qual a sua opinião?
Só nos pode convir
Esta opinião: o problema
Assim como veio, deve sumir.
Mas a questão é: nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados!*

Vimos, a partir de "Dias de Santos e Silva", como o longo tempo nos deslocamentos da residência para o trabalho e de retorno para casa, além das diferentes formas de utilização da força de trabalho no processo de trabalho, implicam formas distintas de desgaste físico e psíquico do trabalhador. A população trabalhadora é, em grande parte, empurrada para as regiões mais distantes, na periferia das cidades, com precário sistema de transporte coletivo. Isso é, ainda hoje, um elemento de tensão social, além de fator no processo de seleção para contratação ou demissão, como sugere o samba "O trem atrasou" ([1941](#)), de Paquito (Francisco da Silva Fárrea Júnior), Estanislav Silva e Artur Vilarinho.

*Patrão, o trem atrasou
Por isso estou chegando agora
Trago aqui um memorando da Central
O trem atrasou, meia hora
O senhor não tem razão
Pra me mandar embora!
O senhor tem paciência
É preciso compreender
Sempre fui obediente
Reconheço o meu dever
Um atraso é muito justo
Quando há explicação
Sou um chefe de família
Preciso ganhar meu pão
E eu tenho razão.*

“Pedreiro Waldemar”, samba de Wilson Batista e Roberto Martins (1948), sucesso na voz de Blecaute, no carnaval de 1949, registra a relevância do problema da moradia para os trabalhadores.

*Você conhece o pedreiro Valdemar?
Não conhece
Mas eu vou lhe apresentar
De madrugada toma o trem da Circular
Faz tanta casa e não tem casa pra morar.*

*Leva a marmita embrulhada no jornal
Se tem almoço, nem sempre tem jantar
O Waldemar, que é mestre no ofício,
Constrói um edifício e depois não pode entrar.*

A partir dos anos 1940 e 1950, a cidade do Rio de Janeiro assistiu um novo processo de valorização, especulação e concentração imobiliária e dos espaços urbanos. Esse processo foi marcado pela rápida expansão de construções para segmentos de camada média e alta nas áreas de Copacabana e da Zona Sul da cidade, enquanto a maioria dos que trabalhavam nestas obras não possuíam residências ou as possuíam em precárias condições sanitárias nas favelas ou em áreas distantes na periferia.

“Pedreiro Waldemar”, também menciona o longo tempo gasto no transporte e adiciona o problema da alimentação para a vida do trabalhador. É importante assinalar a persistência dos problemas alimentares e nutricionais entre trabalhadores. Por um lado, os relativos à carência alimentar ou deficiência calórica: a alimentação fraca somada à intensidade do trabalho, traduzida, por exemplo, em cansaço, dores no corpo, tendinites e as câimbras nos trabalhadores cortadores de cana (NOVAES, 2007). Por outro lado, os relativos ao sobrepeso, em especial nas empresas conveniadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT [12], em que a expansão da modalidade *ticket* refeição aumentou as chances de inadequação da qualidade nutricional da alimentação dos trabalhadores (SANTOS et al. 2007).

[12] O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, que prioriza o atendimento aos trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos mensais. Em geral, os trabalhadores contemplados estão vinculados ao emprego celetista (carteira assinada), desde que a empresa opte pela adesão ao programa. O PAT não alcança a maioria dos trabalhadores: os trabalhadores rurais, os empregados em pequenas e médias empresas, e os trabalhadores desempregados, subempregados e na informalidade.

“Pedreiro Waldemar” nos permite trazer à discussão o ponto central na compreensão do capitalismo, a saber: a contradição fundamental entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação capitalista, representada pela acumulação de riqueza num pólo e acumulação de miséria no outro. Ou, sinteticamente, como nos diz: *Faz tanta casa e não tem casa pra morar*

“O samba da mais valia” de Sérgio Silva, nomeia o dito em “Pedreiro Waldemar”:

*..revela o segredo
Da acumulação de capital:
[...]
É mais-valia pra cá, é mais-valia pra lá
Tempo roubado do trabalho social*

O processo de trabalho no capitalismo, como materialização do processo de valorização, produz e reproduz, permanentemente, um percurso marcado pela exploração. Uma luta do capital para ampliar a extração de mais valia do trabalhador. No mesmo e único processo, produz e reproduz a resistência dos trabalhadores, como aponta “O samba da mais valia”.

*Ninguém pode vencer essa luta sozinho
É luta de classes, coração*

É importante chamar atenção para a relação entre a resistência do trabalhador à exploração e, nesta, necessariamente, a defesa de sua saúde. A compra e venda da força de trabalho tem uma natureza particular em relação às demais mercadorias. O que o trabalhador vende ao capitalista é a utilização de sua capacidade de trabalho durante um determinado período de tempo, por exemplo, durante algumas horas de trabalho: dias, semanas, meses. Nesse sentido, na compra e venda da força de trabalho, podemos dizer, o trabalhador aluga ao capitalista o uso de sua capacidade de trabalho durante um determinado período de tempo. O trabalhador não disponibiliza integralmente, ou seja, não entrega de forma absoluta ao capitalista a utilização de sua capacidade de trabalho. Primeiro, porque se assim o fizesse perderia para sempre, definitivamente, a propriedade sobre sua capacidade de trabalho. Segundo, porque a utilização de sua capacidade de trabalho durante um determinado tempo é inseparável e, portanto, limitada pela resistência do trabalhador. Esta resistência do trabalhador, geralmente inconsciente, atua para conservar sua capacidade

de trabalho e seus componentes indissociáveis: saúde e capacidade técnica. Ao fim da jornada, o trabalhador precisa ter preservado sua capacidade de trabalho – e com ela sua saúde - para novamente alugar ao capitalista o uso de sua capacidade de trabalho durante outra jornada. A capacidade de trabalho e sua saúde são, para o trabalhador, uma necessidade material concreta que historicamente está incorporada à sua subjetividade. Por conseguinte, para os trabalhadores, a defesa da saúde se apresenta como um imperativo.

Nesse sentido, a Medicina Social latino-americana avançou na compreensão de que o processo saúde-doença coletiva “não está somente nas condições de vida, mas fundamentalmente nas práticas de classe e nas formas de organização” (LAURELL, 1985, p. 271-272). No mesmo sentido, Breilh (1995) assinalou que as formas de organização ou de desorganização dos coletivos de trabalhadores e sua classe social integram os processos que determinam, respectivamente, um perfil protetor e um perfil destrutivo de saúde.

A organização dos trabalhadores é um caminho acidentado, um percurso conturbado, repleto de embates e forças, movido pelas contradições do próprio processo de transformação do capitalismo:

Em “A voz do povo”, João do Vale nos diz:

*Meu samba é a voz do povo
Se alguém gostou
Eu posso cantar de novo*

*Eu fui pedir aumento ao patrão
Fui piorar minha situação
O meu nome foi pra lista
Na mesma hora
Dos que iam ser mandados embora*

Um processo com recuos e retrocessos. Talvez, por isso, João do Vale, genial compositor, poeta popular, negro e nortista, natural de Pedreira, no Maranhão, sabia da necessidade de perseverar, e insistia em *cantar de novo*. Neste sentido, continuamos a ouvir “A voz do povo”:

*Eu sou a flô que o vento jogou no chão
Mas ficou um galho
Pra outra flô brotar*

*A minha flô o vento pode levar
Mas o meu perfume fica boiando no ar*

Essa dinâmica produz ensinamentos, conhecimentos constituídos coletivamente, inclusive a produção e apropriação da ciência e da *dimensão da poesia*, como aponta o trecho a seguir, do poema "Operário em construção", de Vinicius de Moraes.

*Ah, homens de pensamentos
Não sabeis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção.
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.*

*Foi dentro desta compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração.
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
- Exercer a profissão -
O operário adquiriu*

*Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.*

*E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia "sim"
Começou a dizer "não"
E aprendeu a notar as coisas
A que não dava atenção
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era a amiga do patrão.*

Bibliografia:

BINDER, Maria Cecília Pereira; CORDEIRO, Ricardo. Sub-registro de acidentes do trabalho em localidade do Estado de São Paulo, 1997. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 409-416, 2003.

BREILH, Jaime. *Nuevos Conceptos y Técnicas de Investigación: guía pedagógica para un taller de metodología*. 2ª ed. Quito: Centro de Estudios y Asesoría en Salud – CEAS, 1995.

BRUNHOFF, Suzanne. *Estado e Capital: uma análise da política econômica*. Tradução de Denise Cabral e Carlos de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

LAURELL, Asa Cristina. Saúde e Trabalho: os enfoques teóricos. In: NUNES, E. D. (org.). *As Ciências Sociais em Saúde na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: OPAS, 1985. p. 255-272.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E. D. (org.). *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global Editora, 1983. p. 133-158

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989

LINHART, Robert. *Greve na Fábrica*. Tradução: Miguel Arraes, com a colaboração de Lydia H. Caldas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 148 p.

LUCCA, Sergio R.; MENDES, René. Epidemiologia dos acidentes do trabalho fatais em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1989. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 168-176, 1993.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

MARX, karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

MENDES, René. O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores. I - Morbidade. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 311-326, 1988.

NAPOLITANO, Marcos. "Hoje preciso refletir um pouco": ser social e tempo histórico na obra de Chico Buarque de Hollanda 1971/1978. *História*, Franca, v. 22, n. 1, p. 115-134, 2003.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 167-177, 2007.

RIBEIRO, Herval Pina. *A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1999. 240 p.

RIBEIRO, Herval Pina; LACAZ, Francisco Antônio de Castro. *De que adoecem e morrem os trabalhadores*. São Paulo: DIESAT, 1984. 236 p.

ROCHA, L. E.; NUNES, E. D. Os primórdios da industrialização e a reação dos trabalhadores pré-30. In: BUSCHINELLI, J. T. P.; ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M. (Eds.). *Isto é trabalho de gente? – Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 83-96.

SANTANA, Vilma et al. Morbidade em candidatos a emprego na região metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 107-115, 2001.

SANTANA, Vilma; NOBRE, Leticia; WALDVOGEL, Bernadette Cunha. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 841-855, 2005.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 2 - Programa de Alimentação do Trabalhador. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1931-1945, 2007.

STOTZ, Eduardo Navarro. *O tempo no planetário e outros ensaios*. Rio de Janeiro. 2008. 166 p.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen; TUMOLO, Paulo Sergio. A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 327-344, 2004.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; IGUTI, Aparecida Mari; ALMEIDA, Ildeberto Muniz. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade

nos acidentes do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 570-579, 2004.

WÜNSCH FILHO, V. Perfil Epidemiológico dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v..2, n. 2, p. 103-117, 2004.

XAVIER, M. Três Apitos. *Rabisco*, n. 36, 1 a 14 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.rabisco.com.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2009 às 11:49 h.

[JAP]

Mulher e trabalho

A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil e a relação mulher / trabalho foram bem documentadas em inúmeras composições do repertório da música popular brasileira. Algumas delas, como “Três apitos” de Noel Rosa e “Ensaboa” de Cartola, são especialmente lembradas pela beleza da poesia, da melodia e pelas interpretações marcantes. Destacamos aqui um conjunto de canções que podem nos levar como um fio condutor à discussão do tema Mulher e Trabalho.

Iniciamos com a já clássica “Três apitos”, de 1933, Noel Rosa, que teve a primeira gravação na voz de Aracy de Almeida em 1951 (no primeiro álbum de LPs do Brasil) e que teve inúmeras gravações posteriores. Nos versos de “Três apitos”, Noel nos traz indicações da absorção do trabalho feminino num período de intenso desenvolvimento da industrialização no país e também do ritmo, disciplina e subordinação que o trabalho fabril impõe aos trabalhadores.

“Três apitos”

Noel Rosa

*Quando o apito
Da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
E está interessada
Em fingir que não me vê*

*Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Por que não atende ao grito tão aflito
Da buzina do meu carro?*

*Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita*

*Quando a fábrica apita
Faz reclame de você*

*Sou do sereno
Poeta muito soturno
Vou virar guarda noturno
E você sabe porque
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Estes versos prá você*

*Nos meus olhos você vê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você*

O processo de industrialização do Brasil, estruturado a partir da expansão cafeeira ocorrida no final do século XIX (SILVA, 1976), além da força de trabalho natural do país, contou com grande contingente de imigrantes. Estes, que vinham inicialmente para as lavouras de café, passaram a trabalhar em fábricas, especialmente em São Paulo. Nesse processo, foi progressivamente absorvida a força de trabalho feminina. Desde o surgimento do capitalismo, a força de trabalho de jovens e crianças bem como a de mulheres foram apropriadas pelo capital e tinham a vantagem - para os capitalistas - de serem mais baratas e assim garantirem maior lucro e acumulação de capital. [13]

Com a crescente organização e luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho no início do século XX, foram colocados determinados limites ao emprego do trabalho infantil, enquanto que o feminino foi definitivamente incorporado ao processo de trabalho nos grandes centros urbanos. A personagem da música de Noel é expressão desse novo contingente de trabalhadoras, que desafiam o frio, e

[13] Sobre a incorporação do trabalho feminino e infantil no modo de produção capitalista ver o capítulo XIII *Maquinaria e grande indústria*, em especial os itens 3, 8 e 9, respectivamente: "Efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador", "O revolucionamento da manufatura, do artesanato e do trabalho domiciliar pela grande indústria" e "Legislação fabril. (Cláusulas sanitárias e educacionais) Sua generalização na Inglaterra" de *O Capital: crítica da economia política*, de Karl Marx. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

disciplinadamente trabalham sob as ordens do gerente impertinente, garantindo um salário a fim de aumentar a renda familiar.

A crise econômica de 1929, nos Estados Unidos, teve repercussões em todo o mundo, atingindo o Brasil com o rebaixamento do preço do café, principal produto de exportação e responsável por um dos mais importantes setores da economia brasileira – a agricultura cafeeira.

As especificidades da conjuntura internacional (na qual se destaca o advento da Segunda Guerra mundial) e da inserção do Brasil de forma subordinada na economia mundial sinalizavam, então, um processo de substituição de importações, favorecendo um significativo incremento do desenvolvimento industrial interno, mesmo que restrito a bens de consumo, principalmente. Processo que abriu novos postos de trabalho, ainda que para uma camada restrita dos trabalhadores e deslocou novos contingentes do campo para a cidade, inclusive mulheres, em busca de melhores condições de vida.

A incorporação da mulher ao mercado de trabalho, entretanto, não tem sido um processo linear, mas contraditório, dadas as atribuições a elas reservadas em sociedades estruturadas na divisão em classes e na garantia da propriedade privada. O papel subordinado da mulher preserva, particularmente pela função que lhe cabe na procriação, a perpetuação da propriedade nas mesmas famílias, e em integrantes das mesmas classes [14] (o que envolve um conjunto de aspectos relativos à conformação da ideologia machista das sociedades patriarcais), de um lado e seu papel na reprodução da força de trabalho masculina, de outro.

Ilustrando algumas dessas contradições, temos a música “Você vai se quiser”, de 1936, em que Noel Rosa, com sua fina ironia, queixava-se e argumentava:

“Você vai se quiser”

Noel Rosa

Você vai se quiser...

Você vai se quiser...

Não se deve obrigar a trabalhar,

[14] Ver Engels, Friedrich. *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Rio de Janeiro: Editorial Vitoria Limitada. 1960. Neste texto, Engels discute a passagem do matriarcalismo ou comunismo primitivo ao patriarcalismo e sua relação com o início da propriedade privada e do Estado.

*Mas não vai dizer depois
Que você não tem vestido
Que o jantar não dá pra dois*

*Todo cargo masculino
Desde o grande ao pequenino
Hoje em dia é da mulher
E por causa dos palhaços
Ela esquece que tem braços
Nem cozinhar ela quer*

*Os direitos são iguais,
Mas até nos tribunais
A mulher faz o que quer
Cada um que cate o seu
Pois o homem já nasceu
Dando a costela à mulher*

Ficam evidentes, nestes versos, as dificuldades de uma aceitação mais ampla do novo papel que a mulher trabalhadora assume, inclusive com a possibilidade de competir e tirar postos de trabalho de outros trabalhadores. Por outro lado, quando afirma que “Não se deve obrigar [a mulher] a trabalhar” fica implícito que os afazeres de casa não eram entendidos como “trabalho”.

O trabalho feminino, eminentemente doméstico, era (e continuou a ser) praticamente invisível. Inseria-se – de forma oculta, embutida – na garantia da reprodução da força de trabalho masculina.

O trabalhador recebe um salário que deve expressar o valor da reprodução da sua força de trabalho, que inclui: alimentação, moradia, vestuário, manutenção da família (mulher e filhos), lazer e outras necessidades relativas a cada período histórico, a determinados estratos, em cada país em particular. A reprodução da força de trabalho de um trabalhador é diferente se ele tem determinadas atribuições, especializações, curso superior, etc., se ele mora numa determinada cidade, num determinado país. Num determinado período histórico os gastos com alimentação, vestuário, por exemplo, podem ser muito diferentes dos de outra época.

Ao realizar esse trabalho doméstico (trabalho “do lar”, da “dona-de-casa”), eufemisticamente conhecido como “prendas domésticas” – lavar,

passar, cozinhar, cuidar da casa, e dos filhos (o que garantirá futuramente novos contingentes de trabalhadores), a mulher contribui para a reprodução da força de trabalho a um custo mais baixo do que se todos esses trabalhos fossem realizados fora do lar, pagos separadamente.

Todo esse trabalho pouco visível e subestimado é, no entanto, fundamental para que o trabalhador esteja no “batente” todos os dias (garante, portanto, a reprodução da força de trabalho masculina), e foi bem ilustrado em diversas músicas brasileiras, entre elas, “Emília”, sucesso no carnaval de 1942, composição de Haroldo Lobo e Wilson Batista.

“Emília”

Haroldo Lobo e Wilson Batista

*Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar
Que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar
Só existe uma
E sem ela eu não vivo em paz
Emília, Emília, Emília
Não posso mais*

Eu quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar...

*Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café
Não desfazendo das outras, Emília é mulher
Papai do Céu é quem sabe a falta que ela me fez
Emília, Emília, Emília
Não posso mais*

No caso dos solteiros, o trabalho doméstico era reservado à mãe. Ainda em 1970, João Nogueira grava um samba que garantia:

“Mulher valente é minha mãe”

João Nogueira

*Mulher valente é minha mãe
Olha, aquela velhinha é de amargar,
Levanta às cinco horas da manhã
E só volta pra cama quando o dia termina.
Nos seus 62 de existência,
Tem quarenta de sofrência,
Mas não é de se encostar.*

*Ela lava, passa e cozinha
E ainda vê três novelas na televisão.
Minha roupa anda muito certinha
Com essa velhinha eu não fico na mão.*

*Ela me acorda xingando:
"Malandro! Levanta que é hora de ir trabalhar!"
Mas se eu não durmo em casa
Ela fica acordada e começa a chorar...*

Ainda no âmbito do trabalho doméstico e da reprodução da força de trabalho masculino, uma canção que, por vezes, levanta polêmicas é "Ai, que saudades da Amélia", de Ataulfo Alves e Mario Lago (de 1941). Segundo interpretações correntes, "Amélia" é sinônimo de submissão ("não quero ser uma *Amélia* na vida"), mas segundo outras, expressa o sentido de companheirismo da mulher que compartilha com o trabalhador as vicissitudes de sua dura labuta, contrapondo-se à imagem de um amor interesseiro. Como "Amélia", muitas canções são polissêmicas, prestando-se a múltiplas interpretações.

*"Ai, que saudades da Amélia"
Ataulfo Alves e Mario Lago*

*Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz*

*Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai meu Deus que saudade da Amélia
Aquilo sim que era mulher*

*As vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado dizia
Meu filho o que se há de fazer*

*Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia que era a mulher de verdade*

Inicialmente, mesmo com uma demanda maior de trabalho para as mulheres, foi construída toda uma ideologia que sinalizava uma maior adaptação da mulher a determinados tipos de trabalho, e que não entrassem em contradição com certas características consideradas “femininas”. Entre elas, o cuidado de crianças e mulheres, o atendimento pessoal. Não interessava que mulheres casadas, especialmente de classe média, com “responsabilidades domésticas”, trabalhassem fora de casa, em especial em ambientes que incluíssem homens. Como aponta Maria Lucia Mott et al. (2008), em estudo sobre mulheres e odontologia:

“No discurso dominante, o trabalho feminino era considerado válido se fosse desempenhado por mulheres solteiras, se tivesse como fim o suprimento das necessidades do lar e se fosse relacionado a profissões que exigiam qualidades consideradas inatas às mulheres (parteira, professora primária, enfermeira) ou voltadas para a clientela feminina e infantil (medicina, odontologia). As críticas ao trabalho feminino nos veículos de comunicação eram freqüentes.” (MOTT et al., 2008, p. 104)

A possibilidade de ser professora abriu um enorme campo de trabalho para as mulheres, opção de trabalho mais bem aceita pelos homens e, em alguns casos, idealizada, como demonstra a composição “Professora” (1952) de Benedito Lacerda e Jorge Faraj, sobre essa “operária divina”:

“Professora”

Benedito Lacerda e Jorge Faraj

*Eu a vejo todo dia
Quando o sol mal principia
A cidade a iluminar*

*Eu venho da boemia
E ela vai, quanta ironia
Para a escola trabalhar*

*Louco de amor no seu rastro
Vaga-lume atrás de um astro
Atrás dela eu tomo o trem*

*E no trem das professoras
Em que outras vão, sedutoras*

Eu não vejo mais ninguém

*Essa operária divina
Que lá no subúrbio ensina
As criancinhas a ler*

*Naturalmente condena
Na sua vida serena
O meu modo de viver*

*Condena por que não sabe
Que toda culpa lhe cabe
De eu viver ao Deus dará*

*Menino querendo ser
Para com ela aprender
Novamente o be-a-bá*

Ao mesmo tempo em que abria às mulheres a possibilidade de tentar emancipar-se das funções que tradicionalmente lhes eram reservadas (o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos), a inserção no mercado de trabalho as colocava, ao lado dos homens trabalhadores, na condição de força de trabalho a ser explorada pelo capital. Criavam-se assim novas contradições e sua incorporação em demandas gerais dos trabalhadores bem como em outras específicas, como a de “salário igual por trabalho igual”.

Para grande parte das mulheres, as das classes dominadas especialmente, há um acúmulo de trabalho: a dupla jornada de trabalho. Diariamente, além do trabalho externo, ao chegar a casa, resta ainda a segunda jornada.

Milhares de mulheres brasileiras são “chefes de família” e não podem contar com a possibilidade de um “marido compreensivo” para dividir as tarefas domésticas. Nesses casos, fica a cargo de filhos mais velhos (principalmente filhas), parentes, agregados, vizinhas, uma parte desse desgastante encargo.

A utilização do trabalho infantil para aumentar a renda familiar tem sido progressivamente condenada, inclusive por legislação, mas é tolerada e ainda utilizada até nossos dias. Segundo dados da PNAD de 2007 (IPEA, 2008), cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens entre cinco a quinze anos

trabalham, o que representa 6,6% do total nessa faixa etária. A incidência do trabalho infantil é maior na área rural do que na urbana, mas esta não é menos preocupante, pois nas cidades a criança está mais vulnerável a drogas e à violência.

Em “Menino das laranjas”, Theo de Barros (consagrado autor da canção “Disparada”) expressava, na marcante interpretação de Elis Regina e Jair Rodrigues (1965), um enfático alerta para o cotidiano de milhares de crianças brasileiras, que são contingenciadas a deixar a brincadeira e o estudo de lado para trabalhar diariamente por horas a fio.

“Menino das laranjas”

Theo de Barros

*Menino que vai pra feira
Vender sua laranja até se acabar
Filho de mãe solteira
cuja ignorância tem que sustentar
É madrugada vai sentindo frio
Porque se o cesto não voltar vazio
A mãe já arranja um outro pra laranja
E esse filho vai ter que apanhar*

Compra laranja

Menino que vai pra feira

*É madrugada vai sentindo frio
Porque se o cesto não voltar vazio
A mãe arranja outro pra laranja
E esse filho vai ter que apanhar
Compra laranja, laranja, laranja doutô
ainda dou uma de quebra pro senhor*

Lá no morro

*A gente acorda cedo e é só trabalhar
Comida é pouca e muita roupa
Que a cidade manda pra lavar
De madrugada
Ele menino acorda cedo, tentando encontrar
Um pouco pra poder viver
Até crescer
E a vida melhorar*

*Compra laranja, doutô
Ainda dou uma de quebra pro senhor
Compra laranja, doutô
Ainda dou uma de quebra pro senhor*

Para as mulheres trabalhadoras, a creche passa a ser uma necessidade e a luta pela sua implantação ganha maior relevo no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 1970, quando o movimento popular, as associações e grupos de mulheres começam a se organizar, reivindicar, obter conquistas – gerais e específicas, de gênero. Entre estas conquistas, destaca-se a implantação de programa específico de atenção à saúde da Mulher, implantados em nível nacional, que inclui ações na área de clínica ginecológica, em particular de prevenção ao câncer de colo de útero e de mama, além de ações de acompanhamento do pré-natal, de planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis.

Vale ressaltar que o serviço doméstico, não necessitando de nenhuma qualificação formal, “além de ser a principal ocupação entre as mulheres, é também um meio freqüente de entrada de crianças e adolescentes do sexo feminino no mercado de trabalho.” (SANTANA et al, 2003, p. 72).

Em 1976, Cartola gravou (pela gravadora Marcus Pereira), em primoroso arranjo, a canção “Ensaboa” (Lamento da lavadeira): poesia, melodia, harmonia na dose certa, além da voz de Creusa e acompanhamento instrumental com um time de bambas num resultado emocionante. O samba foi regravado em 1991 por Marisa Monte, em 2002 e em 2003 por Ney Matogrosso; em 2006 por Gigante Brasil e Paulo Lepetit.

“Ensaboa” (lamento da lavadeira) [15]

Cartola

Ensaboa mulata, ensaboa

Ensaboa

Tô ensaboando

Ensaboa mulata, ensaboa

Ensaboa

Tô ensaboando

Tô lavando a minha roupa

[15] Ver <http://br.youtube.com/watch?v=G65TUaU1WUQ&feature=related>

*Lá em casa estão me chamando Dondon
Ensaboa mulata, ensaboa
Ensaboa
Tô ensaboando
Os fio que é meu
Que é meu e que é dela
Rebenta a goela de tanto chorá
O rio tá seco, o sol não vem não
Voltemos pra casa
Chamando Dondon*

A muitas mulheres das camadas populares coube realizar o trabalho doméstico – lavar, passar, cozinhar etc. – em outros lares além do seu, como forma de aumentar o rendimento familiar.

O emprego em serviços domésticos é a ocupação mais comum entre mulheres no Brasil, chegando a representar cerca de 20% da participação feminina na força de trabalho (IRIART et al., 2008), reduzindo a sobrecarga daquelas que estão inseridas no mercado de trabalho e que podem pagar a terceiros por esse serviço. Em pese as conquistas alcançadas pelas empregadas domésticas, muitas vezes essa relação de trabalho guarda traços do período escravagista em que os serviços domésticos eram delegados a terceiros (os escravos), com poucos ou nenhum direito; sem responsabilidades do “senhor” para com o trabalhador, inclusive no que diz respeito à saúde.

Um samba de 1952, de Geraldo Pereira gravado por Monarco em 1980, indicava, como destaca Tinhorão (1982) em seu texto *Música popular, mulher & trabalho*, que muitas mulheres das camadas populares trabalhavam como domésticas

“porque as dificuldades de vida e os baixos salários dos maridos não lhes permitiam serem apenas donas-de-casa. O samba, gravado pelo próprio Geraldo Pereira, tinha por título “Ministério da Economia”, e deixava clara a intenção do esperançoso cidadão personagem da história de tirar sua companheira do emprego na “casa da madame em Copacabana”, tão logo a vida melhorasse conforme prometia o Presidente [Vargas], que anunciava ainda a queda geral dos preços dos gêneros de primeira necessidade após a criação do novo Ministério (por sinal nunca efetivada)” (TINHORÃO, 1982, p. 15).

"Ministério da Economia"
Geraldo Pereira e Arnaldo Passos

*Seu Presidente,
Sua Excelência mostrou que é de fato
Agora tudo vai ficar barato
Agora o pobre já pode comer
Seu Presidente,
Pois era isso que o povo queria
O Ministério da Economia
Parece que vai resolver
Seu Presidente
Graças a Deus não vou comer mais gato
Carne de vaca no açougue é mato
Com meu amor eu já posso viver*

*Eu vou buscar
A minha nega pra morar comigo
Porque já vi que não há mais perigo
Ela de fome já não vai morrer
A vida estava tão difícil
Que eu mandei a minha nega bacana
Meter os peitos na cozinha da madame
Em Copacabana
Agora vou buscar a nega
Porque gosto dela pra cachorro
Os gatos é que vão dar gargalhada
De alegria lá no morro*

Com o tempo, a mulher passa a ocupar postos antes reservados aos homens, disputar vagas, empregos – e novas contradições surgem. Se por um lado, muitas conseguem inserção no mercado de trabalho e melhores condições de vida, por outro, amplia-se a força de trabalho disponível, abrem-se mais possibilidades de rebaixamento do valor dos salários, amplia-se o contingente do exército industrial de reserva, inclusive com mulheres. Também a precarização das relações de trabalho, o trabalho domiciliar e o trabalho informal ainda hoje são realidade para homens e mulheres.

Na década de 1990 e início de novo século, com a reestruturação da economia mundial em curso, o capital busca salários mais baixos. Jussara Cruz de Brito (2000, p. 197 apud Benería, 1994) aponta que

“A transferência do trabalho intensivo de indústrias têxtil, de confecção, de brinquedos e de componentes eletrônicos dos países mais industrializados - sobretudo os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão - foi feita, em uma primeira fase, para países do sudeste asiático e de outros, tais como Ilhas Maurício, Chipre e zonas do Brasil e do México. Em uma segunda fase, atingiu a Índia, Indonésia, Tailândia e alguns países latino-americanos - como a República Dominicana e El Salvador - e, mais recentemente, a China. A busca do lugar e do processo de produção mais barato em qualquer região do planeta levou ao que se tem qualificado de "nova preferência pelo emprego das mulheres" e, por sua vez, a sua proletarização.”

É inegável que as mulheres conquistaram inserção no mercado de trabalho, dando um importante passo em sua emancipação do papel subordinado que exerciam dentro dos lares (Emancipação feminina – Dia Internacional da Mulher). Mas agora novas demandas, novas reivindicações estão colocadas. Como canta Milton em “Maria Maria” (1978): *Mas é preciso ter força/ É preciso ter raça/ É preciso ter gana sempre.../ É preciso ter sonho sempre...*

“Maria, Maria”

Milton Nascimento e Fernando Brant

Maria, Maria

É um dom, uma certa magia

Uma força que nos alerta

Uma mulher que merece

Viver e amar

Como outra qualquer

Do planeta

Maria, Maria

É o som, é a cor, é o suor

É a dose mais forte e lenta

De uma gente que rí

Quando deve chorar

E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força

*É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....*

*Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria...*

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....*

*Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria...*

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho, sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.*

Bibliografia:

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195-204, 2000.

ENGELS, Friedrich. *Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Rio de Janeiro: Editorial Vitoria Limitada, 1960.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; OLIVEIRA, Roberval Passos de; XAVIER, Shirlei da Silva; COSTA, Alane Mendara da Silva; ARAÚJO, Gustavo Ribeiro de; SANTANA, Vilma Sousa. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTT, Maria Lucia; ALVES, Olga Sofia Fabergé; MUNIZ, Maria Aparecida; MARTINO, Luiz Vicente Souza; SANTOS, Ana Paula Ferreira; MAESTRINI, Karla. 'Moças e senhoras dentistas': formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, suppl., p. 97-116, 2008.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *PNAD 2007 - Primeiras Análises – Mercado de Trabalho / Trabalho Infantil / Previdência*. Volume 2, Comunicado da Presidência, n. 10, 30 de setembro de 2008.

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_09_30_Pnad_PrimeirasAnalises_N10MT.pdf. Acesso em 26 de abril de 2009.

SANTANA, Vilma S; AMORIM, Andréa M de; OLIVEIRA, Roberval; XAVIER Shirlei; IRIART, Jorge; BELITARDO, Liliane. Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 65-74, 2003.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular, mulher & trabalho*. São Paulo: SENAC, 1982 (Documentos de trabalho, 11).

[MVP]

Trabalho rural

O tema "Trabalho rural" será abordado a partir de uma seleção de sete letras de canções que, a nosso ver, apresentam algumas características da inter-relação entre trabalho e saúde interessantes para o campo da Saúde do Trabalhador.

Começamos esta 'seleta musical' com a análise de "Sai preguiça", de Maria Celeste da Silva, cantada na voz das crianças de Goiás [16]: se o trabalho é referência de vida fundamental, se sabe que é 'precisão'; por isso, o trabalho é apenas o avesso da preguiça, como se comenta nesta letra cantada pelas crianças de Goiás:

*A danada da preguiça pode ser uma doencinha.
Que pega nos adultos e também nas criancinhas.
Dá uma moleza só querendo espreguiçar.
E só de falar nela dá vontade de deitar.*

A insistência com que se faz necessário afugentar a preguiça deixa entrever o trabalho como uma sina e pena:

*Sai preguiça!
Vai te catar!
Sai preguiça!
Aqui não tem lugar!
Sai preguiça!
Comigo não tem vez!
Sai preguiça!
Vai pegar outro freguês!
Tique-tique-tique-tique-tique-tiquetá
Sai preguiça
Eu preciso trabalhar!
(3 vezes)
Tique-tique-tique-tique-tique-tiquetá
Sai preguiça!*

Presente em todas as letras explícita ou implicitamente, trabalhar se apresenta para a maioria das pessoas como imposição, necessidade. Logo, há um contrário, o não trabalho. No meio urbano, trabalho é antônimo de

[16] Canções do Brasil: o Brasil cantado por suas crianças. 2001. Palavra Cantada http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/artistas.asp?Status=DISCO&Nu_Disco=10090. Acesso em 17 de junho de 2008.

vadiagem; no meio rural, de preguiça. A dialética *trabalho-preguiça* é uma de tantas outras contradições do pensamento social espontâneo do camponês, a exemplo de *sorte-azar* e *pobreza-riqueza*.

De fato, o processo de trabalho na agropecuária é muito “pesado”, por exigir uma carga de trabalho elevada, com grande desgaste energético com implicações no corpo, principalmente ósteomusculares, de quem o exerce, sob condições climáticas adversas e durante longa jornada. Processo indispensável para repor a força de trabalho diariamente e, ao mesmo tempo, garantia para a reprodução de si, na figura de sua família, seja como assalariado, seja como camponês.

Leiamos o depoimento de um operário da divisão química de Curtume Carioca S.A., em 1987, para perceber a memória do trabalhador rural que fora:

“- Quantos anos o senhor tem?

J - Cinquenta e três.

- Já trabalhou bastante, né?

J - Comecei com sete anos.

- O trabalho na roça é melhor do que na cidade?

J - Depende. Quando a gente é novo, é bom. Só não é bom porque é um serviço em que se pega sol e chuva. Se está chovendo, tem que trabalhar porque não se pode deixar a planta morrer afogada no mato. Se faz sol, tem que trabalhar porque o mato não pára de crescer. Então é a rotina do ano. Quando vem a colheita é bom porque se colhe a verdura fresquinha. Não precisa ficar comprando nada murcho nem dependendo de ninguém. É só ir lá no pé e tirar. Legumes, verdura, tudo fresquinho. Aqui, não. Tem que comer tudo congelado, tudo caro. Agora, o trabalho na roça é bem mais sacrificado” (STOTZ, 1993). [17]

Trabalhar na roça parece ser uma designação simples para a atividade do trabalhador e da trabalhadora rural. Mas não é, porque sob a denominação trabalhador e trabalhadora rural, são classificados, do ponto de vista sociológico e jurídico, diferentes grupos sociais. Os pescadores ou os coletores, por exemplo, são classificados como trabalhadores rurais para fins previdenciários. Há quem tenha um vínculo de emprego permanente, a exemplo do tratorista, outros temporários como os cortadores de cana ou

[17] Depoimento prestado a Eduardo Navarro Stotz e Otávio Cruz Neto. Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1987. O estudo fez parte de pesquisa cujos resultados foram divulgados em Stotz (1993). O operário foi uma das vítimas de doença profissional em decorrência da prolongada exposição a produtos químicos naquela empresa.

colhedores de laranja. Por outro lado, há diferença entre ser um camponês sob as mais diversas condições (pequeno proprietário, arrendatário, parceiro ou posseiro) e ser um trabalhador assalariado temporário, volante ou “bóia-fria”, embora muitas vezes estas situações de classe se sobreponham, pois a condição camponesa geralmente não permite a sobrevivência do trabalhador e menos ainda a de sua família. Isso nos remete ao problema da concentração da propriedade da terra no Brasil, um fenômeno histórico examinado por historiadores como Caio Prado Junior (1970) e economistas como Celso Furtado (1981).

Constatamos com nitidez este problema na peça musical “Samarica parteira” (1986), de Zé Dantas e Luiz Gonzaga, uma história que envolve Lula, empregado do Capitão Barbino, um grande proprietário rural, a esposa e parturiente Juvita e a parteira Samarica. [18]

A letra da música merece ser integralmente transcrita, tanto pela beleza da evocação deste mundo mediante os recursos da linguagem popular, como pelas inúmeras referências ao mundo comandado pelos fazendeiros em todo o interior do Brasil, conhecido pelo nome genérico de “sertão”.

[18] Samarica parteira. A música de Zé Dantas, cantada por Luiz Gonzaga, data de 1986. Audição possível no link <http://www.kboing.com.br/script/radioonline/cartao.php?cartao=musica&url=1001290&artista=Luiz%20Gonzaga&musica=Samarica%20Parteira>

Samarica parteira

- Oi sertão!
- Ooi!
- Sertão d' Capitão Barbino! Sertão dos caba valente...
- Tá falando com ele!...
- ...e dos caba frouxo também.
-...já num tô dento.
- Há, há, há... [risos]
- sertão das mulhé bonita...
- ôopa
- ...e dos caba fei' também ha, ha
- ...há, há, há... [risos]

- Lula!
- Pronto patrão.
- Monte na bestinha melada e risque. Vá ligeiro buscar Samarica parteira que Juvita já tá com dô de menino.

Ah, menino! Quando eu já ia riscando, Capitão Barbino ainda deu a última instrução:

- Olha, Lula, vou cuspi no chão, hein?! Tu tem que vortá antes do cuspe secá!
Foi a maior carreira que eu dei na minha vida. A equinha tava miada.

Piriri piriri piriri piriri piriri piriri
Uma cancela: nheeeim ... pá...
Piriri piriri piriri piriri piriri piriri
outra cancela: nheeeim... pá!
Piriri piriri piriri pir... êpa !
Cancela como o diabo nesse sertão: nheeeim... pá!
Piriri piriri piriri piriri
Um lajedo: patatac patatac patatac patatac patatac . Saí por fora !
Piriri piriri piriri piriri piriri piriri piriri
Uma lagoa, lagoão: bluu bluu, oi oi, kik' k' - a saparia tava cantando.

Aha! Ah menino! Na velocidade que eu vinha essa égua deu uma freada tão danada na beirada dessa lagoa, minha cabeça foi junto com a dela!... e o sapo gritou lá de dentro d'água:
- ói, ói, ói ele agora quaje cai!

... Sapequei a espora pro suvaco no vazi' dessa égua, ela se jogou n'água parecia uma jangada cearense: [bluu bluu, oi oi, kik' k'] Tchi, tchi, tchi.

Saí por fora.

Piriri piriri piriri piriri piriri piriri piriri
Outra cancela: nheeeim... pá!
piriri piriri piriri piriri piriri piriri

Um rancho, rancho de pobe...
- Au au!
Cachorro de pobe, cachorro de pobe late fino...
- Tá me estranhan'o cruvina?
Era cruvina mermo. Balançô o rabo. Não sei porque cachorro de pobe tem sempre nome de peixe: é cruvina, traíra, piaba, matrinxã, baleia, piranha.
Há! Maguinho mas caçadozinh' como o diabo!

Cachorro de rico é goordo, num caça nada, rabo grosso, só vive dormindo. Há há ... num presta prá nada, só presta prá bufar, agora o nome é bonito: é white, flike, rex, whisky, jumm.
Há! Cachorro de pobe é ximbica!

- Samarica, ooooh, Samarica parteeeeeira!

Qual o quê, aquelas hora no sertão, meu fi', só responde s'a gente dê o prefixo:

- Louvado seja nosso senhor J'us Cristo!
- Para sempre seja Deus louvado.

- Samarica, é Lula... Capitão Barbino mandou vê a senhora que Dona Juvita já tá com dô de menino.

- Essas hora, Lula?
- Nesse instante, Capitão Barbino cuspiu no chão, eu tem que vortá antes do cuspe secá.

Peguei o cavalo véi de Samarica que comia no murturo. Todo cavalo de parteira é danado prá comer no murturo, não sei porque. Botei a cela no lombo desse cavalo e acochei a cia peguei a véia joguei em riba, quase que ela imbica p'outa banda.

- Vamos s'imbora Samarica que eu tô avexado!

- Vamo fazê um negócio Lula? Meu cavalin' é mago, sua equinha é gorda, eu vou na frente.

- Que é que há Samarica, prá gente num chegá hoje? Já viu cavalo andar na frente de égua, Samarica? Vamo s'imbora que eu tô avexado!!

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá!

Piriri tic tic piriri tic tic
bluu oi oi bluu oi, uu, uu

- ói, ói, ói ele já voltoooooou!

Saí por fora.

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic piriri
tic tic

Patateco teco teco, patateco teco
teco, patateco teco teco

Saí por fora da pedreira

Piriri piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá !

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá !

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá!

Piriri piriri tic tic piriri tic tic

- Uu uu.

- Tá me estranhando, Nero? Capitão Barbino, Samarica chegou.

- Samarica chegou!!

Samarica sartou do cavalo véi embaixo, cumprimentou o Capitão, entrou prá camarinha, vestiu o vestido verde e amarelo, padrão nacioná, amarrou a cabeça c'um pano e foi dando as instruções:

- Acende um incenso. Boa noite, D. Juvita.

- Ai, Samarica, que dô !

- É assim mermo, minha fi'a, aproveite a dô. Chama as muié dessa casa, p'a rezá a oração de São Reimundo, que esse cristão vem ao mundo nesse instante. B'a noite, cumade Tota.

- B'a noite, Samarica.

- B'a noite, cumade Gerolina.

- B'a noite, Samarica.

- B'a noite, cumade Toinha.

- B'a noite, Samarica.

- B'a noite, cumade Zefa.

- B'a noite, Samarica.

- Vosmecês sabe a oração de São Reimundo?

- Nós sabe.

- Ah Sabe, né? Pois vão rezando aí, já viu??

[vozes rezando]

- Capitão Barbiino! Capitão Barbino tem fumo de Arapiraca? Me dê uma capinha pr' ela mastigar. Pegue D. Juvita, mastigue essa capinha de fumo e não se incomode. É do bom! Aguenta nas oração, muié! [vozes rezando] Mastiga o fumo, D. Juvita... Capitão Barbino, tem cebola do Cabrobró?

- Ai Samarica! Cebola não, que eu espirro.

- Pois é prá espirrar mesmo minha fi'a, ajuda.

- Ui.

- Aproveite a dor, minha fi'a. Aguenta nas oração, muié. [vozes rezando] Mastigue o fumo D. Juvita.

- Capitão Barbiino, bote uma faca fria na ponta do dedão do pé dela, bote. Mastigue o fumo, D. Juvita. Aguenta nas oração, muié. [vozes rezando alto].

- Ai Samarica, se eu soubesse que era assim, eu num tinha casado com o diabo desse véi macho.

- Pois é assim merm' minha fi'a, vosmecê casou com o vein' pensando que ela num era de nada? Agora cumpra seu dever, minha fi'a. Desde que o mundo é muundo, que a muié tem que passar por esse pedacinh'. Ai, que saudade! Aguenta nas oração, muié! [vozes rezando alto]. Mastigue o fumo, D. Juvita.

- Ai, que dô!

- Aproveite a dô, minha fi'a. Dê uma garrafa pr' ela soprá, dê. Ô, muié, hein? Essa é a oração de S. Reimundo, mermo?

- É..é [muitas vozes].

- Vosmecês num sabe outra oração?

- Nós num sabe... [muitas vozes].

- Uma oração mais forte que essa, vocês num têm?

- Tem não, tem não, essa é boa
[muitas vozes]

- Pois deixe comigo, deixe comigo, eu vou rezar uma oração aqui, que se ele num nascer, ele num tá nem cum diabo de num nascer: "Sant' Antoin pequenino, mansadô de burro brabo, fazei nascer esse menino, com mil e seiscentos diabo!"

[choro de criança]

- Nasceu e é menino homem!

- E é macho!

- Ah, se é menino homem, olha se é? Venha vê os documento dele! E essa voz!

Capitão Barbino foi lá detrás da porta, pegou o bacamarte que tava guardado há mais de oito dia, chegou no terreiro, destambocou no oco do mundo, deu um tiro tão danado, que lascou o cano. Samarica dixe:

- Lascou, Capitão?

- Lascou, Samarica. É mas em redor de sete légua, não tem fi' duma égua que num tenha escutado. Prepare aí a meladinha, ah, prepare a meladinha, que o nome do menino... é Bastião.

O fazendeiro (Capitão Barbino), cuja ordem é lei (*tu tem de vortá antes do cuspe secar*), depende, porém, do desempenho de seu empregado (Lula) que, apesar de obediente, tem seu ponto de vista próprio, sabe ser pobre como observa pertinentemente ao se referir aos cães (*cachorro de pobre é Ximbica!*). Sua consciência alcança o mundaréu controlado pela propriedade privada, cujas cercas divisamos nas inúmeras porteiras que precisa abrir e fechar (*cancela como o diabo nesse sertão: nheeeiim... pá!*) até chegar, léguas adiante, a uma pequena propriedade, o “rancho pobe” onde mora a parteira Samarica.

Vale ressaltar, na ação de Samarica, os recursos da medicina popular usados durante o parto, a saber, a faca fria, o fumo, a garrafa para soprar e as orações como parte do cuidado indispensável para Juvita aceitar a naturalidade do parto, de ser capaz de “aproveitar a dor” de sentir, ela mesma, o nascimento do filho.

A figura da parteira remete a uma função tradicional das mulheres, mas ainda pode ser sinônimo da falta de acesso da maioria da população mais pobre a serviços médicos. Programas de extensão de cobertura de ações de saúde mais simplificados, como o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) no âmbito do Sistema Único de Saúde, não suprem a ausência deste serviço em situações de saúde mais graves ou complexas.

Concedamos agora a voz aos pequenos proprietários como Samarica por meio de seus cantadores populares, como aparece na música “Baralho dois ouro”, de domínio público. [19]

Ô meu baralho dois ouro (refrão)
Agora vou lhes dizer
(refrão)
mas como eu quero lhes contar
(refrão)
que é pra chamar rapa de pina
(refrão)
ou pipa, picareta e pá
(refrão)

Ô, são sete machado com dezoito caripina
cortando madeira fina pra fazer meu tabuado
fazer meu tabuado, cortando madeira fina

[19] Música gravada pelo grupo pernambucano Raízes de Arcoverde, no disco “Samba de Coco”, 2002. Disponível em <http://www.cocoraizes.com.br/musicas.htm>. Acesso em 17 de junho de 2008.

são sete machado com dezoito caripina

Ô meu baralho dois ouro (refrão)

Oi no dia de São José

(refrão)

choveu lá no meu sertão

(refrão)

mas esta chuva foi tão boa

(refrão)

que eu plantei milho e feijão

(refrão)

Quem quiser cantar comigo

oi venha aqui para o salão

eu canto verso de coco

o meu nome é Damião

Representada pela tirada da carta de ouro de um baralho ou, na sorte grande, duas cartas do naipe ouro - dois ouro - numa ambígua alusão à trapaça e à sorte, trata-se de categoria fundamental do pensamento social do camponês, sujeito à intempérie do clima (seca, geada, inundação) ou aos interesses dos poderosos, sustentados na grande propriedade. Categoria cujo par oposto é o azar, implica estar atento aos sinais oriundos da imersão no mundo, em atitude sempre concreta, não isenta, porém, de sentido mágico.

De acordo com o artigo "O baralho como símbolo amoroso", de José Jambo da Costa (2004), o dois de ouro faz alusão à sorte,   fartura quando o muxuango [²⁰] parte o baralho:

Quando parto o meu baralho

E só me sai cartas de ouro,

Sei que o ano é de fartura,

A colheita é um tesouro.

O muxuango pode, contudo, sacar do baralho uma carta de paus:

[²⁰] Muxuango – tipo rústico da baixada fluminense da região da foz do Paraíba do Sul; sitiante ou posseiro em terras pobres, sem valia para agricultura e isolada do ponto de vista de acesso, dedica-se a uma diversidade de atividades para garantir a sobrevivência; o baralho de cartas   parte de sua cultura, não como adivinho ou cartomante, mas com simboliza o amorosa ou religiosa, em seus torneios poéticos, diz José Veríssimo da Costa Pereira em "Muxuango". JANGADA BRASIL, ano IV, edi o 44, abril 2002. Disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br/abril44/of440400.htm>. Acesso em 17 de junho de 2008.

*Quando parto o meu baralho
E me sai cartas de pau,
Sei que terá derrubada.
Muita seca, um ano mau.*

É quando se fazem ouvir outras vozes, do reclamo da perda das safras, da morte do gado, da fome, do desespero pelo chão abrasado, como na clássica música “Vozes da seca” (1953) [21], de Luiz Gonzaga e Zé Dantas:

*Seu doutor os nordestinos
têm muita gratidão
pelo auxílio dos sulistas
nessa seca do sertão.
Mas doutor uma esmola
a um homem que é são
ou lhe mata de vergonha
ou vicia o cidadão.*

*É por isso que pedimos
proteção a vosmecê
homem por nós escolhido
para as rédeas do poder.
Pois doutor dos vinte estados
temos oito sem chover
veja bem, quase a metade
do Brasil está sem comer.*

*Dê serviço a nosso povo,
encha os rio de barragem
Dê comida a preço bom,
não esqueça a açudagem.
Livre assim nós da esmola,
que no fim dessa estiagem
lhe pagamos inté os juros
sem gastar nossa coragem.*

*Se o doutor fizer assim
salva o povo do sertão
quando um dia a chuva vim,*

[21] Música de 1953. Na época o Nordeste atravessava uma devastadora seca.

*que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca,
vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso destino mercê
tem nas vossas mãos.*

Na letra percebe-se que Gonzaga e Dantas defendem políticas públicas para amparar os agricultores, ainda que as soluções apontadas não sejam diferentes daquelas historicamente encaminhadas na região até então: represar os rios para produzir energia hidroelétrica, construir açudes para distribuir água e crédito para o plantio. Fazer os recursos chegar às mãos dos pequenos agricultores sempre foi difícil e no sertão nordestino, praticamente impossível. Eis o que disse “seu” Raimundo para Sergio Góes de Paula e Cesar Queiroz Benjamin por ocasião da seca de 1983:

“Vem a chuva, o pessoal planta mas depois não... Crédito pelo banco aqui foi só os ricos que tinham terra que tiveram. Os pequenos, os médios não tiveram. Não tiveram condição de pegar... Uma grande propriedade, não é? Ele tem oitocentos e tantos hectares. Mas ele nunca pagou imposto. Quem paga é o rendeiro.” (GÓES DE PAULA; BENJAMIN, 1986)

A seca no Nordeste é um fenômeno natural caracterizado pelo atraso na precipitação das chuvas ou sua distribuição irregular e baixa precipitação. Daí a importância da sinalização do “inverno” favorável à agropecuária na região com chuvas no Dia de São José, 19 março, ressaltado no “Baralho dois ouro”.

A seca, no Nordeste, corresponde ao estio ou, em certos casos, à geadas no Sudeste; representa o elemento cosmológico da vida do trabalhador rural, sua subordinação maior como criatura (“Baralho dois ouro”, “Vozes da seca”) de Deus neste mundo vão. Elemento de fatalidade, nem por isso exclui, em nome da sobrevivência, atenção aos sinais da natureza para trabalhar a terra.

A seca é um fenômeno natural com registros esporádicos desde o século XVI, mas sistemáticos a partir da grande seca de 1877, ocorrida no final do Império. “A solução hidráulica” encaminhada por ocasião desta seca tornou-se a política pública republicana, principalmente com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) em 1909 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959. A política consistiu na construção de açudes e barragens para acumular água e destiná-la à população e agropecuária nos anos de seca. Mas, dizem os camponeses, o problema é menos a seca do que a “cerca”. É o poder dos

grandes proprietários que consegue interferir na própria política de combate à seca. Quer dizer, a seca criou a “indústria da seca”. De acordo com a Fundação Joaquim Nabuco:

“O fenômeno natural das secas ensejou o surgimento de um fenômeno político denominado indústria da seca.

Os grandes latifundiários nordestinos, valendo-se de seus aliados políticos, interferem nas decisões tomadas, em escala federal, estadual e municipal. Beneficiam-se dos investimentos realizados e dos créditos bancários concedidos. Não raro aplicam os financiamentos obtidos em outros setores que não o agrícola, e aproveitam-se da divulgação dramática das secas para não pagarem as dívidas contraídas. Os grupos dominantes têm saído fortalecidos, enquanto é protelada a busca de soluções para os problemas sociais e de oferta de trabalho às populações pobres.

Os trabalhadores sem terra (assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes) são os mais vulneráveis à seca, porque são os primeiros a serem despedidos ou a terem os acordos desfeitos.”

A previdência do trabalhador e trabalhadora rurais tem atenuado a situação em épocas de seca, conferindo um novo papel social aos idosos no sertão.

Como resultado do rompimento da corda “do lado mais fraco”, a seca produziu os retirantes cujas imagens foram imortalizadas na pintura por Cândido Portinari e na literatura por Rachel de Queiroz (“O Quinze”) e Graciliano Ramos (“Vidas Secas”). Mas é no Auto de Natal Pernambucano “Morte e Vida Severina” (1954/55), de João Cabral de Melo Neto, que o drama do retirante atinge uma expressão artística de maior impacto.

Eis que, no auto, depois de se apresentar aos assistentes, o personagem central, Severino, se compara a outros, *iguais em tudo na vida* e também na morte:

*E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença*

*é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).*

No "Funeral de um lavrador" (1965), de Chico Buarque/ João Cabral de Melo Neto, Severino assiste ao enterro de um trabalhador de oito e ouve os amigos dizerem dele:

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida. (bis)
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio. (bis)
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida.
É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estás mais ancho que estavas no mundo. (bis)
É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo. (bis)
É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca. (bis)
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida.
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca.*

Para entender a música é importante ler o "Auto de Natal", no qual se fala de um trabalhador que quase nada possuiu em vida, trabalhava em terra alheia como meeiro e morreu de morte matada porque "queria espalhar-se" na terra. Severino, no enterro do lavrador, observa o trabalhador agora morto para constatar que a melhor camisa dele será de terra. Como diz a letra da música, a terra da cova em palmos medida, a parte que lhe coube deste latifúndio, a terra que queria ver dividida.

A visão poética de João Cabral e a musicalização dos versos do poema por Chico Buarque abarcam a luta pela reforma agrária à frente da qual se puseram, no início dos anos 1950, as Ligas Camponesas na Paraíba, em Pernambuco, em Goiás e no Rio de Janeiro. Trata-se de uma luta da qual são herdeiros e porta-vozes os movimentos organizados atualmente na Via Campesina, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB).

Nem todos os trabalhadores rurais abraçaram a luta da reforma agrária, seja na época das Ligas Camponesas, seja na forma atualmente encaminhada pelo MST, de ocupação dos latifúndios sob a forma de acampamentos [22] para exigir do governo federal a desapropriação dos mesmos e o assentamento permanente [23]. Uma parte dos trabalhadores rurais tem procurado alternativas de trabalho na migração.

A migração tem sido historicamente uma forma dos camponeses lidarem com a impossibilidade de garantir a reprodução do núcleo familiar, em virtude da falta de terra, da ruptura de acordos de parceria e de arrendamento pelos latifundiários ou, ainda, da falta de políticas de apoio ao plantio e comercialização de produtos de sua lavoura. Evidentemente a migração destes trabalhadores para o Sudeste do Brasil explica-se tanto pela industrialização e urbanização aceleradas, quanto pela expansão da agroindústria, principalmente canavieira, nos anos 1960-1980.

“O rancho da goiabada”, música de João Bosco e Aldir Blanc (1976) [24] pode ser interpretada como uma alegoria destes pobres do campo vindos do chamado “Polígono da seca” que cobre uma vasta área do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais até o Piauí. Os autores falam dos poucos meios de sobrevivência – o rádio de pilha, o fogão jacaré, a marmitta, o dia

[22] Imortalizados no cinema por Tetê Moraes em *Terra para Rose* (1987) e *O sonho de Rose – dez anos depois* (2000).

[23] Transcrevo aqui passagem, do texto “MST, luta pela terra e neoliberalismo”, de Claudinei Coletti: “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) começa a se constituir no final dos anos 70/início dos anos 80, num contexto histórico marcado pelo início da crise do regime ditatorial militar que se instalara no país em abril de 1964. Várias lutas localizadas anunciavam o surgimento de um novo movimento de luta pela terra no Brasil: em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979, 110 famílias ocuparam as glebas Macali e Brilhante; em Campo Erê, Santa Catarina, em 1980, ocorre a ocupação da fazenda Burro Branco; no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu, organizavam-se contra o Estado; em São Paulo, ocorria a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutavam pela permanência na terra. Esses movimentos localizados, a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada ao setor progressista da Igreja Católica, promoverão vários encontros regionais entre suas lideranças, que desembocarão num Encontro Nacional ocorrido em janeiro de 1984, em Cascavel, município do Paraná, no qual é fundado o MST como um movimento nacional de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais. Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR), o MST realiza seu 1º Congresso Nacional.” Projeto de pesquisa de doutoramento em Ciências Sociais da UNICAMP, fevereiro de 2000. Disponível em www.unicamp.br/cemarx/download

[24] Marcha-rancho produzida em 1976, com arranjo de Radamés Gnattali, segundo artigo de Jimmy Scott publicado no jornal Extra Classe, Ano 11 (101): abril de 2006. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/abr06/cultura.asp>

de domingo, o bar – disponíveis para superar o desgaste sofrido no trabalho – e do sonho da mesa farta de iguarias.

*Os bóias-frias quando tomam umas birita
Espantando a tristeza
Sonham com bife-a-cavalo, batata-frita
E a sobremesa*

*É goiabada-cascão com muito queijo
Depois café, cigarro e um beijo
De uma mulata chamada Leonor ou Dagmar.*

*Amar
O rádio-de-pilha, o fogão-jacaré, a marmita, o domingo no bar
Onde tantos iguais se reúnem contando mentiras
Pra poder suportar.*

*Ai, são pais-de-santo, paus-de-arara, são passistas
São flagelados, são pingentes, balconistas
Palhaços, marcianos, canibais, lírios, pirados
Dançando dormindo de olhos abertos à sombra da alegoria
Dos faraós embalsamados.*

Vale observar que João Bosco e Aldir Blanc optaram pela marcha-rancho, uma forma musical antiga de canção urbana, tal como o samba, e não pelas formas da canção rural, como a moda de viola, o samba de roda ou o desafio. Provavelmente, consideraram a marcha-rancho mais adequada para mostrar os “bóias-frias” como parte do povo brasileiro, juntamente com os vários outros personagens socialmente desenraizados, apresentados numa situação de desfile carnavalesco, como sugerem os versos finais: *Dançando dormindo de olhos abertos à sombra da alegoria/ Dos faraós embalsamados.*

Seria possível especular serem os “faraós embalsamados” os generais que ocupavam o poder, afinal a música foi composta no ano de 1976, num momento em que o regime militar ainda dispunha de bases socialmente sólidas devido ao acelerado crescimento de nossa economia capitalista periférica e dependente. A nós cabe fazer outras inferências, numa perspectiva temporal mais ampla, vinculadas ao contexto de trabalho persistente até os nossos dias.

A marcha-rancho permite pensar no que os “bóias-frias” precisam “espantar”. Significa falar do desgaste diariamente sofrido numa jornada

intensa, estafante e perigosa – capaz de levar alguns trabalhadores a uma situação de colapso físico e mental, razão da “birola” ou morte súbita no trabalho – e de serem tratados, depois, como se fossem o bagaço da cana-de-açúcar prensada nas usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto e as outras áreas que se expandem no chamado Arco de Desmatamento da Amazônia.

Desde 2002 tem sido observada a intensificação do processo de mecanização do corte da cana no Estado de São Paulo (SILVA, 2004). É o resultado do desenvolvimento capitalista e da luta de classes no campo, na medida em que implica, de um lado, a concorrência inter-capitalista, no Brasil e no plano internacional; por outro, as greves dos trabalhadores por aumentos salariais e melhorias na forma de remuneração do trabalho e a ação estatal para coibir o trabalho escravo [25] e formalizar as relações de trabalho com base na legislação trabalhista.

A mecanização vem acompanhada da incorporação dos avanços na genética, tendo como resultado uma elevação enorme dos níveis de produtividade, de um lado, e demissões, de outro, principalmente na região de Ribeirão Preto:

“Segundo cálculos existentes, para cada cem demissões, são abertas doze vagas para funções especializadas, dentre elas, aquelas referentes aos condutores dessas máquinas, pois elas operam 24 horas por dia, subvertendo, portanto, totalmente os limites impostos pela natureza no que tange ao trabalho na agricultura” (SILVA, 2004, p. 31).

Mas a mecanização neste ramo da agricultura não é generalizada, de modo que os desempregados numa região se transformem em força de trabalho para usinas situadas em outras regiões, como no Mato Grosso do Sul, onde esta transformação do processo produtivo é incipiente (SILVA, 2004).

E os bóias-frias continuam a ter de espantar a tristeza por este Brasil afora.

[25] De acordo com Leonardo Sakamoto dos 5.973 libertados da escravidão pelo governo federal em 2007, 52% - 3131 - estavam em atividades ligadas à cana-de-açúcar nos Estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Ceará. Em 2006, houve o registro de 289 trabalhadores libertados no setor sucroalcooleiro, e, no ano anterior, apenas em uma das ações 1.003 ganharam a liberdade, na Destilaria Gameleira, em Confresa (MT). Leonardo Sakamoto. Por que, afinal, existe trabalho escravo no Brasil? Repórter Brasil, 15 de abril de 2008. Disponível em <http://www.repórterbrasil.org.br/exibe.php?id=1328>

Nosso último registro desta 'seleta musical' sobre **Trabalho rural** é, igual à "Samarica parteira", a história de um evento maravilhoso, lembrada por um homem simples, envolvendo a situação de ganhar, perder muito e ganhar mais, não capital, mas a verdadeira riqueza, a relação afetiva, o amor. Eis a temática de "Boiada cuiabana" [26], moda de viola composta por Raul Torres:

*Vou contar a minha vida do tempo que eu era moço
De uma viagem que eu fiz lá pro sertão do Mato Grosso
Fui buscar uma boiada isto foi no mês de agosto.*

*Meu patrão foi embarcado na linha Sorocabana
Capataz da comitiva era o Juca Flor da Fama
Foi tratado pra trazer uma boiada cuiabana.*

*No baio foi João Negrão, no tordilho Severino
Zé Garcia no alazão, no pampa foi Catarino
A madrinha e o cargueiro quem puxava era um menino.*

*Eu sai de Lambari na minha besta ruana
Só depois de trinta dias que cheguei em Aquidauana
Lá fiquei enamorado de uma malvada baiana.*

*Ao chegar em Campo Grande num cassino eu fui chegando
Uma linda paraguaia na mesa estava jogando
Botei a mão na algibeira, dinheiro estava sobrando.*

*Ela mandou me dizer pra que eu fosse chegando
Eu mandei dizer pra ela vai bebendo eu vou pagando
Eu joguei nove partidas meu dinheiro foi andando.*

Declamado:

*A lua foi se escondendo, vinha rompendo a manhã
Aquela morena faceira trigueira cor de romã
Soluçando me dizia,
Mutchacho leva-me contigo que te darei toda a minha alma,
Todo meu amor, todo meu carinho, toda minha vida
Os boiadeiros no rancho estavam prontos pra partida
Numa roseira cheirosa os passarinhos cantavam*

[26] A canção pode ser ouvida na interpretação de Tião Carreiro e Pardinho Disponível em <http://letras.terra.com.br/tiao-carreiro-e-pardinho/424515/>

*Minha besta ruana parece que adivinhava
Que eu sozinho não partia, meu amor me acompanhava.*

Cantado:

*Eu parti de Campo Grande com a boiada cuiabana
Meu amor veio na anca da minha besta ruana
Hoje eu tenho quem me alegra na minha velha choupana.*

O vaqueiro é o símbolo do campesinato, um grupo social marcado pela esperança de enriquecer, sempre ameaçado de desaparecer, em decorrência da pressão do latifúndio sobre a terra, fonte de vida e de poder. Pode-se dizer que o campesinato leva uma existência social agônica: mas, tal como no samba de Nelson Sargento, *Agoniza mas não morre*.

Diferente da música "Romaria", de Renato Teixeira, o vaqueiro na música de Raul Torres não está só, perdido em pensamentos sobre o seu cavalo. Como ele, investiu e desistiu, porém descobre a verdadeira sorte. Empenhado em encontrar um "bem" para a sua vida, o boiadeiro deixou de lado, nesta visão de Raul Torres, o espírito de poupança que lhe permitiria comprar algumas cabeças de gado, montar um negócio, "estabelecer-se" como pequeno patrão. Sua escolha expressa um valor e o sentimento de que tomou a posição acertada: *Hoje eu tenho quem me alegre na minha velha choupana*.

As músicas apresentadas e analisadas expressam universo social do trabalhador rural, marcado por uma instabilidade estrutural, quer dizer, pela difícil sobrevivência do trabalhador como camponês, pela proletarianização a que se vê forçado muitas vezes e pela resistência à proletarianização; esta instabilidade resultou, em certos momentos históricos, em conflito de classe em torno da propriedade da terra.

Entender a "questão agrária" subjacente à situação do trabalhador rural é tarefa desafiante, inclusive devido à terminologia. Para a maioria absoluta dos governos, exceção feita ao de João Goulart, em grande medida devido à mobilização popular, não há uma "questão agrária" a resolver no Brasil e sim uma "questão agrícola".

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, até mesmo o termo 'latifúndio' deixou de ser usado nos meios governamentais e inclusive acadêmicos, e foi substituído pelo estrangeirismo agronegócio – tradução do inglês *agrobusiness* – com o intuito de superar a visão de um setor tecnologicamente atrasado, improdutivo, e olvidar a necessidade da

reforma agrária, em decorrência da nova figura jurídica da “função social da propriedade” estabelecida na Constituição brasileira de 1988. Ao mesmo tempo, com a instituição do crédito rural para os pequenos proprietários, surgiu a categoria dos “agricultores familiares”, em detrimento dos minifundiaristas.

Tudo isto atesta, como ressalta Afrânio Garcia (2003), o enorme poder de que dispõe a classe dos grandes proprietários, a burguesia agrária, na defesa de seus interesses dentro da sociedade brasileira.

É importante observar também que o desenvolvimento capitalista no campo, também denominado “modernização da agricultura” trouxe graves problemas sociais e ambientais (PALMEIRA, 1989). Não foi, contudo, um processo espontâneo, mas impulsionado pelo Estado, principalmente a partir do regime militar (1964-1984). O processo envolveu os chamados “agricultores familiares” em todo o país, principalmente nas regiões Sudeste e Sul a partir dos anos 1970. Impôs o sistema agrícola propugnado pela chamada revolução verde, a saber, o uso intensivo de fertilizantes, sementes híbridas, agrotóxicos e irrigação. Esse sistema, organizado por associações e sindicatos vinculados ao “agronegócio”, mas baseado no que denominamos de complexo das indústrias bioquímico-farmacêuticas - um conglomerado mundial do qual fazem parte as empresas Bunge, Monsanto, Syngenta, Bayer e Novartis - tem acarretado, a par da subordinação dos camponeses e da dependência dos países em matéria de política agrícola e de soberania alimentar, devastação florestal, redução da biodiversidade, erosão do solo e contaminação de lençóis freáticos. Do ponto de vista da saúde, o impacto dos agrotóxicos é extremamente grave para vários grupos de trabalhadores, como é o caso da fumicultura (SILVA; FERREIRA, 2006; AGOSTINETTO, 2000), expressos nas intoxicações, na maior incidência de adoecimento e morte por câncer e de perturbações mentais. Crimes ambientais contra populações têm sido notificados mais recentemente [27].

A “modernização da agricultura” implicou maior integração entre os capitais produtivos e financeiros, como demonstra o caso da Agropecuária Santa Bárbara, sociedade entre Carlos Rodenburg e Daniel Dantas, dono do banco Opportunity; a empresa, instalada há pouco mais de dois anos, tem

[27] Como, por exemplo, o da contaminação da população urbana de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso do Sul, por herbicida dessecante pulverizado por avião monomotor no início de março de 2006 para apressar a colheita da soja, cultura que trouxe os lucros para os grandes produtores da região. Paulo Machado. Pulverização de cidade com veneno gera debate sobre impacto ambiental do agronegócio. *Rádiorás*, 13 de abril de 2006. Disponível em http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=262026&editoria=

meio milhão de cabeças de gado no sul do Pará e Norte de Mato Grosso, região que concentra o desmatamento associado à pecuária [28].

O fato acima é ilustrativo do grau de integração da classe dos grandes proprietários rurais com os interesses do capital financeiro e, pois, da dinâmica da acumulação de capital na situação de país periférico e dependente.

Uma interpretação mais aprofundada sobre estes processos somente pode ser alcançada pela leitura e reflexão de textos das ciências sociais, da antropologia, sociologia e economia, bem como das ciências biológicas e da saúde.

Bibliografia

AGOSTINETTO, Dirceu et al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas-RS. *Rev. Bras. de AGROCIÊNCIA*, v. 6, n. 2, p. 171-175. 2000. Disponível em <http://www.ufpel.tche.br/faem/agrociencia/v6n2/artigo19.pdf>

COSTA, José Jambo da. O baralho como símbolo amoroso, *JANGADA BRASIL*, ano VI, edição 68, Julho 2004. Disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/julho68/pn68007b.asp>. Acesso em 17/06/2008.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Seca no Nordeste Brasileiro. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/>. Acesso em 18 de junho de 2008.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-‘milagre’*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 154-189, 2003.

GÓES DE PAULA, Sergio; BENJAMIN, Cesar Queiroz. “...e o sertão de todo se impropriou à vida...”: Um estudo sobre a seca e a fome no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1986.

[28] 40% de carne e soja vem da Amazônia Legal. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de junho de 2008, A 10.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, estado e questão agrária. *Estudos Avançados* - USP, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas*. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004. p. 29-77.

SILVA, Sabrina Soares; FERREIRA, Patrícia Aparecida. 2006. A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal. XXVI ENEGEP - Encontro da Associação Brasileira de Engenharia de Produção. Fortaleza, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_8720.pdf

STOTZ, Eduardo Navarro. *Luta pela saúde ambiental: a AMAP contra Curtume Carioca S.A., uma experiência vitoriosa*. In: VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro (Org.). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, volume. 1, p. 131-160.

[ENS]

Trabalho, profissão: a música popular brasileira

O trabalho é um tema central na música popular brasileira. Antes de mais nada, o trabalho do compositor é a forma mediante a qual o artista projeta sua identidade na sociedade e, ao mesmo tempo, a espelha em suas obras quer dizer, nas letras, nos sons, nos ritmos e nas melodias de suas músicas.

No samba “O que será de mim?” de Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves, lançado no ano de 1931, gravado pelo dueto Francisco Alves (conhecido como “Rei da Voz” ou por Chico Viola) e Mário Reis, emerge o tema do trabalho vinculado ao da identificação do músico com o ‘malandro’. Vejamos a letra:

*Se eu precisar algum dia
De ir pro batente
Não sei o que será
Pois vivo na malandragem
E vida melhor não há
Minha malandragem é fina
Não desfazendo de ninguém
Deus é quem nos dá a sina
E o valor dá-se a quem tem
Também dou a minha bola
Golpe errado ainda não dei
Eu vou chamar Chico Viola
Que no samba ele é rei
Dá licença seu Mário*

*Oi, não há vida melhor
Que vida melhor não há
Deixa falar quem quiser
Deixa quem quiser falar
O trabalho não é bom
Ninguém pode duvidar*

*Oi, trabalhar só obrigado
Por gosto ninguém vai lá*

A exaltação à malandragem como estilo de vida, aproxima o malandro da elegância (*Minha malandragem é fina*) e, ao mesmo tempo,

apresenta a malandragem como uma espécie de trabalho (*Também dou a minha bola*).

A visão de Ismael Silva e Nilton Bastos é de que o trabalho é simplesmente uma obrigação, não existindo a possibilidade de unir trabalho e prazer (*Oi, trabalhar só obrigado/ Por gosto ninguém vai lá*).

Outro compositor famoso por escrever músicas exaltando a malandragem era Wilson Batista. Uma prova disto é sua canção "Lenço no pescoço", de 1933:

*Meu chapéu do lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso
Eu passo gingando
Provoco e desafio
Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio.*

*Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no misere
Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver quem tem razão*

*E ele toca
E você canta
E eu não to*

Os versos dessa canção valorizam o modo de vida do malandro, desde suas vestimentas, passando pelos trejeitos, até suas ações. A música faz também uma crítica ao mercado de trabalho da época afirmando que os salários pagos aos trabalhadores eram extremamente baixos (*Eu vejo quem trabalha/ Andar no misere*).

A música “Lenço no pescoço” foi o estopim da polêmica musical mais frutífera para a música popular brasileira. Tal música foi respondida quase que verso a verso por Noel Rosa na canção “Rapaz folgado” (1933):

*Deixa de arrastar o teu tamanco
Pois tamanco nunca foi sandália
E tira do pescoço o lenço branco
Compra sapato e gravata
Joga fora esta navalha que te atrapalha.*

*Com chapéu do lado deste rata
Da polícia quero que escapes
Fazendo um samba-canção
Já te dei papel e lápis
Arranja um amor e um violão.*

*Malandro é palavra derrotista
Que só serve pra tirar
Todo o valor do sambista
Proponho ao povo civilizado
Não te chamar de malandro
E sim de rapaz folgado.*

Toda elegância que Wilson Batista afirmava que o malandro tinha e toda a aproximação que, segundo ele, havia entre o sambista e a vadiagem foram apagadas por Noel Rosa (*Malandro é palavra derrotista/ Que só serve pra tirar/ Todo valor do sambista*). Essa polêmica se estendeu durante um bom tempo e rendeu obras-primas do cancionista popular do Brasil. Entre elas estão “Mocinho da Vila” de Wilson Batista, “Palpite infeliz” de Noel Rosa, “Conversa fiada” de Wilson, “Feitiço da Vila” de Noel entre outras (DINIZ, 2006). [29]

Trata-se também de um viés de classe: a identidade do sambista reivindicada por Noel Rosa espelhava a sua condição, pois apesar de branco e universitário, era, a seu modo, outro tipo de malandro (“rapaz folgado”). Na verdade, Noel não queria o samba como uma exclusividade do morro, do marginal, no negro. Disse-o com clareza na música “Feitio de oração” (1932), em parceria com Vadico: *o samba na realidade não vem do morro/*

[29] Há quem diga que tal controvérsia foi de grande proveito para Wilson Batista. “Wilson, ainda novo no meio musical carioca e muito jovem para brigar com o famoso Noel, foi tirando proveito da fama momentânea e prolongou a contenda” (DINIZ, 2006, p. 64).

nem da cidade/ [...] nasce no coração. (Samba e a verdadeira malandragem, 2007)

O desprestígio do malandro e da malandragem recrudescem com a mudança na situação nacional após o golpe que, sob a liderança de Getúlio Vargas e com apoio do general Góis Monteiro, instituiu o Estado Novo no Brasil em 1937.

O regime passou a construir, por meio de intensa propaganda, uma imagem que possibilitasse legitimar o sistema ditatorial instituído, bem como um maior controle da população. Para tal, em 1939 o governo brasileiro criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (o famoso D.I.P.), "(...) diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes" (FAUSTO, 2001, p. 367). A atuação do DIP era difundida por vários veículos como rádio, teatro, cinema, além da literatura e da imprensa estrangeira, agindo no intuito de não deixar que notícias nocivas a seus interesses fossem publicadas, tanto no Brasil, quanto no exterior. Havia também a transmissão de programas radiofônicos como a "Hora do Brasil" utilizados como instrumentos para a divulgação de obras realizadas pelo governo bem como para sua propaganda.

Um interessante episódio relacionado ao samba "O bonde São Januário" de Wilson Batista e Ataulfo Alves demonstra tal mudança. Wilson Batista sabia que qualquer música, antes de ser gravada, editada e lançada, deveria ter seu conteúdo aprovado pelo DIP. Assim, tinha ciência de que se quisesse lançar uma música deveria submeter sua letra à aprovação pelos funcionários do órgão federal.

Wilson Batista cumpriu essa etapa, porém a letra de "O bonde São Januário" não atendia às diretrizes do Estado Novo, pois conservava a ética da malandragem e a desvalorização da imagem do trabalhador. A letra original dizia:

*Quem trabalha não tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um cara otário
Eu que não vou trabalhar.*

O desfecho dessa tentativa é óbvio: a música foi recusada pelos funcionários do DIP, pois ia de encontro com os valores trabalhistas que o Estado Novo tentava ardorosamente passar para a população.

Analisando a letra, podemos ver quão oposta aos ideais varguistas estava a canção. O bairro de São Januário era uma conhecida zona proletária da Cidade do Rio de Janeiro; tal bairro, não à toa, foi o escolhido por Getúlio Vargas para a realização de muitos de seus mais importantes discursos em defesa do trabalhismo, realizados no Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama. O bonde mencionado na canção era sinônimo de condução de trabalhadores. A letra de Wilson Batista atacava todos esses símbolos do trabalhismo, que o Estado buscava tanto difundir.

Quando saía do prédio do DIP, Wilson Batista encontrou Ataulfo Alves, proveniente da cidade de Miraflores em Minas Gerais. Ataulfo era um famoso compositor de sambas da época, além de ser amigo particular de Wilson Batista. Este mostrou a música para Ataulfo Alves e juntos os dois fizeram importantes mudanças no seu conteúdo. Tais modificações certamente agradaram bastante não só os funcionários do DIP, mas também o Governo Federal. O leitor pode conferir a letra modificada, lançada por Ciro Monteiro no carnaval de 1941:

*Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar*

*Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não da camisa a ninguém.
Passe bem!*

Com as modificações feitas o samba passou a ser uma ode ao trabalho, exaltando-o incondicionalmente, além de depreciar a malandragem e a boemia. Após as alterações, a música se encaixou tão perfeitamente na cartilha ideológica do Estado Novo que este o adotou como hino, utilizando-o em larga escala na propaganda estatal junto à população.

Analisando retrospectivamente a evolução do samba no período de 1930 a 1945, vemos como a música dos compositores e letristas selecionados espelha os dilemas do mundo do trabalho.

A defesa do 'malandro' como um modo de ser do sambista (e como ethos do músico popular em geral), na letra da música "Lenço no pescoço", tem um sentido afirmativo e não, como seria de esperar, negativo. Como observa José Ramos Tinhorão, o surgimento do samba na cidade do Rio de Janeiro está relacionado à expansão das classes trabalhadoras resultante da migração interna para a capital da República. Em outros termos, o samba tornou-se a forma de expressão da experiência urbana dessas classes, particularmente dos negros (TINHORÃO, 1998). A figura do malandro adotada como auto-imagem do sambista foi a forma de identificação do músico popular com suas próprias raízes de trabalhador que, de forma "enviesada", escapa da exploração pelo capital; escapa, enfim, das adversidades, sem se curvar às injunções da sociedade, donde do orgulho de seu modo de ser.

O fato é que ser operário equivalia, naquela época, a ser trabalhador braçal, não especializado, visto com maus olhos inclusive pela burguesia nacional.

Octavio Pupo Nogueira expressava, em 1935, o ponto de vista da burguesia paulistana ao afirmar que o operariado era composto por gentes cujas *faculdades morais e intelectuais não foram afinadas pela educação e pelo meio, cuja vida, puramente animal, supera em muito sua vida psíquica*. Maria Célia Paoli argumenta que tal posição se devia tanto a uma reação imediata contra a legislação trabalhista, então nascente, como expressava o interesse em controlar o trabalhador como pessoa (PAOLI, 1994). Fazia-se presente nessa avaliação negativa o desprestígio do trabalho manual oriundo da escravidão que, apesar de superada, persistia na consciência social da burguesia. Como lembrou um sacristão negro numa explanação sobre a história da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos: "Os donos da cidade tiraram (o peso) das costas, mas deixaram na cabeça".
[³⁰]

A partir de 1930 e, mais intensamente, de 1937 com a implantação do Estado Novo, o tema do trabalho perdeu a característica negativa para transformar-se em fundamento da prosperidade nacional. Nesse esforço empenhou-se inclusive Heitor Villa-Lobos. De acordo com Monti (2008) nas canções orfeônicas "As costureiras", "O ferreiro" e "Canção do trabalho", principalmente nesta última, Villa-Lobos colaborou na construção do

[³⁰] Relato ouvido em 10 de janeiro de 2002, durante viagem feita por Eduardo Stotz e amigos ao interior de Minas Gerais.

trabalho como categoria unificadora da nacionalidade, acima das diferenças de classe:

CANÇÃO DO TRABALHO

*Trabalhar é lidar sorridente,
Num empenho tenaz p'ra vencer,
E' buscar alentado conforto,
No fecundo labôr do viver!
O trabalho enobrece e seduz,
Faz noss'alma pairar nas alturas,
Quem trabalha semeia em terreno,
Que nos dá fortes mæsses maduras!
O trabalho é dever que se impõe,
Tanto ao rico que a sorte bafeja,
Como ao pobre que luta sem trégua,
Na mais dura e exaustiva peleja!
Nossa terra reclama em favor,
Do seu grande e imponente futuro,
Que seus filhos com honra se esforcem,
Por lhe dar um destino seguro!*

O trabalho assalariado tornou-se central na legitimação da nova ordem social assentada na industrialização. A valorização do trabalhador em detrimento do 'malandro' e da figura do 'operário ocasional' passou a implicar disciplina, dedicação e assiduidade, tornando-se, desde então, o modo de habituação do trabalhador ao modo de produção capitalista.

A carteira de trabalho, instituída em 1932, pode ser considerada um dos símbolos do modo de acostumar o trabalhador ao capitalismo. As palavras do então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Marcondes Filho, impressas neste documento desde aquela data até 1988 fornecem uma boa ilustração da missão da carteira de trabalho:

"Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado a carteira profissional é um documento indispensável à proteção ao trabalhador.

Elemento de qualificação civil e habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento

aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.” (LONER et al., 2007, p. 7-8)

Mas trabalhar com carteira assinada e ter acesso aos direitos assegurados por lei ainda é um desafio para grande parte dos trabalhadores brasileiros. O processo da formalização do mercado de trabalho não se completou e tampouco o assalariamento tornou-se a única forma de exploração da força de trabalho pelo capital.

No começo da década de 1980, o sociólogo Regis de Castro Andrade observava a importância da intervenção do estado por meio da política social para civilizar o capital em sua relação com o trabalho:

“A própria classe capitalista brasileira se apresenta com sua face verdadeira: uma classe agressiva e predatória, que é preciso remunerar para que concorde; uma classe que, por ser poderosa, acredita que seu poder não tem limites, e pode ser destruída pelos trabalhadores que ela deseja explorar ilimitadamente.” (ANDRADE, 1980, p. 1).

Bibliografia:

ANDRADE, Regis de Castro. *Política social e normalização institucional no Brasil*. In: L Maira e outros. *América Latina: novas estratégias de dominação*. Petrópolis, Vozes, 1980.

DINIZ, A., *Almanaque do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LONER, Beatriz Ana; KOSCHIER, Paulo Crizel; BEM, Emmanuel. *Perfil do trabalhador gaúcho: 1933-1939*. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife. 2007.

MONTI, Eduardo Monteiro Gonzaga do. *Canto orfeônico: Villa-Lobos e as representações sociais do trabalho na era Vargas*. *Teias*: Rio de Janeiro, v. 9, n.18, p. 78-90, 2008.

MURGEL, Carô. *Biografia de Noel Rosa*. MPBNet. Disponível em <http://www.mpbnet.com.br/musicos/noel.rosa/index.html>. Acesso em 05 de abril de 2009.

OLIVEIRA FILHO, A. L. de. *Pioneiros do Samba. Depoimentos de: Bicho Novo, Carlos Cachça e Ismael Silva*, Rio de Janeiro: MIS Editorial, 2002.

PAOLI, M. C. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social* - Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 17- 41, jan/jun 1994.

Samba e a verdadeira malandragem. Caderno 2/Música. *O Estado de São Paulo* Online, Sábado, 28 de Abril de 2007. Disponível em <http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2007/not20070428p1669.htm>. Acesso em 03 de maio de 2009.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998

[JGOCM]

Saúde Pública

A aproximação ao tema Saúde Pública será permeada por músicas que possibilitam interfaces entre saúde e trabalho em diversos momentos da história do país.

Pode-se considerar as campanhas sanitárias do princípio do século XX, durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) como um marco inicial das políticas de Saúde Pública no Brasil.

Anteriormente, houve poucas iniciativas institucionais na área de saúde. Entre elas, ressalta-se a criação do Colégio Médico-Cirúrgico no Real Hospital Militar da Cidade de Salvador e a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, quase um século antes, em 1908, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

No Rio de Janeiro, no início do século XX, a característica autoritária que marcou diversas diretrizes do governo Rodrigues Alves, dentre elas a vacinação em massa contra a varíola, provocou na população um sentimento de indignação que culminou na “Revolta da Vacina”, em 1904. Sevcenko (2001) assinala que:

“A constituição de uma sociedade predominantemente urbanizada e de forte teor burguês no início da fase republicana, resultado do enquadramento do Brasil nos termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológica (por volta de 1870), foi acompanhada de movimentos convulsivos e crises traumáticas, cuja solução convergiu insistentemente para um sacrifício cruciante dos grupos populares” (SEVCENKO, 2001, p. 9-10).

Tratava-se de tornar a cidade do Rio de Janeiro, conhecida como *“túmulo dos estrangeiros”* (SEVCENKO, 2001, p. 40), um ambiente salubre para determinado setor da população, em particular nos espaços de circulação e distribuição de mercadorias.

No início do século XX, no desenvolvimento do sistema capitalista, agora em seu estágio imperialista, o Brasil se inseria na condição de país dominado, ao qual cabia o fornecimento de produtos primários. Para uma

economia voltada para esse comércio exterior que agora dependia da força de trabalho de imigrantes (CARVALHO, 2002), de ruas alargadas para a circulação e o escoamento de mercadorias até o porto, determinadas medidas administrativas haviam de ser realizadas, mesmo que a ferro e fogo. Entre estas, a reurbanização da cidade determinada pelo prefeito Pereira Passos, com a demolição de cortiços e conseqüente afastamento da população mais pobre para bairros periféricos e também para morros e mangues, medida que favoreceria construtoras a remodelarem o centro da cidade com um *boom* de novas edificações.

Por outro lado, eram necessárias ações em saúde pública que naquele momento coibissem principalmente as epidemias que afetavam mais a população branca, como as de febre amarela e varíola, além da peste bubônica que também devastava a cidade. Chalhoub (2001) observa que:

“Os cortiços supostamente geravam e nutriam “o veneno” causador do vômito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano” (CHALHOUB, 2001, p. 8).

É patente que havia entre aqueles reformadores os que se moviam pelo empenho e sinceras convicções em debelar flagelos humanos. Oswaldo Cruz, com a vitoriosa campanha contra a febre amarela e com todo seu empenho em afastar a peste bubônica, em tentar desratizar a cidade, foi um caso exemplar. As medidas sanitárias então tomadas foram marcadas, entretanto, pelo autoritarismo, com o recurso à polícia médica (as brigadas sanitárias), e geraram enorme insatisfação e revolta popular, bem ilustrada em artigos de jornais, charges ^[31] e músicas da época, numa conjuntura de desemprego, carestia, falta de habitação e precárias condições de saneamento.

A polca-choro “*Rato, rato*”, de Casemiro Rocha e Claudino M. Costa, sucesso no carnaval de 1904, ilustra com picardia e com doses de preconceito a relevância do tema que sacudia a vida dos moradores da cidade do Rio de Janeiro naquele momento. A cidade vivia infestada de ratos, cujas pulgas transmitem a peste bubônica. Oswaldo Cruz, entre

^[31] Conferir algumas imagens no artigo *Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada* de Ângela Porto e Carlos Fidelis Ponte. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 2003, vol.10, suppl.2.

outras medidas, instituiu uma recompensa (um tostão) para quem capturasse ratos e os entregasse ao Serviço Sanitário. Logo apareceu quem criasse os animais para depois vendê-los.

"Rato, rato"

Casemiro Rocha e Claudino Manuel Costa

*Rato, rato, rato
Por que motivo tu roeste meu baú?
Rato, rato, rato
Audacioso e malfazejo gabiru.
Rato, rato, rato
Eu hei de ver ainda o teu dia final
A ratoeira te persiga e consiga,
Satisfazer meu ideal.*

*Quem te inventou?
Foi o diabo, não foi outro, podes crer.
Quem te gerou?
Foi uma sogra pouco antes de morrer!
Quem te criou?
Foi a vingança, penso eu
Rato, rato, rato, rato
Emissário do judeu*

*Quando a ratoeira te pegar,
Monstro covarde, não me venhas
A gritar, por favor.
Rato velho, descarado, roedor
Rato velho, como tu faz horror!
Nada valerá o teu qüim-qüim,
Tu morrerás e não terá que chore por ti,
Vou provar-te que sou mau
Meu tostão é garantido
Não te solto nem a pau.*

É interessante notar, no entanto, como aponta Chalhoub (2001), que mesmo ao alegar uma visão neutra das questões de saúde, extraordinários esforços foram mobilizados pela administração pública para coibir algumas doenças e não outras.

A tuberculose, que atingia de forma importante a população pobre e negra, identificada pelos médicos como uma doença ligada às péssimas

condições de nutrição, de vida e de trabalho era responsável por mais mortes do que outras doenças epidêmicas do período. Mesmo assim, decisões políticas que envolviam a reurbanização, o saneamento da cidade, não estavam comprometidas com a melhoria das condições de vida e de saúde para grande parte – pobre – da população da cidade. E até meados do século XX, a tuberculose seria um fator de “seleção natural” dos trabalhadores mais saudáveis para o mercado de trabalho.

Noel Rosa, “o poeta da Vila” (Isabel), um dos mais expressivos nomes de toda a história da música brasileira, morreu precocemente, aos 26 anos, vítima da doença e apontou algumas das características da “tísica” na composição “*Ao meu amigo Edgar*”, musicada décadas depois pelo sambista João Nogueira.

“Ao meu amigo Edgar”

Composição: Noel Rosa, musicada por João Nogueira

*Já apresento melhoras
Pois levanto muito cedo
E deitar às nove horas
Pra mim já é um brinquedo
A injeção me tortura
E muito medo 'me mete'
Mas minha temperatura
Não passa de 37*

*Nessas balanças mineiras
De variados estilos
'Trepei' de varias maneiras
E pesei 50 quilos*

*Deu resultado comum
O meu exame de urina
Meu sangue 91
Por cento de hemoglobina*

*Creio que fiz muito mal
Em desprezar o cigarro
Pois não há material
Pro meu exame de escarro
Até agora só isto
Para o bem dos meus pulmões*

*E nem brincando desisto
De seguir as instruções*

*Que o meu amigo Edgard
Arranque desse papel
O abraço que vai mandar
O seu amigo Noel*

P.S:

*Muito obrigado ao Noel
E' grande satisfação
Ter um parceiro no Céu
Quem fala aqui é o João.*

A terrível varíola e a primeira vacina

A varíola – primeira doença infecto-contagiosa a ser erradicada no mundo por meio de imunização – teve uma longa e larga história de vítimas, inclusive no Brasil onde adquiriu relevância histórica com a Revolta da Vacina de 1904.

Em todo o mundo, a varíola acometeu, marcou e dizimou populações em vários períodos da história do homem, acompanhando seus deslocamentos na Terra. A doença dizimou populações inteiras, como assinala Schatzmayr (2001, p. 1526 apud McNeill, 1976 e Garrett, 1995):

“Usada como arma biológica pelos exércitos de Cortez, no México, foi seguramente a principal responsável pela derrota dos astecas, que não possuíam qualquer imunidade contra a doença (McNeill, 1976). Ainda como arma biológica, foi utilizada por exércitos e colonizadores em suas lutas contra outras populações indígenas em várias regiões das Américas (Garrett, 1995).”

No Rio, em fins do século XIX e início do século XX, eram grandes as epidemias, atingindo significativos segmentos da população. Os sinais que a “bexiga” imprimia à aparência de alguns doentes eram perenes, marcando a vida daqueles acometidos pela doença e foram comuns até meados do século XX.

Um personagem magistral da cultura popular brasileira, Alfredo da Rocha Vianna Júnior, revelava a marca da varíola não só no semblante como também no apelido, pelo qual ficou conhecido e imortalizado:

Pixinguinha. Diz a lenda que a avó o chamava por *Pizindim*; depois da doença seria *Bexiguento*, mas foi a “mistura” *Pixinguinha* que “pegou”.

Mário de Andrade registra a presença do mestre da música popular brasileira na cena carioca criando em seu livro *Macunaíma* um personagem que também é identificado pela marca da doença: “um negrão filho de Ogum, bexiguento e fadista de profissão” (ANDRADE, 1988, p. 57) [32]. A passagem se dá quando o “herói sem nenhum caráter” frequenta uma “macumba” em casa de tia Ciata.

Saber popular

Já no século XVIII, a sabedoria popular, difundida entre as camponesas do interior da Inglaterra, afiançava que as pessoas que ordenhavam vacas não contraíam varíola. Este saber popular constituiu-se em elemento essencial para a instituição da primeira vacina no mundo, introduzida por Edward Jenner, considerado como precursor da Imunologia.

O médico inglês interessou-se por tal premissa da cultura das camponesas. Observou o fenômeno e, em 1796, realizou inoculações com o material das pápulas da *cow pox*, doença eruptiva, semelhante à varíola que acometia o gado da região. Pôde constatar que era verdadeira a convicção de que os indivíduos expostos ao material das lesões das vacas não desenvolviam varíola. Verificou que não adoeciam, mesmo se inoculadas posteriormente com o vírus da varíola. Publicou suas observações e, mesmo apesar de algumas polêmicas, a prática da “vacinação” se alastrou pelo mundo (ROSEN, 1994).

Posteriormente, em finais do século XIX, Pasteur, em seus estudos – sobre o cólera em galinhas – desenvolveu mais profundamente os conhecimentos acerca dos mecanismos da imunização (ROSEN, 1994). E, em 1885, ao descobrir um imunizante contra a raiva, ratificou o termo vacina, do latim *vaccina*, “de vaca”, em homenagem a Jenner.

A primeira vacina no Brasil

A vacina contra a varíola foi introduzida no Brasil no início do século XIX, em 1804; entretanto, em 1904, uma nova lei recolocou a sua obrigatoriedade. Lei que previa algumas exigências: o “atestado de vacina” era requisitado de quem buscasse emprego público, emprego doméstico, ou

[32] A caracterização de Mário de Andrade ficou difundida por meio da biografia de Pixinguinha elaborada por Marília T. Barboza da Silva e Arthur L. de Oliveira Filho: *Filho de Ogum Bexiguento* (1979).

em fábricas. Sanções, como multas, também poderiam ser aplicadas aos que descumprissem a lei (CARVALHO, 1987).

No país – edificado principalmente a partir da exploração de trabalho escravo e último no ocidente a abolir a escravatura –, havia no início do século XX um expressivo contingente de ex-escravos e seus descendentes, com suas culturas e saberes. Para muitos, a doença era provocada por divindades; o tratamento, portanto, caberia aos curandeiros e não à administração pública. Este foi mais um dos entraves à aceitação da vacinação em massa contra a varíola (CHALOUB, 2001).

Autoritarismo e revolta

À época, o conflito entre o discurso higienista e as práticas populares de cuidados com a saúde se intensificaram com a imposição da obrigatoriedade da vacina. As campanhas públicas eram implementadas por meio de uma estrutura autoritária com a mobilização dos guardas sanitários sob o comando de Oswaldo Cruz. As brigadas sanitárias invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força (PORTO, 2003).

A música “A vacina obrigatória”, misturando crítica e humor, reflete bem o clima de indignação e revolta que permeava a população do Rio de Janeiro em 1904.

“A vacina obrigatória” (autor desconhecido – 1904)

*Anda o povo acelerado com horror à palmatória
Por causa dessa lambança da vacina obrigatória
Os manatas da sabença estão teimando desta vez
Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês*

*E os doutores da higiene vão deitando logo a mão
Sem saber se o sujeito quer levar o ferro ou não
Seja moço ou seja velho, ou mulatinha que tem visgo
Homem sério, tudo, tudo leva ferro, que é servido.*

*Bem no braço do Zé povo, chega um tipo e logo vai
Enfiando aquele troço, a lanceta e tudo o mais
Mas a lei manda que o povo e o coitado do freguês
Vá gemendo na vacina ou então vá pro xadrez*

Contam um caso sucedido que o negócio tudo logra

*O doutor foi lá em casa vacinar a minha sogra
A velha como uma bicha teve um riso contrafeito
E peitou com o doutor bem na cara do sujeito*

*E quando o ferro foi entrando fez a velha uma careta
Teve mesmo um chilique eu vi a coisa preta
Mas eu disse pro doutor: vá furando até o cabo
Que a senhora minha sogra é levada dos diabos*

*Tem um casal de namorados que eu conheço a triste sina
Houve forte rebuliço só por causa da vacina
A moça que era inocente e um pouquinho adiantada
Quando foi para pretoria já estava vacinada*

*Eu não vou nesse arrastão sem fazer o meu barulho
Os doutores da ciência terão mesmo que ir no embrulho
Não embarco na canoa que a vacina me persegue
Vão meter ferro no boi ou nos diabos que os carregue.*

Assim, em novembro de 1904, durante uma semana, a cidade ficou conflagrada, com verdadeiras batalhas campais. No dia 13, em meio a tiroteios, combates de rua, 22 bondes foram destruídos, mais de 100 combustores da iluminação danificados e 700 inutilizados. Tropas de São Paulo e Minas foram convocadas para auxiliarem a debelar o movimento (CARVALHO, 1987).

Foi uma revolta fragmentada, palco de vários embates. Oficiais militares, positivistas, inconformados com os “descaminhos” da jovem República, financiados por monarquistas, tentaram assaltar o poder e jogaram lenha na insatisfação popular, que fugiu ao seu “comando”, assumindo formas espontâneas de luta. Locatários prejudicados com a sanha demolidora do prefeito Pereira Passos, o “Bota-Abaixo”, que interessava, de forma muito especial, aos grupos empresariais da construção civil. A população mais pobre, já sofrida com a carestia da vida, foi truculentamente despejada de suas moradias e empurrada para a periferia e para os morros. O acirramento da atuação do poder público, alicerçada na ideologia dos higienistas, contra as práticas e concepções populares sobre doença e cura (CHALHOUN, 2001), resultava numa opinião desfavorável à ciência, como se observa nos versos de “A vacina obrigatória”.

*Os manatas da sabença estão teimando desta vez
Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês*

*Eu não vou nesse arrastão sem fazer o meu barulho
Os doutores da ciência terão mesmo que ir no embrulho
Não embarco na canoa que a vacina me persegue
Vão meter ferro no boi ou nos diabos que os carregue.*

Em síntese: um conjunto de contradições que se mostrou explosivo naquele momento e que tem sido, contemporaneamente, tema de cativantes textos de historiadores brasileiros, tratada agora de forma diversa do relatado pela historiografia anterior. Esta oferecia uma versão limitada e distorcida da Revolta, reduzida “a um choque entre as massas incivilizadas e brutas, açuladas por espíritos retrógrados e ignorantes, contra a imposição irreversível da ciência e do progresso” (BENCHIMOL, 1992, p. 299).

Após a revolta, com punição severa aos manifestantes das classes populares, o governo brasileiro suspende a obrigatoriedade da vacina. Um dos líderes da Revolta, o capoeirista Horácio José da Silva, conhecido como Prata Preta, temido pela polícia pela sua liderança, destemor e agilidade, foi preso e deportado.

Svecenco (2001, p. 70 e 82) resgata anotações de Lima Barreto:
[³³]

“...trinta dias depois,o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são recolhidos, surrados e mandados para o Acre”.

E versos coletados por João do Rio: [³⁴]:

*As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus
O culpado disso tudo
É o Dr. Oswaldo Cruz*

[³³] Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

[³⁴] Rio, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org. Antelo, R. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Em 2005, o nome de Prata Preta foi resgatado e homenageado por um dos cordões do carnaval carioca, que leva o seu nome e imagem no estandarte, e sai animando as ruas do bairro da Saúde, zona portuária do Rio de Janeiro, onde o lendário personagem liderou a resistência em 1904.

Os últimos casos de varíola foram verificados em 1977, na Somália (caso natural) e, em 1978, em Londres (acidente de laboratório). Em 1980, a OMS considerou-a erradicada, e fez uma solicitação para que fossem destruídas as amostras de laboratórios em todo o mundo. "Foram atendidos por quase todos, menos pelo laboratório do Centro de Controle de Doenças (CDC) de Atlanta, EUA e pelo Instituto Vector da Rússia, últimas instituições com estoques declarados do *O. variolae*." (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS).

Em algumas áreas rurais da África Ocidental, onde ainda na década de 1960 a prática da variolização era corrente e realizada por religiosos, curandeiros, as equipes da OMS encontraram enormes dificuldades nas ações de vacinação. Lograram êxito quando deixaram de recorrer às autoridades policiais e conseguiram convencer as lideranças religiosas dos benefícios da vacinação (CHALHOUB, 2001).

A difusão das imunizações

Simoès (1997) assinala que "a experiência com a varíola mostrou que a erradicação de uma doença é possível quando é atingida e mantida ampla cobertura com uma vacina eficaz" (p. 196).

A atual ênfase nas ações envolvendo a vacinação e o empenho na erradicação de algumas doenças imunopreveníveis têm sido justificada no sentido de minorar o sofrimento e mesmo a morte de crianças em países dominados, onde até hoje há índices de vacinação desiguais em relação aos alcançados em países dominantes, como para garantir nestes últimos o controle e a erradicação destas doenças que podem tornar suas populações suscetíveis em face de fatores como emigração, migração, viagens, convívio social, etc.

Os pesos e as medidas – saúde versus capital

Critérios diferenciados pelo peso de vários fatores e interesses em jogo continuam a existir em nossos dias no momento da tomada de decisão sobre medidas e investimentos para o combate a uma ou outra doença que atingem amplas parcelas de população.

Esse abismo entre as classes sociais foi bem retrato pelo sambista Zé Kéti, autor de um conjunto de obras-primas, que em 1965 - um ano após o golpe militar e um ano após o memorável show Opinião [³⁵], em que atuou junto de João do Vale e Nara Leão - lançou o samba “Acender as velas”.

“Acender as velas”

Zé Kéti

*Acender as velas
Já é profissão
Quando não tem samba
Tem desilusão
É mais um coração
Que deixa de bater
Um anjo vai pro céu
Deus me perdoe
Mas vou dizer
O doutor chegou tarde demais
Porque no morro
Não tem automóvel pra subir
Não tem telefone pra chamar
E não tem beleza pra se ver
E a gente morre sem querer morrer*

O último verso remete à triste realidade de camadas populares no país: estratos da população que morrem por causas evitáveis ou de forma prematura por falta de acesso à saúde e de recursos para manter uma vida saudável.

[³⁵] O show Opinião foi uma manifestação cultural com um conteúdo de contraposição ao regime militar instaurado em 1 de abril de 1964. Foi idealizado por Vianinha e trazia em cena João do Vale, Nara Leão (que num determinado momento, por motivo de doença, foi substituída por Maria Bethania) e Zé Kéti. O texto final foi escrito por Vianinha (Oduvaldo Vianna Filho), Paulo Pontes e Armando Costa. Contou ainda com Augusto Boal na direção geral e Dori Caymmi como diretor musical. O show foi realizado em parceria com o Teatro de Arena de São Paulo, estreando em 11 de dezembro de 1964. Alcançou enorme sucesso, permanecendo por cerca de sete meses em cartaz no Rio de Janeiro.

Anos mais tarde, já no final do período de ditadura militar no Brasil, Alcyr Pires Vermelho, Manuel B. Lois e Pedro Caetano compõem “Cineangiocoronariografia” (gravada por Nara Leão em 1984), em que abordam a mesma questão – a diferença de classes e o acesso à saúde, de forma crítica e irônica. Em 1983, o último presidente desse período, o general Figueiredo, foi submetido a uma revascularização miocárdica (com implantação de pontes de safena) num hospital em Cleveland, nos EUA, e os autores não deixam de registrar:

“Cineangiocoronariografia”

Alcyr Pires Vermelho, Manuel B. Lois e Pedro Caetano

*Cineangiocoronariografia,
O moderno exame de cardiologia,
Quem é rico vai fazer lá nos “Istêitis”.
Quem é pobre faz aqui de qualquer “jeitis”.
Executivos! “soçaitis”!
Vão a Cleveland! All right!
Mas o pobre Zebedeu,
Que nem eu como padece,
Vai mesmo de INPS!*

Em que pese as conquistas alcançadas em cerca de 100 anos de Saúde Pública no país - direito à saúde formalmente garantido a todos e de dever do Estado, segundo a Constituição de 1988, implantação do Sistema único de Saúde num processo complexo de avanços e recuos -, a dificuldade de acesso à saúde para as camadas populares permanece e foi tema de outra música – “Chiquinho Azevedo”, de Gilberto Gil gravada em seu disco *Quanta* (1997):

“Chiquinho Azevedo”

Gilberto Gil

*Chiquinho Azevedo
Garoto de Ipanema
Já salvou um menino
Na Praia, no Recife
Nesse dia Momó também estava com a gente*

*Levou-se o menino
Pra uma clínica em frente
E o médico não quis
Vir atender a gente*

Nessa hora nosso sangue ficou bem quente

*Menino morrendo
Era aquela agonia
E o doutor só queria
Mediante dinheiro*

Nessa hora vi quanto o mundo está doente

*Discutiu-se muito
Ameaçou-se briga
Doze litros de água
Tiraram da barriga*

Do menino que sobreviveu finalmente

*Muita gente me pergunta
Se essa estória aconteceu
Aconteceu minha gente
Quem está contando sou eu*

Aconteceu e acontece

Todo dia por aí

Aconteceu e acontece

Que esse mundo é mesmo assim

*Chiquinho Azevedo
Teve muita coragem
Lá na Boa Viagem
Na praia, no Recife*

Garrafa (2002, p. 3) ressalta que “o desenvolvimento científico e tecnológico tem sido amargamente excludente”. Remetendo aos exemplos de pesquisa em malária e AIDS, destaca que, apesar de as duas doenças terem causado igual número de óbitos – dois milhões de pessoas em 1999 - , os investimentos em pesquisa com malária tiveram o equivalente a 2% do que foi destinado à AIDS naquele ano.

E em relação à AIDS, no início da epidemia, como esclarece Quadros [36] (SALGADO, 2003), maiores aportes de recursos foram destinados a trabalhos de pesquisa de drogas terapêuticas,

“à busca de uma cura, pois as drogas são mais lucrativas do que as vacinas. As vacinas representam apenas cerca de 5%

[36] Ex-diretor da Divisão de Vacinas e Imunização da Organização Pan-Americana de Saúde.

de todo o mercado farmacêutico mundial. É por isso que existem tão poucos fabricantes de vacinas. No início da epidemia de AIDS, de todos os recursos investidos na luta contra a doença, apenas cerca de 1 a 2% foram destinados à pesquisa de vacinas. Hoje isso está mudando, e vários testes vêm sendo realizados para aperfeiçoar uma vacina contra o HIV." (SALGADO, 2003, p. 141)

Comparado ao de medicamentos, o mercado de vacinas é sensivelmente mais restrito embora não desprezível pelo volume de itens envolvidos, potencial de crescimento, pelos avanços tecnológicos que vêm sendo incorporados ao setor, assim como pela sua relevância na redução de morbimortalidade (TEMPORÃO, 2003). Conforme dados do autor, em artigo sobre o mercado privado de vacinas no Brasil, enquanto o mercado mundial de medicamentos, em 2000, girou em torno de 300 bilhões de dólares, o de vacina envolveu sete bilhões de dólares.

Calendário vacinal e uma revolta da vacina às avessas

Hoje o calendário vacinal do Ministério de Saúde é dinâmico e inclui imunobiológicos contra sarampo, caxumba, rubéola, tétano, difteria, coqueluche, meningite por hemófilus B, formas graves de tuberculose, hepatite B, rotavírus, gripe, pneumonia, febre amarela, dependendo da idade, da área de residência, da ocupação do paciente. Existem calendários destinados a crianças, adolescentes, adultos, idosos, trabalhadores em áreas específicas de atuação, trabalhadores viajantes. Os trabalhadores viajantes, por exemplo, dependendo do destino, devem ser imunizados com vacina contra febre amarela.

Mais de cem anos depois, algumas cidades do país, incluindo o Rio de Janeiro, vivenciaram uma revolta da vacina às avessas quando, no início de 2008, preocupada com casos de febre amarela divulgados intensivamente pelos meios de comunicação (na verdade, casos de febre amarela silvestre) a população buscou massivamente a vacina nos serviços de saúde da rede pública, com tumultos em algumas unidades. O último caso notificado de febre amarela urbana no Brasil data da década de 1940, quando foi realizado intenso trabalho de eliminação do vetor – o mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo que transmite dengue. A infestação desse inseto cresceu exponencialmente nos grandes centros urbanos do país, nas últimas décadas, acompanhando um crescente deslocamento das populações rurais em busca de melhores condições de

vida e trabalho, e da necessidade de circulação de mercadoria e de serviços. Fenômeno que não foi acompanhado por necessária provisão de saneamento básico – abastecimento de água e coleta de lixo, especialmente – para as áreas periféricas ou de população de baixa renda das cidades, mesmo com o aumento da arrecadação financeira nos diversas esferas – municipal, estadual e federal.

Uma canção de Chico Buarque e Edu Lobo fecha este texto, mas não o tema. As defesas do direito universal à saúde, garantido pela Constituição como um dever de Estado, e do Sistema Único de Saúde continuam em pauta a cada dia, como reivindicação e conquista.

Para finalizar, um conjunto de doenças, sinais ou sintomas presentes no cotidiano das crianças foram ludicamente lembradas por Chico Buarque e Edu Lobo em:

Ciranda da bailarina
Edu Lobo e Chico Buarque

*Procurando bem
Todo mundo tem pereba
Marca de bexiga ou vacina
E tem piriri, tem lombriga, tem ameoba
Só a bailarina que não tem
E não tem coceira
Berruga nem frieira
Nem falta de maneira
Ela não tem*

*Futucando bem
Todo mundo tem piolho
Ou tem cheiro de creolina
Todo mundo tem
Um irmão meio zarolho
Só a bailarina que não tem
Nem unha encardida
Nem dente com comida
Nem casca de ferida
Ela não tem*

Não livra ninguém

*Todo mundo tem remela
Quando acorda às seis da matina
Teve escarlatina
Ou tem febre amarela
Só a bailarina que não tem
Medo de subir, gente
Medo de cair, gente
Medo de vertigem
Quem não tem*

Bibliografia

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. Glossário de doenças, Varíola. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=310&sid=6>. Acesso em 28 de abril de 2009.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma*. O herói sem nenhum caráter. Ed. Crítica / Telê Porto Ancona Lopez, coordenadora. – Paris: Association Archives de la Littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe. Siécle; Brasília, DF: CNPq, 1988. p. 56-64

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, Diana Maul de. Epidemiologia – História e Fundamentos. In: MEDRONHO, Roberto de Andrade. et al. (org.). *Epidemiologia*. São Paulo: Editora Atheneu, 2002. p. 3-13.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GARRAFA, Volnei. Por uma ética periférica. *Folha de São Paulo*. Tendências/Debates, 26 de outubro de 2002, p.3.

PORTO, Ângela; PONTE, Carlos Fidelis. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. *História Ciências Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, suppl. 2, p. 725-742, 2003.

PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 53-54, 2003.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SALGADO, Sebastião. *O fim da pólio: a campanha mundial para a erradicação da doença*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1525-1530, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2001.

SILVA, Marília Trindade Barbosa; OLIVEIRA FILHO, Arthur L. *Filho de Ogum Bexiguento*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

SIMÕES, Eric A. F. Imunização. In: Hay, William W. et al. (org.). *Diagnóstico e tratamento em pediatria*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1997. p. 196-197.

TEMPORÃO, José Gomes. O mercado privado de vacinas no Brasil: a mercantilização no espaço da prevenção. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1323-1339, 2003.

[MVP]

Glossário

Exército industrial de reserva

Na relação social de produção capitalista, a existência de uma população trabalhadora relativamente supérflua é produto da acumulação de capital, como nos diz Marx (1984, p. 199): “a acumulação capitalista produz constantemente [...] uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”.

E mais, uma população trabalhadora relativamente supérflua produto da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, uma poderosa alavanca desta própria acumulação. “Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1984, p. 200)

É importante considerar que essa superpopulação relativa, ou ainda, como denominada por Marx, “população trabalhadora excedente”, “população trabalhadora adicional relativamente supérflua” ou “exército industrial de reserva” assume três formas de existência, formas estas não excludentes entre si, mas pelo contrário, conjuntas e inter-relacionadas. São elas: a superpopulação flutuante, latente e estagnada.

Na forma flutuante estaria uma população trabalhadora dirigida aos ramos mais modernos da atividade produtiva que ora é repelida, ora é atraída em maior ou menor quantidade e cujo aumento de trabalhadores incorporados nestes ramos decresce conforme aumenta a escala de produção. Um exemplo é a indústria automobilística. Nas últimas duas décadas, no Brasil, o número de trabalhadores empregados nas montadoras de veículos sofreu forte redução, ao mesmo tempo, registra-se o aumento do volume de produção e da produtividade do trabalho: em 1986 foram produzidos 1.056.332 veículos com um total de 129.232 trabalhadores ^[37], uma produtividade de 8,2 veículos / trabalhador-ano. A partir de então o total de trabalhadores empregados cai seguidamente. Em dezembro de 2001, eram 85.257 empregados, mas a produtividade, nesse ano, elevou-se a 21,3 veículos / trabalhador-ano ^[38]. Após anos de queda, o total de

^[37] SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. *Reestruturação do Complexo automotivo brasileiro: as propostas dos trabalhadores na câmara setorial*. Março de 1992, p. 13.

^[38] ARAÚJO, R. *O ABC da concertação social e sindical*. 2002. 20p Disponível em: <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Renaninter03.rtf>

empregos volta a crescer, a partir de 2002, mas em ritmo bem menor que o da produtividade. Em 2008, a produção atingiu 3.220.500 veículos para um total de 110.093 trabalhadores ^[39], uma produtividade de 29,25 veículos / trabalhador-ano. Em relação ao ano de 1986, uma produção três vezes maior com uma quantidade menor de trabalhadores ^[40].

A forma latente relaciona-se ao avanço do capitalismo na agricultura por diminuir a procura absoluta da população trabalhadora rural. Esta população relativa está sempre em condições de fluir para outras áreas, principalmente para regiões urbanas. Porém, este fluxo pressupõe a manutenção no campo de uma superpopulação latente, superpopulação trabalhadora que esta “com um pé no pântano do pauperismo” (MARX, 1984, p. 208).

Outra forma de existência da superpopulação relativa, a estagnada “constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos da exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário... Ela absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também de ramos industriais decadentes (MARX, 1984, p. 208). Com o avanço da acumulação, a forma estagnada “constitui ao mesmo tempo um elemento auto-reprodutor auto-perpetuador da classe operária, que tem participação proporcionalmente maior em seu crescimento global do que os demais elementos” (MARX, 1984, p. 208).

Como produto necessário e alavanca da acumulação de capital torna-se necessário a manutenção e reprodução de uma superpopulação relativa para que um contingente de força de trabalho esteja sempre disponível. Isso nos remete ao problema da reprodução em geral da mercadoria força de trabalho. A reprodução da mercadoria força de trabalho envolve um processo com várias dimensões, que participam componentes biológicos, econômicos, políticos, sociais, ideológicos entre outros. Todos concorrem

^[39] Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA. Carta da ANFAVEA. N.º 162 a 272. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/index.html> Acesso em 16 de março de 2009.

^[40] A produtividade foi calculada dividindo-se a produção total pelo número (médio) de trabalhadores no ano. Essa forma de cálculo fornece uma boa indicação para nosso propósito, mas ela pode levar a equívocos. Isto porque, não distingue e, além disso, incorpora a título de produtividade o aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho (horas extras) que contribuíram para elevação da produção. Assim, os aumentos decorrentes do prolongamento e da intensidade do trabalho são incluídos como aumento de produtividade.

para a formação de um determinado valor da força de trabalho que, em tese, deveria expressar-se no salário. Compõe esse valor: a) o valor dos bens e serviços para reprodução diária do trabalhador e de sua família; b) um valor para reprodução do trabalhador e de sua família em situação de desemprego, acidente de trabalho, doença ou outra situação que afaste o trabalhador do processo de trabalho; c) um valor para a educação e o processo de formação técnico e ideológico do trabalhador, da força de trabalho em atividade e potencial; d) um valor para assegurar as condições sanitárias e de saúde tanto para reprodução da força de trabalho em atividade quanto para a força de trabalho futura (crianças e adolescentes). Todos esses itens têm um valor historicamente determinados, e dependem do processo de acumulação de capital, da capacidade reivindicativa dos trabalhadores e da luta de classes.

Cada capitalista individual para maximizar seu lucro procura conter o salário e, este, muitas vezes, pode ser inferior ao valor para reprodução cotidiana da força de trabalho empregada. Além disso, cada capitalista individual despreza a reprodução da força de trabalho em seu conjunto e, conseqüentemente, a manutenção e reprodução da população trabalhadora desempregada, ou seja, a reprodução da superpopulação relativa. É particularmente aí que intervém o Estado, seja por instituições públicas ou privadas, uma "gestão estatal da força de trabalho" (BRUNHOFF, 1985), visando assegurar a reprodução da força de trabalho dentro dos limites de manutenção da insegurança do emprego. Gestão estatal da força de trabalho que envolve desde assistência social, sistema de saúde, previdência social, seguro-desemprego e demais rede de proteção social característica e distinta a cada formação econômico-social, específica à inserção particular de cada país na divisão internacional do trabalho, e nas condições de reprodução do capital e da luta de classes historicamente determinada. O que é importante assinalar é o sentido do desenvolvimento e transformação da gestão estatal da força de trabalho: a manutenção de uma superpopulação relativa que, como vimos, é alavanca da acumulação de capital.

Bibliografia:

BRUNHOFF, Suzanne. *Estado e Capital: uma análise da política econômica*. Tradução de Denise Cabral e Carlos de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

MARX, karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

[JAP]

Força de trabalho

No modo de produção capitalista, o mercado de trabalho confronta, de um lado, o capitalista e, de outro, o trabalhador. A mercadoria objeto de compra e vende neste mercado não é o trabalho, nem tampouco o trabalhador. O que o capitalista compra é a força de trabalho, ou seja, a capacidade de trabalho do trabalhador. Por força de trabalho entende-se a capacidade de trabalho existente no conjunto de indivíduos, possuidores de capacidades físicas e mentais existentes e adquiridas por meio da experiência e/ou de formação (elementar ou complexa, simultaneamente técnica e ideológica), dotada de uma “saúde suficiente”, suscetível de ser vendida e utilizada no processo produtivo.

A força de trabalho no modo de produção capitalista torna-se uma mercadoria. São condições necessárias para a conversão da força de trabalho em mercadoria: a) A existência do trabalhador “livre”, no sentido de ser juridicamente livre para vender sua força de trabalho ao capitalista; b) A existência do trabalhador apartado dos meios de produção indispensáveis para obtenção dos meios de sua subsistência; c) Integram ainda as condições materiais anteriores, e nos termos destas, as formas políticas, jurídicas e ideológicas em que se constrange o trabalhador a vender sua capacidade de trabalho em troca de um salário, única condição por meio do qual pode obter os meios indispensáveis a sua manutenção.

Como toda mercadoria, a força de trabalho possui valor de uso e valor: valor de uso para seu comprador, o capitalista, e valor para seu vendedor, o trabalhador. O valor de uso da força de trabalho consiste em fornecer um trabalho concreto, de qualidade específica: trabalho do pintor, trabalho do padeiro, trabalho do soldador e, ao mesmo tempo, esse mesmo trabalho é trabalho abstrato criador de valor e criador de mais valor (mais valia) que o necessário a sua reprodução. Ou seja, o valor de uso particular a mercadoria força de trabalho, motivo de sua aquisição e utilização no processo de produção, é ser fonte de valor para o capitalista. No que se refere ao valor da força de trabalho, este será determinado pela quantidade de mercadorias e serviços necessários a sua reprodução. A magnitude desse valor expressa o tempo socialmente necessário para produzir as mercadorias indispensáveis a reprodução do trabalhador.

A venda da força de trabalho se dá sempre por um determinado período de tempo. A forma transformada em que o valor da força de trabalho se representa é o salário, ou seja, um equivalente em dinheiro com que o capitalista paga a utilização temporária da força de trabalho.

A transformação do valor da força de trabalho em salário não ocorre em vão, ela é necessária, tem sua “razão de ser”: apresentar o intercâmbio entre capitalista e trabalhador como uma troca de equivalente e, assim, ofuscar a exploração capitalista.

O salário representa a parte paga da jornada de trabalho, o tempo de trabalho necessário, mas ele aparece como valor da jornada completa. A forma salário nubla os vestígios da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. O trabalho de toda jornada aparece como trabalho pago. De modo diferente, na corvéia distinguia-se o trabalho do servo para si mesmo e o trabalho forçado para o senhor de terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe seus próprios meios de subsistência aparece como trabalho para seu dono. Aqui, todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, toda a jornada de trabalho, aos olhos tanto do trabalhador quanto do capitalista, aparece como trabalho pago, ou seja, o mais trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. (MARX, 1984). A forma salário ilude a relação de exploração capitalista.

Bibliografia:

MARX, k. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

[JAP]

Intensidade do trabalho

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho provoca uma reação dos trabalhadores expressa na luta por uma jornada “normal” de trabalho; esta situação, por sua vez, acelera o desenvolvimento da intensidade do trabalho por parte dos capitalistas.

A intensidade do trabalho se refere ao grau de dispêndio de trabalho realizado em um período de tempo determinado. A execução de um conjunto de atividades de trabalho em determinado período de tempo requisita do trabalhador esforço e o conseqüente dispêndio de energias físicas e mentais. A intensidade é intrínseca a todos os processos e atividades de trabalho. Em tese, uma maior intensidade implica em mais e/ou melhores resultados do trabalho no mesmo intervalo de tempo.

Uma maior intensidade corresponde a um trabalho mais denso, ou a mais trabalho empregado no mesmo período de tempo. Uma jornada mais intensa significa a tensão mais elevada da força de trabalho, a tentativa do preenchimento dos ‘poros’ da jornada de trabalho pela gerência capitalista. Como aponta Marx (1984b, p. 33):

“Outra coisa, porém, ocorre assim que a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento das forças produtivas e a economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. Esta compressão de maior massa de trabalho em dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantum de trabalho”.

A metáfora da porosidade dá a idéia simultaneamente física/abstrata, e biopsíquica/concreta, de que o tempo de trabalho ou a jornada de trabalho tem densidade, compreende continuidades/descontinuidades e também aberturas/fechamentos: por meio dos ‘poros’ o trabalhador ‘respira na ação’, no tempo em que trabalha, torna-o mais ou menos denso.

Entendido como duração de uma jornada de trabalho, o tempo pode ser compreendido como uma sucessão de ‘momentos’, medidos em segundos e minutos não convertidos em trabalho produtivo, ou seja,

'fragmentos', "átomos" [41] ou "coágulos" do tempo de trabalho que não se convertem em valor. Trata-se, portanto, de um tempo no qual o trabalhador não produz mais valia, por exemplo, pausas programadas e computadas como jornada de trabalho para descanso e outras necessidades fisiológicas dos trabalhadores, ou mesmo, pequenos intervalos não programados em que trabalhadores circulam e/ou conversam interrompendo suas atividades. A diminuição da 'porosidade' da jornada representa mais trabalho no mesmo período de tempo e tem por objetivo elevar quantitativamente e/ou qualitativamente os resultados do trabalho. Trabalhar mais intensamente implica um maior esforço, um gasto maior de energias físicas e mentais e, por conseguinte, também um maior desgaste.

Como assinalamos, historicamente, a redução e a regulamentação da jornada de trabalho impeliu ao capital acelerar as transformações tecnológicas e organizacionais no processo de produção que implicaram no desenvolvimento da intensidade do trabalho. Ainda no século XIX a elevação da intensidade do trabalho com a introdução da máquina aparece no aumento do ritmo de trabalho dos trabalhadores que agora deve se adequar e seguir o ritmo da máquina, no aprimoramento contínuo das máquinas para manter exercida uma maior pressão sobre o trabalhador, na diminuição das folgas, pela supressão ou redução dos intervalos entre uma atividade de trabalho e outra.

Outro momento no aumento da intensidade do trabalho se deu com os métodos de gestão introduzidos pelo taylorismo e pelo fordismo. O estudo dos tempos e movimentos de cada procedimento laboral, prescrevê-lo e discipliná-lo, objetiva retirar ações consideradas desnecessárias, e isto requer maior esforço dos trabalhadores. A introdução da linha de montagem acelera o ritmo e a velocidade do trabalho, a engrenagem diminui as brechas e as fendas durante a jornada, ou seja, sua porosidade ao converter o tempo alocado para realização de cada tarefa em tempo imposto pela linha.

As transformações introduzidas, nas últimas décadas do século XX, também são acompanhadas de elevação da intensidade do trabalho. Além da disseminação de novos meios tecnológicos e informacionais, são introduzidas mudanças na organização do trabalho, tais como: trabalho em grupo, ampliação das atividades para cada trabalhador (a exemplo da transferência de parte das tarefas de qualidade para os trabalhadores no próprio ato laboral), controle das linhas de montagem por meio de cores e sinais, difusão de um processo de individualização dos estímulos e

[41] "átomos de tempo são os elementos do lucro" (MARX, 1984a, p. 196).

remunerações (a exemplo da participação nos ganhos das empresas condicionado ao desempenho).

O esforço das empresas, como indicado por Linhart (2007, p. 118-121), avança na direção da 'prescrição da subjetividade individual e coletiva dos assalariados' ao suprimir destes o direito ao distanciamento em relação à racionalidade, à norma e à cultura dominante na empresa. Essas características, segundo Dal Rosso (2008, p. 23) apontam para um processo de intensificação do trabalho, das condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho e o esforço desenvolvido para dar conta das tarefas, e das tarefas a mais, um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, o aumento da intensidade do trabalho representa mais trabalho, aumento da mais valia e da exploração do trabalho.

O processo de intensificação do trabalho abarca processos de trabalho e atividades que não envolvem diretamente a incorporação de máquinas e tecnologias avançadas (apesar de inseridos na cadeia produtiva de setores dinâmicos do desenvolvimento capitalista com forte incorporação de tecnologia de ponta), a exemplo do corte manual na colheita da cana de açúcar. Nessa atividade, a intensidade do trabalho é controlada pela própria forma de remuneração dos trabalhadores, baseada no salário por produção que pode ser considerado uma forma transmutada do salário por peça.

Para Marx (1984b, p. 140-141) o salário por peça proporciona uma medida exata da intensidade do trabalho. O caso dos trabalhadores no corte da cana de açúcar no estado de São Paulo, que recebem por produção de cana cortada, fornece uma medida dessa intensidade: na década de 1960, em média, cada trabalhador cortava 3 (três) toneladas de cana por dia. Na década de 1980, essa quantidade elevou-se a 6 (seis) toneladas ao dia, até atingir, nos anos 2000, 12 (doze) toneladas diárias.

Com base na descrição de Alves (2006) um trabalhador que corta 12 (doze) toneladas de cana de açúcar por dia realiza, aproximadamente, os seguintes movimentos e operações:

- Caminha 8.800 metros.
- Despende 133.332 golpes de podão.
- Carrega 12 (doze) toneladas de cana em montes de 15 (quinze) kg, em média; faz 800 (oitocentos) trajetos e 800 (oitocentas) flexões, levando 15 (quinze) kg nos braços por uma distância de um metro e meio a três metros.

- 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana.

Esse trabalhador perde, em média, 8 (oito) litros de água, realiza toda atividade no sol forte, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. Não são casuais, pelo contrário, os registros de casos de morte súbita no trabalho, mortes por excesso de trabalho, denominada pelos trabalhadores de 'birola'.

Outra forma de organização do trabalho que tem como característica a intensidade do trabalho é o trabalho domiciliar. Longe de ser uma sobrevivência anacrônica anterior ou dos primórdios do capitalismo, a expansão do trabalho domiciliar acompanha as transformações no processo de reprodução ampliada do capital. A utilização do predomínio da força de trabalho feminina também tem sido uma marca do trabalho domiciliar, como exemplo o trabalho domiciliar para o setor de confecção. Para cumprir prazos e aumentar sua remuneração se intensifica e se prolonga a jornada de trabalho, além de estender e incorporar no trabalho outros integrantes da família, em especial crianças.

Bibliografia:

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*. v.15, n. 3, p. 90-98, 2006.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

LINHART, D. *A Desmedida do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

[JAP]

Mais valia

O objetivo do capitalista no processo de produção é, ao final, obter um valor superior ao valor que inicialmente ele investiu. Para tanto, o processo de produção precisa gerar um valor superior ao valor gasto com a aquisição das mercadorias, meios de produção e força de trabalho, necessárias para iniciar o processo de trabalho. É preciso, portanto, encontrar uma mercadoria específica com a qualidade que nenhuma outra possua: uma mercadoria cujo valor de uso ou utilidade seja a de ser fonte de valor, a de criar um valor maior que o necessário a sua própria aquisição. Essa mercadoria, conforme Marx demonstrou em *O Capital* (1984a; 1984b), é a força de trabalho. Vejamos como se dá a geração desse valor a mais, ou seja, a produção da mais valia.

O capitalista quando compra a força de trabalho paga ao trabalhador um equivalente ao valor desta na forma de salário. Digamos que em duas horas de trabalho o trabalhador produza mercadorias de valor equivalente aos bens necessários a sua subsistência. Assim, duas horas de trabalho seria o tempo de trabalho necessário para assegurar a reprodução do trabalhador. Duas horas de trabalho representam, portanto, a magnitude do valor da força de trabalho expressa na forma salário pago pelo capitalista.

No entanto, o capitalista compra a força de trabalho para utilizá-la durante toda jornada de trabalho, digamos uma jornada de oito horas diárias. Como o salário pago pelo capitalista é expressão de apenas duas horas de trabalho, a força de trabalho continua a trabalhar para o capitalista por mais seis horas de trabalho, por conseguinte, trabalha além do tempo de trabalho necessário a sua reprodução. Essas seis horas de trabalho representam o tempo de trabalho excedente, a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador produz um excedente ou valor que excede o valor de sua força de trabalho, superior, portanto, ao salário pago pelo capitalista. Esse trabalho não pago apropriado pelo capitalista Marx denomina mais valia.

Entretanto, a mais valia não é simplesmente o excedente, o valor que excede ao valor necessário a reprodução da força de trabalho. O fato de esse excedente ser apropriado por uma classe de não produtores diretos é comum a todos os modos de produção de classe. A mais valia não se define unicamente pela quantidade de valor, mas como a forma social específica de um determinado processo social.

O que caracteriza a mais valia e, portanto, distingue o capitalismo dos demais modos de produção de classe é o modo segundo o qual esse excedente é produzido. Nos modos de produção de classes anteriores ao capitalismo, o excedente era obtido pela coerção externa, fora do processo de produção/trabalho imediato, por meio do tributo, da renda fundiária ou no imposto pré-capitalista. O modo de produção capitalista assegura a produção do excedente exercendo constrangimento sobre o trabalhador e o consumo dos trabalhadores no próprio processo de produção imediato ao incorporar diretamente a força de trabalho como uma mercadoria e consumi-la no processo de produção (BALIBAR, 1975b).

O capital é uma relação social de produção, uma relação fundada na exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. O mecanismo de produção da mais valia como mecanismo de exploração na própria produção, constrange o trabalhador a prolongar o dispêndio de trabalho além do valor de sua própria reprodução e, ao mesmo tempo, amplia a capacidade produtiva do trabalho.

Marx n' *O Capital* analisa duas formas, sucessivas e simultâneas, de mais valia. A produção da mais valia absoluta e da mais valia relativa.

A produção da mais valia absoluta sob uma dada produtividade do trabalho social e de um valor da força de trabalho mostra a extração de mais trabalho pelo constrangimento do trabalhador a despendar a sua força de trabalho para além das necessidades da sua própria reprodução. Sua forma básica é o prolongamento da jornada de trabalho, tendência desenvolvida no começo do capitalismo, mas que continua a representar seu papel simultaneamente ao desenvolvimento da produtividade do trabalho no capitalismo. A mais valia absoluta tem como limite a reprodução do próprio trabalhador. A história registra a elasticidade desse limite, com a concorrência entre os trabalhadores e a debilidade de sua organização. Contrariamente, a resistência organizada dos trabalhadores restringe esse limite. Impõe ao capital uma segunda forma, o desenvolvimento das formas de mais valia relativa.

A produção da mais valia relativa tem por fundamento a redução do valor da força de trabalho e, portanto, a redução do valor das mercadorias necessárias a sua reprodução. Este resultado é obtido pela elevação da produtividade do trabalho. Os métodos para elevar a produtividade do trabalho engendram o modo de organização da produção especificamente capitalista. Assentam na cooperação, na divisão do trabalho (a exemplo da divisão manufatureira do trabalho, o taylorismo, o fordismo e a atual reconfiguração da divisão internacional do trabalho), na utilização das

máquinas substituindo parcialmente a atividade humana, na aplicação da ciência ao processo de produção. O desenvolvimento da produtividade do trabalho tem como condição necessária o aumento da intensidade do trabalho (as cadências infernais que substituem o prolongamento da jornada de trabalho), a fragmentação das tarefas, a desqualificação relativa dos trabalhadores, o agravamento tendencial da divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual, o desemprego dos trabalhadores e a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

Não há produção capitalista sem exploração capitalista, sem tendência permanente para a exploração máxima. A mais valia engendra, assim, as formas sob as quais é organizado e transformado o processo de produção imediato, para nele limitar ao máximo a parte da jornada de trabalho necessária à reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, alargar, a parte da jornada de trabalho referente ao mais trabalho. Isto é, ampliar o mais trabalho transformando trabalho necessário em mais trabalho, em mais valia.

Falar em produção da mais-valia é falar em exploração do trabalho. Portanto, nos remete a situar a exploração no próprio processo de produção que se materializa em diversos processos de trabalho imediato, instalação de um processo contraditório (BALIBAR, 1975a). Por um lado, o capitalista permanentemente tem de vencer os limites para alcançar o máximo consumo da força de trabalho no processo de trabalho imediato (manifesto em produtividade, intensidade, ritmo, qualidade, participação, envolvimento, etc...). Por outro lado, simultaneamente, o trabalhador resiste, apresenta antigas e novas resistências, interpõem obstáculos e defesas, na tentativa de manter, preservar sua capacidade de trabalho e com ela sua saúde. A dinâmica colocada pela produção da mais-valia abarca diversos momentos: acordos coletivos, mobilizações sindicais, sociais e políticas, mas também se manifestam - menos visível, quase opaco - cotidianamente no interior dos processos de trabalho.

Bibliografia:

BALIBAR. É. *Cinco Estudos do Materialismo Histórico*. Volume I. Tradução de Elisa Amado Bacelar. Portugal/Brasil: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1975a.

BALIBAR. É. *Cinco Estudos do Materialismo Histórico*. Volume II. Tradução de Elisa Amado Bacelar. Portugal/Brasil: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1975b.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, k. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

[JAP]

Produtividade do trabalho

Considerando uma jornada de trabalho a ----- b ----- c de 8 (oito) horas diárias, o segmento **ab** de 2 (duas) horas representa o tempo de trabalho necessário e o segmento **bc** = 6 (seis) horas expressa o mais trabalho, o tempo de trabalho excedente, ou a mais valia. Como ampliar a produção de mais valia, **bc**, sem prolongar a jornada de trabalho **ac**? Abstraindo a possibilidade de crescer a mais valia via prolongamento da jornada de trabalho **ac** e mantida a intensidade do trabalho média, o aumento do mais trabalho deve ser alcançado pela contração de **ab**. Mas, a redução de **ab** não pode significar o decréscimo do salário abaixo do valor da força de trabalho. Assim, a ampliação da mais valia tem de ser decorrência de se haver contraído o tempo de trabalho necessário, ou seja, da redução do valor da força de trabalho.

Contudo, para diminuição do valor da força de trabalho é necessário transformar as condições técnicas e sociais do processo de produção e, portanto, do próprio processo de trabalho e promover aumento da força produtiva do trabalho. Entendemos por aumento da força produtiva do trabalho ou, simplesmente, por aumento produtividade do trabalho em geral a alteração produzida no processo de trabalho - nos instrumental ou nos métodos de trabalho, ou, mesmo, em ambos - por meio do qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário a produção de cada mercadoria e, com a mesma quantidade de trabalho, se produz quantidade maior de unidades desta mercadoria, num período de tempo determinado. A ampliação da força produtiva do trabalho aumenta a quantidade de mercadorias produzidas e diminui o valor contido em cada uma de sua unidade, independentemente da espécie de mercadoria produzida, pertença ou não as mercadorias necessárias a subsistência do trabalhador.

As leis imanentes do capital impelem de forma coercitiva a cada capitalista individual a aumentar a força produtiva do trabalho e, assim, elevar a quantidade de mercadorias produzidas durante o mesmo período de tempo, o que reduz o valor de cada mercadoria abaixo de seu valor social médio. Portanto, pode ele ampliar a mais valia por meio da obtenção de valia extra. Mas, esse movimento é respondido pelos demais capitalista, e tão logo estes introduzam os novos métodos desaparecem as condições que propiciaram a produção da mais valia extra (MARX, 1984a).

Para promover a ampliação da mais valia relacionada à reprodução do capital como um todo é preciso assegurar a contração do valor da força de trabalho (o intervalo a ----- b), ao mesmo tempo, em que este valor

assegure sua reprodução. Para tal, o aumento da produtividade do trabalho deve atingir os ramos de produção das mercadorias que determinam o valor da força de trabalho, isto é, o aumento da produtividade do trabalho deve atingir e reduzir o valor das mercadorias que fazem parte dos meios de subsistência dos trabalhadores e/ou dos meios de produção para produzi-las.

Assim, o desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista, ou seja, ampliar a exploração do trabalho.

E a elevação da força produtiva do trabalho, ou da produtividade do trabalho é um indicador do aumento do grau de exploração do trabalho. No modo de produção capitalista em seus principais ramos de produção, a produtividade do trabalho cresce muito mais rapidamente que a quantidade de trabalhadores, ou seja, a elevação da produtividade assentada na ampliação da exploração da força de trabalho torna excedente ou relativamente supérflua parcela enorme da população trabalhadora (MARX, 1984b).

Bibliografia:

Marx, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume 1, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

Marx, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

[JAP]

Prolongamento da jornada de trabalho

Denominamos por prolongamento da jornada de trabalho a dilatação de sua duração para além do tempo de trabalho necessário. Ou seja, prolongar a jornada de trabalho significa estendê-la além da parte da jornada em que o trabalhador apenas produz um equivalente ao valor da sua força de trabalho. Prolongar o trabalho é produzir trabalho excedente e, nas condições de produção capitalista, forma de produzir mais valia.

Numa jornada diária de oito (8) horas de trabalho, admitamos que duas (2) horas por dia representem o equivalente para adquirir os bens e serviços necessários à manutenção média diária de um trabalhador ou para reproduzir diariamente o valor de sua força de trabalho. Essa seria a duração necessária da jornada de trabalho, tempo de trabalho necessário para reproduzir o equivalente a manutenção diária do próprio trabalhador. Mas, ela não indica a grandeza da própria jornada de trabalho.

Se o seguimento **a** ----- **b** representa a duração do tempo de trabalho necessário, digamos de 2 horas, na jornada legal de 8 horas diárias, vigente no Brasil, temos:

a ----- **b** ----- **c** [sendo, **bc** = 6 h]

O prolongamento **bc** e **cd** expressam o mais trabalho. A jornada de trabalho varia conforme a grandeza de **bc** e **cd**.

Se fixarmos o ponto **c** em **b** temos **bc** = 0, ou seja, o mais trabalho ou o tempo de trabalho excedente seria nulo e, neste caso, a jornada de trabalho total seria de duas horas. Obtemos, assim, o limite mínimo ^[42] para jornada de trabalho diária: o tempo de trabalho necessário para o trabalhador produzir os bens indispensáveis a sua própria reprodução. Mas no modo de produção capitalista, a jornada de trabalho não pode limitar-se a esse mínimo, ela precisa se prolongar para além do tempo de trabalho necessário, ou seja, o prolongamento do trabalho é uma das formas de obtenção de mais trabalho, de mais valia, neste caso, de mais valia absoluta.

[42] O limite mínimo **ab** também é variável, ele pode ser ampliado ou reduzido. No capitalismo, se afirma a tendência para contração de **ab**, pela redução do tempo de trabalho necessário advinda da diminuição do valor dos bens que fazem parte dos meios de subsistência da força de trabalho ou da redução do valor dos meios e instrumentos que participam na produção desses meios de subsistência, o que implica a redução do valor de reprodução da força de trabalho.

No capitalismo, o prolongamento da jornada de trabalho é uma forma clássica para aumentar a mais valia, portanto, aumentar a exploração do trabalho. Historicamente, a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, sendo o 1º de maio um marco nesta luta, impôs alguns limites e conquistou a instituição da jornada de 8 horas diárias.

No Brasil, a partir de 1930, deu-se a regulamentação de uma jornada “normal” de trabalho, no padrão 8 / 48, oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais. Concomitantemente, foi estabelecida a regulação da hora extraordinária, em até duas horas ao dia ou sua extensão em até mais duas horas, quando por “motivo de força maior”, conforme Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, artigos 59 a 61. Com a institucionalização da hora extra, a jornada de trabalho poderia flutuar de 8 / 48 oito horas diárias, quarenta e oito horas semanais até 10 / 60 dez horas diárias, sessenta horas semanais ou, mesmo, por “força maior”, 12 / 72 doze horas diárias, setenta e duas horas semanais. Assim, a legislação preservou jornadas excessivamente longas. Até a década de 1980, em torno de 25% dos trabalhadores assalariados da Região Metropolitana de São Paulo trabalhavam além da jornada de 48 h semanais, sendo enorme a quantidade de trabalho realizado e, portanto, a exploração do trabalho, por meio do prolongamento da jornada como uma das bases da acumulação de capital e da sustentação do grande crescimento econômico do Brasil entre 1930 e 1980 (DAL ROSSO, 1996).

Na década de 1980, a luta dos trabalhadores pela jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais assumiu a forma de fortes movimentos grevistas. A constituição promulgada em outubro de 1988 instituiu a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanal, mas não alterou a legislação sobre a hora extra, a não ser estabelecer a remuneração pelo trabalho extraordinário superior em 50% (cinquenta por cento), no mínimo, à do normal.

O recurso da hora extra é utilizado como forma de prolongar a jornada de trabalho, ampliar a produção de mais trabalho, de mais valia. Isto, mesmo com o acréscimo na remuneração da hora extra.

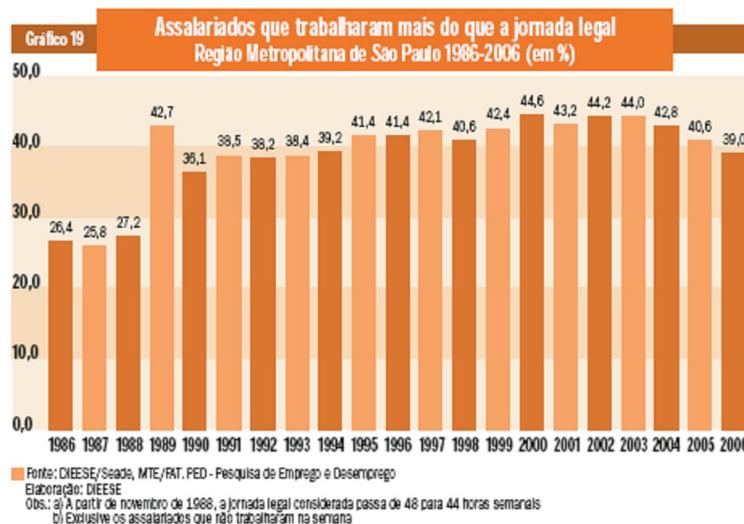
Em uma jornada legal de 8 horas diárias se, como vimos, **ab** representa em 2 horas o tempo de trabalho necessário para reprodução diária de um trabalhador, o prolongamento da jornada de trabalho total obtido é de 10 horas, sendo este prolongamento assegurado por **bc** = 6 horas realizadas durante a jornada “normal” ou legal, e por **cd** = 2 horas durante a jornada extraordinária.

a ----- b ----- c-----d [sendo **bc** = 6 h e **cd** = 2 horas]

A adoção do prolongamento da jornada de trabalho por meio de horas extras constitui vantagem para o capitalista, possibilita economia de capital constante ao evitar gastos com ampliação das instalações, aumento no número de máquinas e instrumentos, pois o aumento da produção e da mais valia não se apóia na contratação de mais empregados, além de promover mais rapidamente a transferência do valor do capital constante já aplicado. No mesmo sentido, economia de capital variável referente à contenção nos custos de contratação e formação de novos trabalhadores. Esse processo se torna inexorável à medida que avança as forças produtivas do trabalho. Nos ramos econômicos mais avançados tecnologicamente, o capital é impelido ao prolongamento da jornada de trabalho (organização do trabalho em sistema contínuo, 24 horas contínuas de produção em regime de trabalho em turnos) para compensar a redução relativa do número de trabalhadores explorados (liberação de trabalhadores deslocados para superpopulação relativa), e, assim, ampliar a mais valia tanto relativa quanto absoluta.

A manutenção de baixos salários e o grande número de trabalhadores desempregados são elementos de pressão e coação para submeter os trabalhadores a jornadas extraordinárias. Sob as relações de produção capitalista o avança das forças produtivas derruba “todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho... de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho para a valorização do capital” (MARX, 1984, p. 32)

Assim sendo, notamos a elevação dos assalariados que, habitualmente, realizam hora extra. Se até a Constituição de 1988, aproximadamente, 25% (vinte e cinco por cento) dos trabalhadores assalariados da Região Metropolitana de São Paulo realizavam hora extra, após sua promulgação a proporção aumenta para cerca de 40% e, esse índice, mantém-se permanentemente, conforme ilustra o gráfico a seguir, extraído do Anuário dos trabalhadores 2007 elaborado pelo Dieese (2007).



Por outro lado, o prolongamento da jornada de trabalho em regime de horas extras acarreta elevação do desgaste à saúde dos trabalhadores: perda ou diminuição do horário de descanso, alteração no horário de refeições, tensão proveniente do trabalho em excesso, aparecimento de irritabilidade, fadiga física e mental, insônia e outros problemas do sono. Várias funções biológicas podem sofrer alterações, tais como digestão e atividade sexual (RIBEIRO; LACAZ, 1984). A jornada extra se soma ao longo período de deslocamento residência – trabalho – residência, em geral, realizado em precárias condições e representa um desgaste adicional para os trabalhadores.

Bibliografia:

DAL ROSSO, S. *A Jornada de Trabalho na Sociedade. O Castigo de Prometeu*. São Paulo: LTR, 1996. 477 p.

DIEESE. Anuário dos trabalhadores 2007. 8 ed. Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo. Dieese. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/anuario2007.pdf> Acesso em 27 de novembro de 2008.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

RIBEIRO; H. P.; LACAZ, F. A. C. *De que adoecem e morrem os trabalhadores*. São Paulo: DIESAT, 1984. 236 p.

[JAP]

Dupla jornada de trabalho

Tradicionalmente o termo refere-se à situação das mulheres que, após uma jornada de trabalho remunerado em empresas, fábricas, serviço público etc., enfrentam uma segunda jornada no âmbito familiar envolvendo os afazeres com a casa, alimentação, vestuário e o cuidados dos filhos. É geralmente uma jornada naturalizada como feminina, apesar de algumas mudanças e avanços conquistados nas últimas décadas. Para algumas mulheres, caracteriza-se em tripla jornada de trabalho: trabalho em âmbito doméstico pela manhã antes de ir para o trabalho remunerado e mais trabalho ao final da tarde e noite, ao chegar novamente em casa.

Estudo do IBGE (SOARES; SABÓIA, 2007) indica que homens mais escolarizados têm no geral maior participação nos afazeres domésticos. No entanto, o mesmo estudo revela que em relação ao total da população feminina, 90,6% das mulheres se ocupam das tarefas do lar. O estudo mostra que, devido à ligeira queda real dos rendimentos das pessoas no período estudado (2001-2005), o cuidado com afazeres domésticos aumentou em todo país, enquanto o trabalho doméstico remunerado teve pequena queda.

Para a população ocupada, o tempo dispensado para as tarefas domésticas entre homens e mulheres é de 9,1 e 21,8 horas semanais, respectivamente. A carga horária remunerada feminina é de 34,7 horas semanais e a masculina, 42,9. No entanto, considerando a jornada do trabalho produtivo mais os afazeres domésticos nos cinco dias úteis da semana, as mulheres, em média, trabalham 11,5 horas por dia contra 10,6 horas para os homens.

Há, por outro lado, outras “modalidades” de dupla jornada. Segundo estudo do economista Márcio Pochmann, *Mercado de trabalho e previdência social no Brasil*, no período de 1999 a 2005 foram criados cerca de 20 milhões de empregos no país com remuneração inferior a dois salários mínimos, enquanto mais de sete milhões de postos de trabalho com maior remuneração foram eliminados. Ou seja, os novos empregos criados foram de baixos salários. Muitos trabalhadores têm buscado um segundo emprego, conformando uma segunda jornada de trabalho para compensar a queda do padrão de vida.

Há ainda algumas profissões em que uma dupla jornada de trabalho se torna necessária devido, novamente, a baixos salários, insuficientes para

a manutenção da família. Entre essas, têm destaque as categorias dos professores da educação básica e enfermeiros (LELIS, 2001; PAFARO, DE MARTINO, 2004). Profissionais que acabam se expondo a maiores riscos de doença pela sobrecarga de trabalho do que aqueles com única jornada de trabalho, além verem diminuir o tempo e a possibilidade de desfrutar de lazer e atividades culturais. Um percentual significativo desses trabalhadores tem ainda uma terceira jornada de trabalho doméstico.

Bibliografia

LELIS, Isabel. Profissão docente: uma rede de histórias. *Revista Brasileira de Educação*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, n. 17, p. 40-49, maio-ago 2001. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE17/RBDE17_05_ISABEL_LELIS.pdf. Acesso em 11 de abril de 2009.

PAFARO, Roberta Cova, DE MARTINO, Milva Maria Figueiredo. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 38, n. 2, p. 152-160, 2004. ISSN 0080-6234. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v38n2/05.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2009.

POCHMANN, Marcio; CAMPOS, André. Mercado de trabalho e previdência social no Brasil. CESIT. Carta Social e do Trabalho, n. 7 – set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/previdencia/parte2.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2009.

SOARES, Cristiane; SABÓIA, Ana Lúcia. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 21). Disponível em - http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf. Acesso em 11 de abril de 2009.

[MVP]

Emancipação feminina – Dia Internacional da Mulher

As conquistas alcançadas por mulheres no complexo processo de superação das condições que as limitam e subjugam na sociedade capitalista foram marcadas pela história de lutas das mulheres trabalhadoras, particularmente nos séculos XIX e XX. A luta pela redução da jornada de trabalho, por melhores salários e condições de trabalho, pela participação no mercado de trabalho, por salários iguais aos dos homens por trabalhos iguais, por melhores condições de saúde etc. têm mobilizado as trabalhadoras desde o início do capitalismo. Entre as lutas femininas, também as manifestações pelo direito de voto e pelo fim da Guerra (I Guerra Mundial) tiveram destaque e foram marcadas por massiva participação e combatividade das mulheres trabalhadoras.

Em sua homenagem, destacando suas lutas e conquistas, foi instituído o Dia Internacional das Mulheres durante um Congresso de Mulheres Socialistas, em 1910, por iniciativa de Clara Zetkin (liderança comunista alemã) estimulando a conquista de direitos e a maior participação política, econômica e social. Correntemente, refere-se que a data 8 de março foi escolhida para lembrar trabalhadoras tecelãs americanas que, em 1857, morreram queimadas numa fábrica nos EUA (episódio de origem controversa, mas que foi e continua divulgado, ficando como uma referência; por outro lado, houve um incêndio que de fato ocorreu, mas em 1911, na fábrica Triangle [EUA], quando 125 mulheres e 21 homens morreram queimados). Outra versão aponta para homenagem à greve e a corajosa mobilização de operárias russas contra a fome, a guerra e o czarismo em 1917 (em 8 de março, pelo antigo calendário gregoriano), precedendo a revolução de fevereiro, que derrubou o czarismo. Após a revolução de outubro, Alexandra Kollantai (autora de *A nova mulher e a moral sexual*) foi entusiasta defensora de que a data fosse comemorada como uma celebração à mulher trabalhadora. (WIKIPÉDIA)

Essas lutas e a própria instituição do Dia Internacional da Mulher estavam inseridas num contexto de intensas mobilizações por melhores condições de trabalho, pela diminuição da jornada de trabalho (a emblemática luta dos trabalhadores de Chicago, em 1886, pela jornada de 8 horas, posteriormente homenageados no 1º de Maio), por melhores salários, pelo direito de voto, pelo fim da Guerra, enfim de intensas lutas econômicas e políticas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX e início do século XX.

A partir de 1975 quando a ONU declarou o período 1975-1985 a década da Mulher, a data passou a ser comemorada mundialmente; entretanto há alguns anos o seu conteúdo original de referência às lutas e conquistas das mulheres tem sido esvaziado e substituído por uma comemoração de caráter mais festivo e comercial.

No Brasil, as mulheres têm alcançado várias conquistas – inclusive na área de saúde – com o Programa Saúde da Mulher do SUS, por exemplo. Mas há muito por conquistar, ressaltando-se que nos momentos de crise elas são um dos setores de trabalhadores dos mais afetados. Com o agravante de que a proporção de famílias chefiadas por mulheres tem aumentado, passando de 24,9%, em 1997, para 33%, em 2007, o que representa um total de 19,5 milhões de famílias brasileiras que identificam a mulher como principal responsável, de acordo com estudo “PNAD 2007”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007).

Questões como a igualdade de salários por trabalhos iguais, a garantia de educação em período integral para os filhos, o fim da tripla jornada de trabalho (trabalho doméstico pela manhã, trabalho remunerado fora de casa e novamente trabalho doméstico à noite), o fim da violência contra a mulher permanecem ainda como das mais candentes no cotidiano de um expressivo contingente de mulheres trabalhadoras.

Bibliografia

DIA INTERNACIONAL DA MULHER – WIKIPÉDIA. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Internacional_da_Mulher. Acesso em 03 de maio de 2009.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNAD 2007 - Primeiras Análises – Demografia / Gênero – Volume 3, Comunicado da Presidência, n. 11, 07 de outubro 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf. Acesso em 26 de abril de 2009.

[MVP]

Trabalho doméstico

O trabalho doméstico realizado pela mulher em sua residência envolve o gerenciamento dos cuidados dos filhos, alimentação, limpeza e manutenção de vestuário da família e do próprio domicílio. É um trabalho não remunerado, sem qualificação formal, pouco visível e naturalizado como feminino (as chamadas “prendas domésticas”), necessário à reprodução da força de trabalho masculina. Ou seja, necessário à conservação e reprodução, no âmbito do lar, das condições indispensáveis para manter a capacidade de trabalho do trabalhador.

Segundo ilustrativo texto de discussão do IBGE (SOARES; SABÓIA, 2007), do total da população feminina, 90,6% das mulheres se ocupam dos afazeres domésticos, enquanto para os homens esta proporção é de 51,1%. Há uma “cultura” que acaba perpetuando essa sobrecarga de trabalho doméstico como *natural* das mulheres.

“As meninas, desde cedo, são orientadas para o trabalho doméstico, cerca de 83% delas realizam tais tarefas, enquanto que, entre os meninos, a proporção é de 47,4%. O tempo despendido diferencia-se significativamente: eles 8,2 e elas, 14,3 horas semanais... É interessante observar ainda que a jornada de trabalho semanal média da população de 10 a 17 anos é de 27,8 horas semanais para os meninos e 26,1 para as meninas, ou seja, os valores são bastante próximos. Pode-se concluir, portanto, que, independentemente, da condição de atividade, já desde cedo se observa uma nítida divisão sexual do trabalho doméstico nos lares.” (SOARES; SABÓIA, 2007, p. 11-13)

Há também o trabalho doméstico realizado em casa de outrem, aquele realizado em um domicílio que não o de sua unidade familiar, caracterizando o trabalhador doméstico. Em relação ao trabalhador doméstico, o Ministério do Trabalho e Emprego tem a seguinte definição:

“Considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Nesses termos, integram a categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira,

faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa." (BRASIL, 2007, p. 6)

O mesmo documento relata que a Constituição Federal de 1988 garante direitos sociais aos(as) empregados(as) domésticos(as), tais como: salário-mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso-prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social.

Na prática, porém, muitos desses direitos não são garantidos e as relações estabelecidas são de trabalho precário e ainda guardam traços do período escravagista. E assim resultam em processos de trabalho com escasso padrão quanto à duração e composição da jornada, formas de pagamento, ritmo e intensidade de trabalho. No Brasil, a forte presença da mulher em serviço doméstico pode ser creditada também aos níveis de desemprego (VASCONCELOS, EGG, 2006) e à tradição escravocrata (último país a abolir a escravidão no mundo).

O trabalho doméstico abrange um contingente de cerca de 20% das trabalhadoras ocupadas e é maior do que o de trabalhadores alocados no ramo da indústria e comércio. Assinale-se também que somente em 2008 passou a ser proibido o emprego doméstico de menores de 18 anos.

Bibliografia

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações. 3ª ed. Brasília: MTE, SIT, 2007. Disponível em http://www.mte.gov.br/fisca_trab/Cartilha.pdf, acesso em 11 de abril de 2009.

SOARES, Cristiane; SABÓIA, Ana Lúcia. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 21). Disponível em - http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf. Acesso em 11 de abril de 2009.

VASCONCELOS, Márcia; EGG, Rafaela (editoras). O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). — [Brasília] : OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=220>, acesso em 11 de abril de 2009.

[MVP]

Trabalho domiciliar

Forma de organização do trabalho que concorre para a valorização do capital e que tem sido fundamental para o processo de desenvolvimento do capitalismo desde seus primórdios. Considerado com um “departamento externo das empresas”, que oferece “um exército adequado a qualquer flutuação da demanda pronto para ser mobilizado” (MARX, 1985, p. 78-79), o trabalho domiciliar persiste ainda como uma das modalidades do trabalho feminino contemporâneo.

Compreendido como aquele realizado no âmbito do domicílio da trabalhadora, geralmente envolve costura, confecções, montagem de peças, etc.. Sua parca remuneração se dá, em geral, por produção, por número de peças realizadas, o que concorre para o aumento da intensidade do trabalho e/ou prolongamento da jornada.

Ligado ao setor “informal” da economia, o trabalho domiciliar se caracteriza também por relações de trabalho precarizadas, sem mínimos direitos ou seguridade social, sem possibilidades de organização ou representação sindical, sujeito a riscos, cargas e ambientes desfavoráveis à saúde do trabalhador, inclusive por estar livre da estruturação de leis do trabalho. A residência torna-se um estabelecimento produtivo, mas sem as garantias e direitos que a empresa formal é obrigada a oferecer ao trabalhador.

Para nublar o prejuízo que tais condições implicam, é construída uma ideologia que busca apresentar o trabalho domiciliar com vantagens em relação ao trabalho externo em empresas. Entre tais “vantagens”, viabilizar - ao mesmo tempo em que trabalha com remuneração - o “gerenciamento” da casa e o cuidado dos filhos (ou seja, realizar concomitantemente a segunda jornada de trabalho).

Um “apelo” ideológico insistentemente colocado como atrativo é a possibilidade de viabilizar um “negócio próprio”, o que, por sua vez, esconde os ônus que recaem sobre a trabalhadora com os custos de meios de produção como água, luz, alimentação, manutenção da(s) máquina(s), do próprio domicílio. Apelo contestado pelos fatos, pois nos caso das costureiras – o maior contingente de trabalhadoras domiciliares - a mobilidade profissional é predominantemente horizontal (mudança de emprego) e não vertical (ascensão a postos melhor remunerados numa mesma empresa, maior remuneração em seu próprio trabalho) (ABREU, 1986).

Ônus para as trabalhadoras e vantagens para o capital que, na reestruturação produtiva em curso, em busca de maiores taxas de lucro, como forma de se valorizar, busca sempre os mais baixos custos de produção, e assim tem lançado mão largamente do trabalho domiciliar.

Outra característica da estrutura da indústria de confecção que arregimenta as costureiras em trabalho domiciliar é que as atividades de criação, preparação (modelagem e corte) e comercialização dos produtos são monopolizadas por empresas e resta à trabalhadora a tarefa repetitiva e estafante da costura e acabamento.

Bibliografia:

ABREU, Alice Rangel de Paiva. *Avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

[MVP]

Agronegócio

Denominação recente da agropecuária capitalista no Brasil, o agronegócio constitui, segundo Mançano (s/d), uma tentativa de renovar a imagem latifundista da agricultura capitalista historicamente associada à exploração, ao trabalho escravo, à extrema concentração da terra, ao coronelismo, ao clientelismo, à subserviência, ao atraso político e econômico. O termo latifúndio indica o monopólio da terra nas mãos de poucos sem uso produtivo e abre espaço para a reforma agrária. De acordo com Oliveira (2007), ao traduzir o termo *agribusiness* para a língua portuguesa nos anos 1980, Bittencourt, Wedekin e Pinazza propiciaram um deslocamento ideológico daquele sentido histórico para afirmar, sob a moderna integração da produção de alimentos, fibras e biomassa nos termos de uma “cadeia produtiva”, a única via de desenvolvimento econômico possível no campo. O termo minifúndio desapareceu do vocabulário corrente e a agricultura camponesa em suas diversas formas – minifúndio, posse, ocupação, parceria, arrendamento - foi subsumida no agronegócio com o nome de agricultura familiar. A consagração se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso mas, desde então, quase não há mais lugar no meio governamental e na mídia para se falar em campesinato e tampouco em reforma agrária.

Os dados disponíveis sobre a estrutura da propriedade da terra no Brasil reportam às bases do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 2003. Eis a consolidação dos dados feita por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007):

Estrutura fundiária brasileira, 2003

Grupos de área total (ha)	imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e Mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	4.238.421	100,0 %	420.345.382	100,0%	

Fonte: Cadastro do INCRA – situação em agosto de 2003 (INCRA, 2004, p. 11)

Apesar dos dados apontarem para um aumento da área da pequena propriedade, ainda de acordo com Oliveira (2007), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) expurgou 1.899 imóveis com área de 62,7 milhões de hectares do cadastro de imóveis rurais (1992), diminuindo o número e a área dos latifúndios. Contudo, ao aplicar o artigo 9º da Lei no. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, relativo à função social da propriedade, o INCRA encontrou nas grandes propriedades (acima de 1.000 hectares) 120 milhões de hectares de terras improdutivas, ou seja, 70% do total da área ocupada.

O campesinato encontra-se situado, estatisticamente, no grupo de menos de 10 hectares de área: 1.338.711 imóveis (31,6% do total de imóveis) dispunham apenas de 7.616.113 hectares (1,8% da área total de terras). Em contrapartida, a grande propriedade, situada nos grupos de área de mais de 1.000 hectares, representa apenas 1,6% do total dos imóveis mas ocupa 43,8% da área total. De fato, eis o que diz a respeito o II PNRA (INCRA, 2004, p. 18):

“Os dados do Censo Agropecuário de 1995 permitem estimar a existência de cerca de 3,4 milhões de estabelecimentos agropecuários com insuficiência de área, o que corresponde a 70% dos estabelecimentos agropecuários existentes no país. E esta situação é mais freqüente no caso de agricultores que tem um acesso precário à terra, como parceiros, arrendatários.”

A proposta da Reforma Agrária, inicialmente encampada pelo governo Lula em 2003 foi posteriormente revista nos termos dominantes da agricultura como negócio e da terra como mercadoria. Mas é verdade que a desapropriação de terras e a concessão de crédito rural para a compra e venda de terras foram dois princípios antitéticos incluídos no II PNRA, característica do governo de Lula como um governo de colaboração de classes.

Outro aspecto importante da questão agrária no Brasil é o das terras devolutas, pertencentes à União, a maioria sujeita à grilagem pelos grandes proprietários. Conforme os dados de 2003, o Brasil possuía

“...uma área territorial de 850 milhões de hectares. Desta párea total, as unidades de conservação ambiental ocupavam 102 milhões de hectares, as terras indígenas 128 milhões de hectares, e área total dos imóveis cadastrados no INCRA aproximadamente 420 milhões de hectares. Restavam ainda outros 30 milhões de hectares dessa área total, ocupada pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e

ocupadas por rodovias, e posses que deveriam ser regularizadas, e outros 170 milhões de hectares de terras devolutas, a grande maioria cercadas ilegalmente, particularmente, pelos grandes proprietários” (OLIVEIRA, 2007, p. 150).

A sobreposição de terras indígenas, unidades de conservação ambiental e grandes propriedades são notáveis principalmente na Amazônia Legal. Um dos casos envolve o bilionário Jorge Wolney Atalla, proprietário de fazendas de café, cana de açúcar e de gado, citado no Livro Branco da Grilagem de Terras como dono da Fazenda Califórnia, com 427.390 hectares, situada no Acre, “incidindo parte da fazenda na gleba Chandless (arrecadada judicialmente), área da União, parte em área indígena e parte sobreposta a área da senhora Neuza Prado de Azevedo (outorgante)” (INCRA, 1999a, p. 31-32).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário elaborou, em 1999, os livros brancos das superindenizações e da grilagem de terras no Brasil. Sabe-se que as indenizações pagas aos grandes proprietários de terras alcançaram naquele ano quase 8 bilhões de reais, valor então considerado pelo próprio titular da pasta suficiente para assentar 300 mil famílias (INCRA, 1999b).

O padrão histórico do desenvolvimento capitalista no campo – lavouras de exportação sob o comando de grandes proprietários – prosseguiu, desde meados dos anos 1960, com a produção de soja, de cana de açúcar e de carne. Sob este padrão o **campesinato** encontra-se continuamente ameaçado, a força de trabalho empregada é brutalmente explorada (**trabalho escravo; morte súbita no trabalho**) e o ambiente é destruído por meio das queimadas, uso de fertilizantes e agrotóxicos em larga escala.

Bibliografia:

INCRA. *II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA / Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2004. 40 p. Disponível em www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf Acesso em 25 de julho de 2009.

INCRA. *Livro Branco da Grilagem de Terras*. 1999a. Disponível em <http://www.incra.gov.br/arquivos/0128000016.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2009.

INCRA. *Livro branco das superindenações*. 1999b. Disponível em <http://www.incra.gov.br/arquivos/0128400412.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2009.

MANÇANO, Bernardo. *Agronegócio e Reforma Agrária*. UNESP, Publicações do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. s/d. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php> Acesso em 05 de julho de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP/Labur Edições. 2007. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/labur.htm> Acesso em 05 de julho de 2009.

[ENS]

Agrotóxico

Denominação dos produtos químicos utilizados na agricultura; são biocidas, isto é, produtos que matam vírus, bactérias, fungos, insetos, ácaros e vegetais que atacam plantas cultivadas em condições de plantio e clima que favorecem a sua proliferação. Daí se falar em fungicida, inseticida, acaricida e herbicida. A denominação foi instituída pela lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, conhecida como Lei do Agrotóxico.

Os capitalistas dos setores industriais e comerciais e seus porta-vozes políticos e intelectuais mantiveram a terminologia anteriormente utilizada de defensivo agrícola ou vegetal, até mesmo nas organizações, a exemplo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) e Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG) e o uso corrente da linguagem popularizada de “remédio” e de “veneno”, a depender do grau de toxicidade dos produtos.

A importância econômica do consumo de agrotóxicos no Brasil fica evidente quando se verifica que o país situou-se, em 1983, em 4º lugar (PESSANHA; MENEZES, 1985) e passou a ser, a partir de 1990, o 3º maior consumidor (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1998) para, atualmente, assumir a posição de maior consumidor de produtos agrotóxicos no mundo (AGÊNCIA FRANCE PRESSE, 2009).

A situação do mercado de agrotóxicos no Brasil em 2005, segundo dados do Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para a Defesa Agrícola (SINDAG) era a seguinte:

MERCADO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL – 2005

Agrotóxicos		Consumo de agrotóxicos por cultura	
Herbicida	40,8%	Soja	50%
Fungicida	30,9%	Algodão	10%
Inseticida	23,7%	Milho e cana de açúcar	7%
		Tratamento de sementes	4%
		Trigo, café e citros	3%
		Arroz	2%
		Demais culturas (hortaliças e frutíferas)	11%

Fonte: SINDAG, Embrapa Meio Ambiente (2008).

Tais dados, ainda que pontuais, expressam uma tendência de aumento do consumo de agrotóxicos em ingrediente ativo por unidade de área para estas culturas. Esta foi uma das avaliações da reunião das autoridades do Ministério da Agricultura, ANVISA e IBAMA que se reuniram em março de 2008 para analisar o uso de agrotóxicos não adequados e autorizados para lavouras tradicionalmente organizadas na agricultura familiar como hortaliças, frutas e leguminosas (EMBRAPA MEIO AMBIENTE, 2008).

Uma produção agrícola com excesso de agrotóxicos significa tanto maiores resíduos e, portanto, perigos para a saúde das populações que consomem os produtos, como maiores riscos para a saúde dos trabalhadores.

O aumento das intoxicações por agrotóxicos registrados pelo Sistema Nacional de Informação Toxicológicas (Sinitox) da Fiocruz serve de alerta. Matéria da Agência Estado (UOL – CIÊNCIA E SAÚDE, 2008) dá conta de que no Brasil os intoxicados somaram 9.585 em 2006, número 17% maior do que em 2005, quando foram registrados 8.167 casos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que os registros não mostram o real alcance do problema, já que, para cada caso notificado, estima que outros 50 não chegam ao público. Fazendo as contas, dados 1.965 envenenamentos acumulados em São Paulo no ano de 2006, seriam 96.285 vítimas intoxicadas que não entraram nas estatísticas deste estado.

Os efeitos nocivos dos agrotóxicos sobre a saúde dependem da classe química a que pertencem e o tipo de exposição sofrida pelos trabalhadores. Em estudo sobre as implicações do uso de agrotóxicos para a saúde humana e o ambiente, Peres e Moreira (2007) referem-se à informação do SINITOX de que mais de 30% das causas de óbitos registrados em 2003 deve-se aos agrotóxicos de uso agrícola. Apresentamos a seguir a tabela **Principais efeitos agudos e crônicos causados pela exposição aos agrotóxicos, de acordo com a praga que controlam e o grupo químico a que pertencem** apresentada pelos referidos autores:

Classificação		Sintomas	
Quanto à praga que controlam	Quanto ao grupo químico	Intoxicação aguda	Intoxicação crônica
Inseticidas	Organofosforados/ Carbamatos	Fraqueza Cólicas abdominais Vômitos Espasmos musculares Convulsões	Efeitos neurotóxicos Alterações cromossomiais retardados Dermatites de contato
	Organoclorados	Náuseas Vômitos Contrações musculares involuntárias	Lesões hepáticas Arritmias cardíacas Lesões renais Neuropatias periféricas
	Piretróides sintéticos	Irritações das conjuntivas Espirros Excitação Convulsões	Alergias Asma brônquica Irritações nas mucosas Hipersensibilidade
Fungicidas	Ditiocarbamatos	Tonteiras Vômitos Tremores musculares Dor de cabeça	Alergias respiratórias Dermatites Mal de Parkinson Cânceres
	Fentalamidas	-	Teratogêneses
Herbicidas	Dinitrofenóis/ Pentaclorofenol	Dificuldade respiratória Hipertermia Convulsões	Cânceres (PCP – formação de dioxinas) Cloroacnes
	Fenoxiacéticos	Perda do apetite Enjôo Vômitos Fasciculação muscular	Indução da produção de enzimas hepáticas Cânceres Teratogênese
	Dipiridilos	Sangramento nasal Fraqueza Desmaios Conjuntivites	Lesões hepáticas Dermatites de contato Fibrose pulmonar

A classificação toxicológica dos agrotóxicos de uso agrícola é uma das heranças da ditadura militar que atesta o predomínio dos interesses do chamado **agronegócio**. Ainda durante a ditadura militar, as diferentes agências do governo federal agiam concertadamente em favor desses interesses. Neste sentido, vale observar que em fevereiro de 1981, portaria do Ministério da Saúde alterou a classificação toxicológica dos agrotóxicos que até então era baseada em portaria anterior pela qual "... cerca de 96% dos produtos pertenciam às classes I e II, devendo, portanto, serem controlados pelo instrumento da receita [agronômica]. (ALVES FILHO, 2002, p. 112)

A diminuição da abrangência da medida de controle permitiu, segundo Sebastião Pinheiro, a reclassificação de produtos extremamente e altamente tóxicos (classes I e II) para medianamente e pouco tóxicos (classes III e IV) (ALVES FILHO, 2002) da qual tem se beneficiado até hoje empresas produtoras de agrotóxicos. É o caso de herbicidas como o Roundup da Monsanto, classificados como pouco ou medianamente tóxicos apesar de estudo (DALLEGRAVE, 2003) comprovar experimentalmente a toxicidade do produto do ponto de vista reprodutivo.

Medidas para reavaliar a toxicidade dos produtos são dificultadas por ações judiciais em defesa da "livre iniciativa".

Para um estudo mais aprofundado do tema, do ponto de vista dos desafios científicos e das limitações do sistema de informação, ver Peres et al (2005) e Faria, Fassa e Facchini (2007).

Um pouco de história

Há registros de uso de substâncias químicas há mais de 3.000 anos, tanto de compostos orgânicos vegetais para combater insetos, como inorgânicos, minerais, à base de metais tóxicos tais como cobre, enxofre e mercúrio para combater fungos. Em 1885 descobriu-se ação fungicida do sulfato de cobre, amplamente conhecida como calda bordalesa. No final do século XIX e início do XX são descobertos e lançados comercialmente novos produtos químicos à base de flúor, arsênio, mercúrio, chumbo, bórax, sais de cobre e zinco que compõem a primeira geração dos agrotóxicos. A contaminação do solo por um longo tempo, a acumulação nas plantas com inibição de seu crescimento e o efeito tóxico para seres humanos e animais levou à sua substituição por novos produtos sintéticos. A segunda geração dos agrotóxicos começa, durante a Segunda Guerra Mundial, com a descoberta das propriedades inseticidas do DDT (Dicloro Difenil Tricloroetano) e do BHC (Hexaclorociclohexano) e dos derivados do ácido

fosfórico que mais tarde originaram o grupo parathion. A reconversão da indústria bélica propiciou uma produção ampla e diversificada de produtos sintéticos. As denúncias dos efeitos sobre a saúde humana e o ambiente, sistematizadas pela pesquisadora estadunidense Rachel Carson em 1962, influenciaram a opinião pública daquele país no sentido da reavaliação da segurança e eficácia dos agrotóxicos. Banimento e restrição conduziram a indústria de agroquímicos (DuPont, Bayer, etc.) a diminuir a toxicidade dos produtos. A terceira geração de agrotóxicos surge com a ampliação do espectro das formulações devido a incorporação dos avanços da entomologia, principalmente da fisiologia dos insetos: os ferormônios, fisiológicos, biológicos e piretróides. Nos anos 1990 a tecnologia agroquímica incorporou os avanços da biologia molecular e da engenharia genética, de tal modo que se desenvolvem sementes resistentes à ação de certos produtos químicos, como é o caso da soja roundup, da Monsanto, resistente ao glifosato.

As perdas estimadas na agricultura devido a pragas e doenças são elevadas, a despeito do uso crescente de agrotóxicos. Nos EUA, entre 1940 e 1990, enquanto a toxicidade dos produtos aumentou sete vezes, as perdas das culturas devido aos insetos elevaram-se de 6 para 13% e à incidência de patógenos, de 10 para 12%. O caso do milho neste país é emblemático: no mesmo período, o uso de inseticidas aumentou mil vezes e as perdas foram estimadas em cerca de 12% (ALVES FILHO, 2002).

A agricultura praticada no mundo após a Segunda Guerra Mundial adotou os princípios da **revolução verde** que acarretou uma mudança no padrão ou tipo de agricultura praticada milenarmente, baseada na diversidade de cultivos e na rotação de culturas. São estes novos processos – monocultura e intensificação dos cultivos que favorecem o surgimento de doenças e pragas. A consequência do uso generalizado e muitas vezes indiscriminado de agrotóxicos tem sido a maior resistência das espécies.

O traço comum da evolução tecnológica dos agrotóxicos é a aplicação dos conhecimentos relativos à planta, em oposição ao solo, ou melhor, ao manejo do solo (PRIMAVESI, 1992).

Bibliografia:

AGÊNCIA FRANCE PRESSE. Brazil largest consumer of pesticides: study. Noticiário - Seleção Diária de Notícias Internacionais. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 18 de abril de 2009. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=567879. Acesso em 07 de julho de 2009.

ALVES FILHO, J P. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume, 2002.

DALLEGRAVE, Eliane. *Toxicidade Reprodutiva do Herbicida Glifosato-Roundup em ratos Wistar*. Tese (Doutorado em Ciências Veterinárias) UFRGS, 2003.

EMBRAPA MEIO AMBIENTE. Especialistas se reúnem em Jaguariúna para definir estratégias de utilização de agrotóxicos em minor crops. 17 de março de 2008. Disponível em <http://www.cnpma.embrapa.br/nova/mostra2.php3?id=364>. Acesso em 06 de agosto de 2008.

FARIA, Neice Müller Xavier; FASSA, Anaclaudia Gastal; FACCHINI, Luiz Augusto. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 25-38, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)/Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). *Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul/Projeto BRA/96/017. Poluição por Fontes Difusas. PS-RE-52-R0*. Fevereiro de 1998. 70 p. Disponível em: http://ceivap.org.br/estudos/baixar_documento.php?id=172. Acesso em 26 de agosto de 2008.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, Sup. 4, p. 5612-5621, 2007.

PERES, Frederico; ROZEMBERG, Brani; LUCCA, Sérgio Roberto de. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro: agrotóxicos, saúde e ambiente. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1836-1844, 2005.

PESSANHA, Bruno e MENEZES, Francisco Antonio da Fonseca. A questão dos agrotóxicos. *Agroanalysis*, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 2-22, setembro 1985.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Agricultura sustentável*. São Paulo, Nobel. 1992.

UOL – CIÊNCIA E SAÚDE. Intoxicação por agrotóxicos aumenta 14% em SP, revela estudo. São Paulo, 30 de julho de 2008. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultnot/estado/2008/07/30/ult4513u1330.jhtm>

[ENS]

Campesinato

Em obra de divulgação, Margarida Moura situa as duas vertentes interpretativas sobre a especificidade do campesinato na sociedade moderna: de um lado, a que postula, com Marx, a sua *subordinação* ao modo de produção capitalista; de outro, a que advoga, com Chayanov, a *autonomia* do camponês no interior deste modo de produção (MOURA, 1988). Esta é também a visão de Ciro Flamarion Cardoso em seu estudo sobre a “brecha camponesa” no escravismo moderno (CARDOSO, 2004).

Se a afirmação de Shanin (1980, p. 44) de que o campesinato não poder ser compreendido ou descrito fora da “estrutura societária mais geral” situada em seu contexto histórico é verdadeira, então o processo de trabalho camponês “...é uma realidade subordinada a outra mais poderosa, capaz de ditar as regras do jogo” (MOURA, 1988, p. 62), isto é, o modo de produção capitalista.

A questão a ser resolvida na vertente teórica da subordinação do trabalho camponês ao capitalismo diz respeito às razões da sua persistência, desafio histórico e teórico enfrentado por economistas, sociólogos e historiadores, compondo vasta literatura, cujo exame escapa aos propósitos de nossa pesquisa. Damos, portanto, a questão como resolvida de modo consistente por alguns outros, adotando os resultados alcançados por eles, como nossos pressupostos.

De um lado, admitimos a existência de uma estrutura camponesa com algum grau de autonomia no interior do sistema capitalista. A negativa de Chayanov levar em conta a subordinação ao capitalismo, afirma Ciro Flamarion Cardoso, prejudicou sua contribuição para o entendimento da estrutura camponesa. Para o historiador brasileiro, uma estrutura camponesa se caracteriza pelo acesso estável à terra (propriedade ou usufruto), pelo predomínio do trabalho familiar, pela auto-subsistência (sem exclusão do vínculo ao mercado) e certa autonomia na gestão das atividades agrícolas (CARDOSO, 2004). Esse grau de autonomia é atinente à organização da produção imediata e confere ao campesinato uma “elasticidade extraordinária de auto-exploração da força de trabalho” (SOARES, 1981, p. 206).

Por outro, consideramos a possibilidade do capitalismo coexistir com e subordinar a produção camponesa e, pois, de explicar a persistência do trabalho camponês no interior deste sistema.

Há as duas formas de subordinação da produção camponesa às relações sociais capitalistas, direta e indireta.

A primeira é a que prevalece na agro-indústria da fumicultura, da produção de carnes, de óleos vegetais, etc. Trata-se da "agricultura integrada" (GRZYBOWSKI, 1987) na qual se dá uma subordinação real do proprietário-trabalhador familiar à empresa capitalista em todas as fases do processo de produção e de trabalho.

A segunda vincula-se ao mercado capitalista. Mas esta forma, por sua vez, contempla duas situações diferentes.

Margarida Moura assinala que a produção de alimentos a custos extremamente baixos não é atraente ao investimento de capital em virtude de uma lucratividade abaixo da média (MOURA, 1988). Esta produção contribui para rebaixar o valor da força de trabalho e, portanto, tem impacto positivo no processo de reprodução das relações sociais capitalistas como um todo. Do ponto de vista teórico, trata-se da produção camponesa vinculada ao mercado, ou seja, subordinada à competição entre os capitais, ao movimento do capital no setor concorrencial da economia (MOREIRA, 1997).

Outra situação é aquela configurada pelo conflito entre as pequenas propriedades e empresas agropecuárias voltadas para a exportação, situação na qual prevalece a lógica do monopólio. Nas áreas de expansão da fronteira agrícola, no chamado Arco do Desmatamento da Amazônia, o conflito via de regra se estabelece entre os camponeses e os agentes do "mercado de terras" que viabilizam a expansão das relações capitalistas no campo. No interior das áreas de interesse capitalista consolidadas do sudeste e sul os conflitos podem acontecer de modo aberto, como entre o Movimento das Mulheres Camponesas e a Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul.

A existência do campesinato como grupo social específico implica em identificar as práticas adotadas por membros deste grupo para garantir a sua reprodução social (SOARES, 1981). Essas práticas, afetadas pelas situações acima apontadas, envolvem: o destino dado a cada um dos membros da família pela definição da herança da propriedade; as atividades de auto-subsistência e, pois, o saber prático da autonomia camponesa; as redes de compadrio e vizinhança que se imbricam na relação com o poder no nível local, inclusive com os agentes técnicos e de financiamento da agricultura.

Obviamente não se pode pensar a reprodução social do campesinato no capitalismo sem a intervenção do Estado que tende a se fazer sob a ótica da acumulação de capital, da expansão das relações sociais capitalistas e, portanto, da seleção dos interesses das diferentes frações de classe implicadas. Tal intervenção tem de ser examinada, assim, à luz da diversidade das situações de subordinação apresentadas esquematicamente acima.

A ação do Estado volta-se em parte para impulsionar a oferta de alimentos em quantidade suficiente e preço baixo para garantir a reprodução da força de trabalho na economia capitalista. Com isso, subsidia a produção camponesa, viabilizando a sua reprodução. É no interior desta ação que se apresenta o extensionismo rural enquanto elemento da reprodução social do campesinato.

As práticas camponesas implicam o desenvolvimento da consciência social que, como adverte Luiz Eduardo Soares, é necessariamente relacional. Com a palavra o antropólogo brasileiro:

“... a questão da especificidade não é só um dilema conceptual de definição científica, é um problema vivido pela sociedade, enfrentado e pensado por ela, em direções diversas e contrastantes evidentemente. Sua tradução para o drama corrente vivido é **a problemática da identidade social**, tão marginalizada em estudos científicos”. (SOARES, 1981, p. 213 grifos do autor)

A assunção da identidade camponesa no Brasil faz parte da história dos movimentos de trabalhadores rurais desde o pós-guerra e, de modo mais expressivo, de meados da década de 1950 em diante. Contudo, após o golpe militar de 1964, esta contra-revolução preventiva – como a cunhou Vasco Leitão da Cunha - cujas conseqüências ainda estamos a avaliar, o campesinato deixou de se ver assim. Poucos a reivindicam, preferindo se ver como proprietários, meeiros, posseiros, arrendatários, assentados ou acampados. A retomada da identidade de classe pelo Movimento das Mulheres Camponesas é uma novidade que se expressa publicamente:

“Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade”. (MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, 2008)

A concepção dominante sobre o campesinato compreende este grupo como manifestação da resistência de modos de vida tradicionais, opostos à 'modernização'. A falta de escolarização, a ignorância e a superstição têm sido destacadas como características deste grupo social.

O comportamento social do camponês supõe uma atitude permanentemente atenta e, pois, o talento da observação para os detalhes, cujos sentidos somente se tornam compreensíveis numa totalidade intuída a cada momento da vida.

A idéia de mundo do camponês é concreta, assentada na verificação prática das coisas. Sua visão de mundo contempla a possibilidade de que o mundo seja regido por diversas forças, segundo a lógica dominante em cada esfera da vida (Ngokwey apud MINAYO, 1988). Por isso o sobrenatural também constitui a realidade, cuja vigência é tão certa como a do clima e a ação das doenças e pragas nas lavouras.

Tais observações remetem ao reconhecimento da problemática da identidade social acima apontada e, simultaneamente, servem como advertência contra os estereótipos sociais que invadem o campo científico nas áreas de conhecimento aplicado, como é o caso da Saúde Pública.

Bibliografia:

CARDOSO, Ciro Flamarion Santos. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, Saúde-doença: uma concepção popular da Etiologia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 363-381, 1988.

MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, CPDA/URRJ, n. 8, abril 1997. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/crono.htm#Número%208>. Acesso em 05 de julho de 2009.

MOURA, Margarida. *Camponeses*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, Quem somos. 2008. Disponível em http://www.mmcbrasil.com.br/menu/quem_por.html. Acesso em 05 de julho de 2009.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP. Trabalho e dominação. São Paulo: CEBRAP; Petrópolis, Vozes, 1980.*

SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.*

[ENS]

Morte súbita no trabalho

Fenômeno decorrente do excesso de trabalho comum entre os cortadores de cana de açúcar do estado de São Paulo relatado na imprensa e na literatura. Embora já exista referência indireta ao fenômeno entre os trabalhadores domiciliares contratados pelos capitalistas na Inglaterra da metade do século XIX, conforme relatórios dos inspetores de fábrica utilizados por Marx para caracterizar a intensificação do trabalho trazida com a introdução da máquina de costura (MARX, 1964), o termo “morte súbita no trabalho” ou “karoshi” foi cunhado pelo Dr. Tetsunojyo Uehata do National Institute of Public Health para caracterizar a mortalidade de trabalhadores associada à sobrecarga de trabalho no Japão durante a década de 1980, país capitalista avançado com maior carga de trabalho no mundo. A análise feita por Uehata, conforme Franco (2002), deixa patente ser necessário contemplar o processo de trabalho como um todo e a vida do trabalhador. A morte por excesso de trabalho se desenvolve a partir de uma

“Condição na qual o processo de trabalho psicologicamente mórbido/insano é levado a um ponto que provoca rupturas nos ritmos de trabalho e na vida dos trabalhadores levando ao desenvolvimento da fadiga no corpo/organismo e a uma crônica condição de sobrecarga de trabalho acompanhada pela piora de preexistente alta de pressão sanguínea e endurecimento das artérias, resultando, finalmente, em colapso fatal” (FRANCO, 2002, p. 150).

O estudo de Silva et al. (2006), ao comparar as formas de intensificação do trabalho vigentes no capitalismo mundializado, situa-se nesta perspectiva analítica. O tema tornou-se atual no Brasil por conta das mortes registradas no trabalho da colheita de cana-de-açúcar, a exemplo das 15 mortes ocorridas na região de Ribeirão Preto entre 2004 e 2006 (LOPES, 2007). É importante assinalar que o corte manual de no mínimo 10 toneladas de cana por dia exigida nas usinas do Estado de São Paulo acarreta, além do risco da morte súbita, acidentes de trabalho, tendinites, bursites e problemas de coluna (NOVAES, 2007).

Morte súbita é a designação geral da morte causada por infarto do miocárdio, hemorragia subaracnoidal, hemorragia cerebral e insuficiência cardíaca aguda. Quando associada ao trabalho excessivo, por carga e/ou intensidade de trabalho realizada, pode e deve ser entendida como a categorização médico-social da exploração extrema dos trabalhadores. Do ponto de vista clínico, a descrição da morte súbita no trabalho implica trabalho excessivo com sudorese; a transpiração excessiva resultante da

sobrecarga de trabalho acarreta desequilíbrio eletrolítico do organismo, isto é, o suor continuado provoca a perda de sais minerais; esta, por sua vez, é sinalizada pelas câimbras, resultante do acúmulo de ácido lático na musculatura. A generalização das câimbras provoca a falência cardíaca e subsequentemente a morte (NOVAES, 2007). Os trabalhadores a denominam “birola” devido aos sintomas do desmaio e da convulsão que acometem o trabalhador no eito da lavoura.

O tratamento recomendado é a hidratação com soro fisiológico o que levou as suínas, diante das pressões dos sindicatos, da pastoral dos migrantes e outras organizações favoráveis aos trabalhadores, bem como a repercussão na imprensa, a fazer a “distribuição gratuita de repositores hidreletrolítico e vitamínico para trabalhadores com intensa atividade física” (NOVAES, 2007, p. 173) – uma espécie de atualização do taylorismo orientada pela medicina de modo a garantir as altas taxas de exploração da força de trabalho nos canaviais.

Bibliografia:

FRANCO, Tânia. *Karoshi: o trabalho entre a vida e a morte*. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 141-161, 2002.

LOPES, Roberta. Trabalho excessivo causa morte de bóias-frias em Ribeirão Preto, denuncia relatora. AGENCIA BRASIL, 03 de Junho de 2007. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/03/materia.2007-06-03.4833924283/view>. Acesso em 05 de julho de 2009.

MARX, Karl. *El Capital: Crítica de la Economía Política*. 3ª ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica. Libro I., 1964.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade; dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 59, p. 167-177, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 8, p. 74-108, 2006.

[ENS]

Revolução Verde

Revolução Verde é o conjunto de conhecimentos técnico-científicos sobre desenvolvimento de variedade de cereais de alta produtividade com apoio na quimificação e mecanização da agricultura que caracterizaram o desenvolvimento capitalista no último século. A agroquímica resultou principalmente do esforço bélico das duas guerras mundiais, afirma José Lutzenberger (2004): a primeira deu origem aos adubos nitrogenados solúveis de síntese; a segunda, os herbicidas do grupo do ácido fenoxiacético (2,4-D e outros) e os inseticidas organofosforados do grupo parathion e organoclorados como o DDT.

Estes conhecimentos propiciaram, entre 1930 e 1950, a organização de sistemas agrícolas de monocultivo. Uma agricultura em larga escala e elevada produtividade exigiu alta dosagem de nitrogênio na adubação e, em consequência, de agrotóxicos para combater doenças e pragas, insumos de alto custo, implicando transferência de renda para os fabricantes, endividamento dos camponeses, poluição ambiental, resistência de pragas e problemas para a saúde dos trabalhadores. O padrão foi transferido para os países capitalistas periféricos por iniciativa do governo dos EUA e de fundações privadas, mediante a constituição de centros internacionais de pesquisa agrícola do milho no México e de arroz nas Filipinas e de instituições nacionais de pesquisa na América Latina entre 1957 e 1964 (SARTORI *et al*, 1998).

Esta orientação foi endossada pelos sucessivos governos militares e técnicos da área no Brasil a partir de 1964. Eis o que se afirma em documento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) publicado em 1975:

“O aumento da produção ou o crescimento da economia agrícola poderá ser alcançado através da incorporação de novas áreas e/ou da modernização da agricultura. A modernização expressa a incorporação de padrões técnicos, vigentes em centros mais desenvolvidos, por parte dos centros mais tradicionais. Na agricultura, a modernização se refere ao processo de melhoria da produção agrícola pela adoção de técnicas modernas” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1975 *apud* OLIVEIRA, 1984, p. 77).

O processo foi, como assinala Musumeci (1987), induzido pelo Estado. A instituição do crédito rural, em 1966; a criação e funcionamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972-73 e da EMBRATER em 1974; o lançamento do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) em 1975 (PESSANHA, 1985) são alguns marcos significativos do processo político-institucional de modernização do campo. O indicador mais significativo do sucesso da Revolução Verde no Brasil foi, sem dúvida, a expansão das lavouras de soja na região sul com a adaptação de cultivares oriundas dos EUA a partir da década de 1960, uma cultura praticamente desconhecida dos agricultores, rapidamente incorporada por eles graças aos ganhos de renda alcançados com as exportações. A soja, ao cumprir o mesmo papel desempenhado pelo café no século XIX, é a cultura que mais tem incorporado as "técnicas modernas" do binômio fertilizante-agrotóxico. Pode-se afirmar que a soja é o ícone do chamado "agronegócio" ou da "modernização da agricultura" no Brasil como se pode ler na página da Embrapa na internet dedicada à "Soja no Brasil":

"O explosivo crescimento da produção de soja no Brasil, de quase 260 vezes no transcorrer de apenas quatro décadas, determinou uma cadeia de mudanças sem precedentes na história do País. Foi a soja, inicialmente auxiliada pelo trigo, a grande responsável pelo surgimento da agricultura comercial no Brasil. Também, ela apoiou ou foi a grande responsável pela aceleração da mecanização das lavouras brasileiras, pela modernização do sistema de transportes, pela expansão da fronteira agrícola, pela profissionalização e pelo incremento do comércio internacional, pela modificação e pelo enriquecimento da dieta alimentar dos brasileiros, pela aceleração da urbanização do País, pela interiorização da população brasileira (excessivamente concentrada no sul, sudeste e litoral do Norte e Nordeste), pela tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho), bem como impulsionou e interiorizou a agro-indústria nacional, patrocinando a expansão da avicultura e da suinocultura brasileiras." (EMBRAPA, 2004)

O PNDA estimou metas de consumo nacional, de elevação da produção nacional e de implantação de novas fábricas no país (PESSANHA, 1985). O crédito rural foi o principal instrumento para o aumento do consumo nacional, menos para o investimento do que para o custeio dos insumos. De acordo com José Prado Alves Filho, o sucesso da incorporação tecnológica da Revolução Verde dependeu de uma oferta de crédito que vinculou empréstimos a aquisição de agrotóxicos. No caso do Banco do Brasil, este vínculo era obrigatório: 15% do valor dos empréstimos para

custeio estava destinado à aquisição de agrotóxicos. Entre 1974 e 1981, a parcela do crédito rural destinada a esta compra aumentou de 5 para 8% do volume do crédito total de custeio, principalmente para as culturas de soja, trigo e algodão. Um indicador importante que oferece uma visão mais aproximada do consumo de agrotóxicos é o da relação entre valor do crédito sobre as vendas do setor que elevou-se de 54% em 1977 para 71% em 1980 (ALVES FILHO, 2002).

Os efeitos nocivos dos agrotóxicos descritos por vários autores e políticas restritivas adotadas nos países de capitalismo desenvolvido, com a imposição de redução do uso e produção de certos produtos (organofosforados e herbicidas) e a proibição de outros (organoclorados) (PERES, 1999) não deixou de ter conseqüências no Brasil, ainda durante o regime militar. No Rio Grande do Sul e no Paraná, o movimento de reação ao uso indiscriminado de agrotóxicos partiu de engenheiros agrônomos e ambientalistas. No Rio Grande do Sul destaca-se o nome de José Lutzemberg e da Associação Gaúcha de proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Em 1977 a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul instituiu a obrigatoriedade do Receituário Agrônomo, vinculado ao financiamento agrícola, uma medida incorporada pelo Banco Central em 1978. O receituário tornou-se política oficial em 1981 mas, devido a falta de controle social mediante a complementação de outras políticas públicas o instrumento deixou de cumprir seu objetivo original (ALVES FILHO, 2002) e nunca foi implantado de modo amplo no país (PESSANHA, 1985).

O impacto sobre a saúde dos trabalhadores e no ambiente foi denunciado por engenheiros agrônomos fitossanitaristas do Paraná reunidos no XI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Curitiba de 22 a 26 de outubro de 1979, uma vez que o consumo de agrotóxicos foi considerado "três vezes maior do que o necessário" (PESSANHA, 1980, p. 9).

Em 1982, a repercussão da denúncia da contaminação das águas do Rio Guaíba por agrotóxicos, ao ameaçar a população da capital do Rio Grande do Sul, levou o governo estadual a proibir o uso de organoclorados, especificar princípios ativos de uso restrito e instituir o Receituário Agrônomo. No ano seguinte, foi aprovada neste estado a lei estadual no. 7.747/83, a primeira lei sobre agrotóxicos. Sistematizava o conjunto de medidas legais implantadas até então, servindo de modelo para a elaboração de projetos de lei em 12 unidades da Federação.

A reação da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), criada em 1974 e do Sindicato da Indústria de Defensivos do Estado de São Paulo não tardou a se fazer sentir, com ação, em março de 1983, junto à

Procuradoria Geral da República sob argüição da inconstitucionalidade das leis estaduais face à competência da União para legislar sobre normas gerais de proteção à saúde. A decisão final do Supremo Tribunal Federal em maio de 1985 reafirmou a posição da Procuradoria contrária à ação, legitimando as legislações estaduais, com alguns vetos importantes, dentre os quais “o direito das entidades civis impugnarem o registro de determinados produtos nos órgãos fiscalizadores” (PESSANHA, 1985, p. 11).

Denúncias da contaminação de rios e da intoxicação de trabalhadores rurais apareceram na imprensa no município paranaense de Maringá, com o registro de 1.600 casos de intoxicação e 26 mortes no biênio 1982/83. “Segundo o jornal [Estado do Paraná], os agrotóxicos mais prejudiciais à saúde e responsáveis pela contaminação de um número tão elevado de pessoas são os seguintes: Endrex-20, com 187 vítimas no estado; Nuvacron-400, com 145; Furadan, com 174; Folidol-60, com 168; Azodrin, com 149; Metaxystox, com 131 casos. As pessoas contaminadas são geralmente bóias-frias”. (PAULA, 1998, p. 143-44)

O processo de regulamentação do uso de agrotóxicos culminou com a formulação da Lei no. 7.802, conhecida como a Lei dos Agrotóxicos, de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto 98.816, de 11 de janeiro de 1990, substituído pelo Decreto 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Anos depois, a Embrapa (1994) divulgava o seguinte diagnóstico:

“O modelo de agricultura nascido da Revolução Verde praticado há muitos anos no Brasil e em outros vários países, onde o aumento do uso de insumo, mecanização e monocultivo visando somente a produtividade e a ampliação da fronteira agrícola, com pouca ou quase nenhuma preocupação com a degradação ambiental, está se esgotando” (EMBRAPA, 1994).

O reconhecimento destas limitações (RAIJ, 1998) assimiladas ao ‘paradigma da revolução verde’ não tem conduzido a uma revisão de seus princípios e tampouco do sistema agrícola implantado. Antes, suscita o apoio a uma nova fase da Revolução Verde, a dos transgênicos.

A nova fase da Revolução Verde tenta responder aos impasses criados pela fase anterior, a saber, a resistência cada vez maior das pragas, doenças e “ervas daninhas” que implicaram em doses mais fortes e custos mais altos dos agrotóxicos. A ferrugem na soja exemplifica o esgotamento tecnológico dos agrotóxicos químicos. Ao basear-se nos novos

conhecimentos da biologia molecular e da engenharia genética, a terceira fase abre caminho para a incorporação das tecnologias químicas no aprimoramento de plantas conhecidas como transgênicas. As plantas passam a conter, em seus genes características resistentes a algum produto (herbicida, inseticida, fungicida, acaricida, etc.) que elimina espécies invasoras, pragas ou doenças. Trata-se, na verdade de plantas “resistentes” a agrotóxicos, biocidas que entram na cadeia alimentar, tanto do solo como dos animais e humanos que as consomem. Contudo, a falta de estudos sobre a toxicidade é encarada pelos defensores dos Organismos Geneticamente Modificados como prova de sua ausência (LOUREIRO; OLIVEIRA, 2004).

Os argumentos a favor dos transgênicos envolvem a alegação de aumento da produtividade, diminuição da quantidade de agrotóxicos e, portanto, dos gastos com este insumo e redução da contaminação ambiental. Em contrapartida, as críticas suscitam a necessidade de uma agricultura sustentável não apenas do ponto de vista econômico, mas também ambiental, social, técnico e cultural (PRIMAVESI, 1992), capaz de revalorizar os conhecimentos do agricultor vinculados à agricultura artesanal, principalmente no que diz respeito ao manejo do solo (Veiga, 1991), mais adequados às regiões climáticas do tipo tropical e subtropical como é o caso de países como o Brasil.

O esgotamento do desenvolvimento técnico-científico orientado pelos interesses da indústria agroquímica devido a preocupações crescentes com o aumento da produção agrícola em condições de sustentabilidade atesta a possibilidade de mais de uma via de desenvolvimento científico-técnico, (LACEY, 1998) e, também, de política pública.

Diversidade de caminhos de desenvolvimento científico-técnico é o que se vislumbra como cenário para a agricultura no contexto da mudança climática global. De um lado, o trilhado pelas empresas multinacionais no novo e aparentemente espetacular campo dos transgênicos. Por outro, a alternativa da agricultura orgânica, baseada na agro-ecologia (ALTIERI *et al*, 1999).

Estas são possibilidades de desenvolvimento. Analisando o processo em curso, dominado pela agricultura convencional comandada pela indústria de fertilizantes e agrotóxicos, é importante considerar que a ‘revolução verde’ acarretou graves problemas na medida de sua universalização para todos os sistemas agrícolas, nalguns dos quais, a exemplo do praticado na olicultura em regime de pequenas propriedades, o uso de fertilizantes e agrotóxicos era inadequado.

Esta situação tem sido apresentada como de transição pelos interesses das multinacionais como Monsanto, Syngenta e Bayer Crops Science. Como vimos anteriormente, os novos avanços na transgenia permitem às empresas produtoras de sementes divulgarem produtos considerados (pelos seus dirigentes e técnicos) menos tóxicos. Isso vale inclusive para a produção das hortaliças onde se constata até o momento o sobre-uso de agrotóxicos. É o caso da Seminis Brasil, subsidiária da Monsanto dedicada a pesquisa e produção de híbridos resistentes a doenças. As sementes de hortaliças são apresentadas como alternativas sustentáveis, ora por dispensar agroquímicos, ora por reduzir o seu uso, como é o caso dos híbridos de cebola, alho-poró e pimentas que exigem “menos água, fertilizantes, agrotóxicos e mão-de-obra.” (SEMINIS BRASIL, 2008)

Como se percebe, um novo capítulo da Revolução Verde no Brasil está em curso e aparentemente estamos na marcha-ré de conquistas consideradas históricas.

Bibliografia:

ALTIERI, Miguel A. et al. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

ALVES FILHO, J. P. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume, 2002.

EMBRAPA. Tecnologias de Produção de Soja. Região Central do Brasil 2004. A Soja no Brasil. 2004. Disponível em <http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>. Acesso 25 de novembro de 2008.

EMBRAPA. A sustentabilidade dos agrossistemas poderá ser medida. *Informativo Meio Ambiente e Agricultura*, ano, II n. 6, ago/set 1994. Disponível em http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/mostra_informativo.php3?id=27

LACEY, Hugh. *Ciência e Valores*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

LOUREIRO, Isabel; OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Entrevista com Jean-Pierre Berlan. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3395-413, 2004.

LUTZENBERGER, José. *Manual de Ecologia: do jardim ao poder*. Vol I. Porto Alegre: L&PM, 2004.

MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural. *Cadernos de Difusão Tecnológica*, v. 1, n. 1, p. 71-121, jan-abr 1984.

PAULA, Zuleide Casagrande de. O campo da vida, o campo morte: uma leitura da agricultura no município de Maringá na década de 80. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 2, p. 139-156, 1998. Disponível em <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=issue&op=view&path%5B%5D=6>. Acesso em 26 de novembro de 2008.

PERES, Frederico. *É veneno ou remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro: 1999.

PESSANHA, Bruno. O defensivo agrícola. *Agroanalysis*, v. 4, n. 10, p. 7-30, outubro 1980.

PESSANHA, Bruno; MENEZES, Francisco Antonio da Fonseca. A questão dos agrotóxicos. *Agroanalysis*, v. 9, n. 9, p. 2-22, setembro 1985.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Agricultura sustentável*. São Paulo, Nobel, 1992.

RAIJ, Bernardo van. O modelo de agricultura da revolução verde é sustentável? *Informativo Meio Ambiente e Agricultura*, ano VI, n. 24, out/Nov/dez 1998. Disponível em http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/mostra_informativo.php?id=95. Acesso em 14 de novembro de 2008.

SARTORI, Armando; RODRIGUES, Lia Imanishi; PEREIRA, Raimundo Rodrigues; DAVIS, Roberto. *Agricultura e modernidade: a crise brasileira vista do campo*. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1998.

SEMINIS BRASIL, "Os últimos avanços: plantas resistentes a doenças; alternativa ao uso de agroquímicos". 2008. Disponível em http://www.seminis.com.br/research/latest_innovations.asp. Acesso em 19 de dezembro de 2008.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1991.

[ENS]

Trabalho escravo

A escravidão foi oficialmente abolida no Brasil em 13 de maio de 1888. Os trabalhadores, livres do jugo senhorial dos latifundiários, mas também dos seus donos no meio urbano, muitos dos quais os transformavam em “escravos de ganho”, tornaram-se cidadãos com direitos iguais. Mas o controle sobre os meios de produção e de vida, principalmente da terra, por parte dos grandes proprietários, obrigou-os a se empregar ou a trabalhar como parceiros de seus antigos senhores.

Uma escravidão mal disfarçada prevaleceu no campo secularmente sob a forma da dívida pelo fornecimento de alimentos e outros produtos aos trabalhadores nos domínios dos latifundiários. No Nordeste, o sistema tornou-se conhecido pelo nome de “cambão”, cujo significado expressa, de acordo com o verbete do Dicionário Aurélio, a condição escrava: Cambão. *Bras.* Pedaco de pau que se dependura ao pescoço da rês bravia para impedi-la de correr.

Esta imposição foi uma das razões do surgimento e expansão das Ligas Camponesas, do Nordeste para o Centro Oeste, Sudeste e Sul do Brasil nos anos 1950-1960.

A partir dos anos 1980, essa forma de escravidão retomou impulso, em decorrência do desenvolvimento capitalista nas áreas de expansão da fronteira agrícola em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. É importante assinalar, na própria definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a atualização das formas de exploração e opressão do campesinato:

“Quando falamos de trabalho escravo, estamos nos referindo a muito mais do que o descumprimento da lei trabalhista. Estamos falando de homens, mulheres e crianças que não têm garantia da sua liberdade. Ficam presos a fazendas durante meses ou anos por três principais razões: acreditam que têm que pagar uma dívida ilegalmente atribuída a eles (alimentação e transporte), estão distantes da via de acesso mais próxima, o que faz com que seja impossível qualquer fuga ou são constantemente ameaçados por guardas que, no limite, lhes tiram a vida na tentativa de uma fuga. É comum que sejam escravizados pela servidão por dívida, pelo isolamento geográfico, pela ameaça às suas vidas. Isso é trabalho escravo.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005, p. 11)

Apesar de diversas denúncias de trabalho escravo apresentadas ao Comitê de Expertos da Organização Internacional do Trabalho a partir de 1985, o reconhecimento oficial do programa perante a Organização ocorreu somente em 1995. Assassinatos de técnicos da Justiça do Trabalho obrigaram o Governo federal a desencadear ações repressivas mais efetivas contra os fazendeiros que mantinham trabalhadores sob regime de escravidão.

As tentativas oficiais de “separar o joio do trigo” no meio capitalista, ou seja, de distinguir capitalistas civilizados e bons cumpridores da lei em oposição a capitalistas selvagens que simplesmente ignoram a legislação, não resistem às denúncias e apuração dos casos relacionados ao trabalho escravo no país. O caso da COSAN, considerada a maior empresa produtora de álcool e açúcar do país, controlada por Rubens Ometto em sociedade com o grupo empresarial inglês Tate Lyle, é bastante elucidativo neste sentido. No Ministério Público do Trabalho em Campinas (SP), a COSAN tinha um “currículo” de três mortes, duas ações civis, 21 procedimentos e 103 denúncias de irregularidades trabalhistas em curso no ano de 2008.

Suspeita-se de que duas das mortes registradas tenham sido causadas por exaustão no corte da cana, conhecida como “birola”. Para o Ministério Público do Trabalho a terceirização está na raiz do problema, uma vez que metade da cana usada nas usinas da COSAN vem daqueles fornecedores. De acordo com o procurador do trabalho Luís Henrique Rafael: “Há muito trabalho degradante nesses locais, e a Cosan tem uma interferência direta nessas fazendas.” (O Globo, 2008, p. 24).

Por outro lado, no relatório da OIT sobre trabalho escravo assinalam-se as relações estreitas entre a exploração brutal da força de trabalho e a destruição ambiental na Amazônia Legal, fato divulgado na imprensa (Folha de São Paulo, 2008).

COINCIDÊNCIAS NA AMAZÔNIA

Cidades que mais desmatam mostram os mais altos índices de mortes no campo, trabalho escravo e crescimento da pecuária

 Cidade do grupo das 50 que tiveram as maiores variações



As cidades As 50 da Amazônia Legal que mais desmataram nos últimos 3 anos	Estado	Área desmatada Em km ² , entre ago.2004 e jul.2007	Pecuária Variação em cabeças de gado entre 2003 e 2006	Mortes no campo Motivadas por conflitos fundiários entre 2004 e 2007	Trabalho escravo Trabalhadores resgatados entre 2004 e 2007
São Félix do Xingu	PA	2.812	● 331.420	4	291
Cumarú do Norte	PA	1.042	● 337.594	4	73
Novo Repartimento	PA	1.028	● 145.046	6	59
Colniza	MT	982	● 115.958	2	-
Altamira	PA	914	● 73.973	3	120
Santana do Araguaia	PA	796	● 122.719	-	218
Porto Velho	RO	778	● 179.800	-	-
Juara	MT	708	19.714	-	28
Pacajá	PA	661	● 83.952	1	521
Nova Bandeirantes	MT	549	● 124.302	-	16
Lábrea	AM	528	265	3	26
Novo Progresso	PA	523	● 329.887	1	-
Marabá	PA	510	● 270.700	4	194
Nova Mamoré	RO	503	● 143.434	1	-
Cotriguaçu	MT	475	● 104.122	-	-
Aripuanã	MT	464	● 198.688	1	-
Santa Maria das Barreiras	PA	458	● 228.351	2	-
Nova Maringá	MT	444	2.644	-	-
Paragominas	PA	429	55.026	-	297
Vila Rica	MT	424	● 189.571	-	137
Peixoto de Azevedo	MT	418	● 67.015	3	11
Itupiranga	PA	389	● 141.000	2	246
Machadinho D'Oeste	RO	375	● 84.978	-	-
Anapu	PA	353	● 77.307	5	20
Nova Ubiratã	MT	345	16.799	-	28
Brasnorte	MT	327	-15.121	-	71
Dom Eliseu	PA	313	17.703	-	280
Apuí	AM	310	13.000	-	-
Rondon do Pará	PA	310	● 80.928	2	188
Gaúcha do Norte	MT	296	12.137	-	-
Marcelândia	MT	285	11.065	-	5
Alta Floresta	MT	283	● 74.412	-	3
Uruará	PA	277	● 101.622	-	94
Porto dos Gaúchos	MT	277	-6.330	-	14
Brasil Novo	PA	271	46.492	-	85
Paranaíta	MT	271	● 107.438	-	-
Querência	MT	270	7.132	-	28
Confresa	MT	270	● 114.613	-	1.013
Itaituba	PA	269	● 102.057	-	28
Tabaporã	MT	265	29.724	-	-
Campo Novo de Rondônia	RO	263	● 97.876	2	-
Juína	MT	258	24.101	-	-
Buritis	RO	247	● 120.380	-	-
Apiacás	MT	244	● 72.887	-	-
Moju	PA	235	18.950	2	15
Feliz Natal	MT	234	3.028	-	15
São Félix do Araguaia	MT	228	22.504	-	15
Tailândia	PA	226	20.424	2	45
Ulianópolis	PA	223	7.818	-	1.223
Paranatinga	MT	216	18.793	-	46

É importante lembrar que a tentativa de aprovar um projeto de lei de desapropriação de fazendas onde se faz uso de trabalho escravo está paralisada na Câmara dos Deputados há três anos.

Bibliografia:

Folha de São Paulo, São Paulo, 27 de abril de 2008: Cidades que mais desmatam lideram crimes na Amazônia, A – 4.

O Globo, Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008: Ministério Público do Trabalho investiga usina, 24.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2005. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/download/sakamoto_final.pdf e www.ilo.org/declaration Acesso em 29 de janeiro de 2009.

[ENS]

PANORAMA DO BRASIL NO SÉCULO XX

PANORAMA DO BRASIL NO SÉCULO XX

Para entender os sentidos do trabalho e da saúde na música popular brasileira é fundamental situar, ainda que em grandes linhas, o panorama do desenvolvimento de nossa sociedade durante o século XX.

Começemos pelo marco inicial desta história, tendo como referência a produção musical registrada neste CD-ROM: a Revolta da Vacina de 1904. Esta foi uma reação popular contra o processo de modernização capitalista no Rio de Janeiro, capital federal e porto de exportação, na medida em que retirou, à força e em nome da higiene pública, para o combate dos focos do vetor da febre amarela, os sub-proletários que viviam em cortiços ou cabeças-de-porco das áreas centrais da cidade, vistos pela imprensa da época como vestígios do passado colonial.

O drama da falta de trabalho, da desocupação e da vagabundagem, que vai se tornar um tema musical recorrente, é um eco dos limites desta modernização, incapaz de oferecer alternativas para a maioria da população. Quando dizemos modernização queremos dizer desenvolvimento capitalista, isto é, a transformação dos meios de produção em capital; e, ao apontarmos os limites deste desenvolvimento, pretendemos sinalizar um tipo de desenvolvimento precocemente concentrado e dependente do exterior.

Do começo do século XX até os anos da década de 1930, o Brasil conheceu o auge e declínio de uma economia capitalista organizada pela grande propriedade agrária ou latifúndio – baseada na exploração do trabalho dos colonos para a produção sempre crescente do principal produto de exportação, o café – e cuja expansão em termos de infra-estrutura (construção de estradas de ferro, portos, eletricidade) dependeu fundamentalmente de empréstimos viabilizados pelo capital financeiro estrangeiro. O colono foi, principalmente no estado de São Paulo, um trabalhador imigrante cujo braço concorreu com o do trabalhador nacional e viabilizou o rebaixamento dos salários pela existência de uma permanente reserva de força de trabalho. Importa acrescentar: disponível para os capitalistas que então começavam a diversificar seus investimentos. Neste sentido, é importante registrar os primórdios da industrialização no Brasil que, inicialmente limitada a iniciativas pioneiras como a da construção naval, sob a iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, no Estabelecimento de Fundação e Companhia Estaleiro da Ponta da Areia

(1846- 1860) em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tomou vulto, a partir da década de 1880, na forma de tecelagens de algodão, lã e juta em várias regiões do país, particularmente, São Paulo e Rio de Janeiro. A indústria, porém, somente prosperava sob a proteção de tarifas alfandegárias elevadas, e não mediante a ampliação do mercado interno. Obviamente, aos patrões jamais lhes passava pela cabeça aumentar os salários de seus empregados ou melhorar as condições de trabalho, motivo pelo qual os operários se lançaram em inúmeras greves em 1902 e 1906, até chegar o auge, entre 1917 e 1920.

A grande depressão de 1929 pôs um fim a este tipo de desenvolvimento. O fato de a depressão econômica mundial se prolongar durante uma década, gerando um estreitamento do comércio mundial, obrigou o Estado a intervir e, num segundo momento, a reorientar a produção da riqueza em outras bases, agora centrada na indústria. Um desenvolvimento capitalista industrial começou a tomar forma no Brasil, sob a condução do Estado. A valorização do trabalho assalariado por um Estado autoritário, inicialmente ditatorial (1937-1945) e em seguida democrático (1945-1964), acompanhou este processo que se estendeu até o começo dos anos 1960: estabeleceu um vínculo entre os trabalhadores e o destino urbano-industrial do Brasil, apoiado numa legislação trabalhista que favoreceu as demandas individuais por direitos, ao mesmo tempo em que subordinou legalmente o sindicato ao Estado para o exercício da representação dos trabalhadores.

A carteira de trabalho, instituída em 1932, pode ser considerada um dos símbolos da habituação do trabalhador ao modo de produção capitalista. De acordo com Ana Beatriz Loner et al (2007):

“O decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que estabelecia a Carteira de Trabalho, a colocava como opcional ao trabalhador, mas sua regulamentação pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, a transformaria rapidamente em imprescindível. Assim, seu artigo 12º estabeleceria sua validade como documento de identidade e o 13º a transformaria em prova comprobatória em caso de conflitos entre patrões e trabalhadores. Mas é o artigo 25º que praticamente impunha sua obrigatoriedade para todos aqueles que decidissem buscar a proteção oficial nas relações trabalhistas, pois afirma que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), “só tomará conhecimento de queixas e reclamações de empregados que possuam carteiras profissionais” (KOSCHIER, 2006, p. 5). No ano seguinte, através do decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934 condicionava-se a sindicalização aos empregados com carteira

profissional. (TROYANO, 1978). Por fim, na tentativa de incentivar a sindicalização oficial, o governo terminou impondo que só teria direitos aos benefícios trabalhistas (como lei de férias e aposentadoria) o trabalhador que possuísse carteira e fosse sindicalizado.” (LONER et al., 2007, p. 8)

A identidade entre trabalho e desenvolvimento nacional promovida pelo Estado durante a Era Vargas (1930-1954) foi consolidada na participação indireta e compulsória dos trabalhadores na criação da indústria de base no Brasil. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Nacional de Álcalis foram algumas empresas estatais criadas nesse período, cujo capital social foi em parte integralizado por recursos oriundos da poupança compulsória dos trabalhadores para a previdência social – então organizada sob a forma de Institutos de Aposentadorias e Pensões.

É importante assinalar que o “desenvolvimento nacional” sofreu uma forte inflexão a partir dos anos 1955-60, uma vez que assumiu nova forma de dependência ao capital estrangeiro: mediante o investimento direto de capital, empresas montadoras de automóveis, naval, química e outras implantaram unidades fabris no país sob a condição de repatriarem os lucros.

A industrialização, cujo símbolo mais notável no Brasil foi, durante os governos de Getúlio Vargas, a siderurgia, e, em seguida, de Juscelino Kubistchek, o automóvel, sustentou-se no aumento da produtividade do trabalho, na inflação e, em boa medida, na contenção dos gastos com a proteção social, com graves repercussões sobre a saúde e o atendimento à saúde dos trabalhadores. A tuberculose foi a “doença social” da época e somente depois de 1950 começou de fato a ser enfrentada mediante política de saúde.

O suporte passivo destas mudanças foram os trabalhadores rurais. Historicamente eles sempre careceram de direitos sociais; durante décadas sobreviveram sob o jugo dos latifundiários. Dada a crise da agricultura de exportação, viveram como meeiros ou pequenos arrendatários, a maioria sob condição miserável e entregue à doença. O trabalhador pobre e desnutrido é simbolizado na figura do portador da ancilostomose, o Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, com sua pele amarelada e o evidente desânimo para o trabalho, símbolo de outras doenças muito mais graves, como o mal de Chagas. Contudo, a partir de 1959, em razão do embargo dos Estados Unidos da América ao açúcar de Cuba, cujo governo havia nacionalizado as propriedades americanas, os latifundiários viram a

oportunidade de retomar as lavouras de exportação. A cana-de-açúcar tomou conta dos espaços agrários, tanto no Nordeste como em São Paulo. Parceiros e pequenos proprietários expulsos por esta modernização do campo constituíram as ondas de migrantes incorporadas como força de trabalho nas indústrias e na construção das cidades, das quais o símbolo nacional e marco geopolítico foi, sem dúvida, Brasília, a capital federal a partir de 1961. Os que resistiram no campo deram início ao movimento dos trabalhadores rurais conhecido por sua organização – as Ligas Camponesas. Nas cidades, os trabalhadores fizeram eco de sua reivindicação pela reforma agrária, lutando por outras reformas que pretendiam aumentar a participação dos trabalhadores na distribuição da riqueza nacional. Como se sabe, esta entrada dos trabalhadores como sujeitos na cena política nacional foi brutalmente interrompida pelo golpe militar de 1964.

Nos anos seguintes, impulsionado pelo Estado sob a tutela da ditadura militar, ocorreu um aprofundamento do processo de industrialização, tanto na produção de bens de produção como de bens de consumo, de modo acelerado e sob controle repressivo. Os investimentos foram obtidos por meio de empréstimos externos, isto é, de endividamento da economia junto ao capital financeiro dos EUA, Europa e Japão, garantidos pelo Estado. As elevadas taxas de acumulação de capital (o Produto Interno Bruto cresceu anualmente a taxas de 10%) propiciadas a partir desses investimentos foram viabilizadas pela intensificação da exploração da força de trabalho, sustentada no impedimento, instituído por lei, de incorporar a inflação e os ganhos da produtividade aos salários. Chamado de “arrocho salarial”, perdurou durante todo o regime. A máxima adotada então foi a de que era preciso “primeiro crescer, depois dividir”.

Industrialização significou também urbanização, cujas taxas foram a par. O censo demográfico de 1970 registrou a mudança de um país agrário para um país industrial e urbano. Os deslocamentos entre cidade e campo foram acompanhados do deslocamento do papel tradicional da mulher do âmbito doméstico para o do mercado de trabalho. Novos arranjos no âmbito da política social tiveram de ser articulados pelo Estado sob o regime militar (1964-1984) para dar conta das gigantescas mudanças ocorridas, mas isto aconteceu de modo limitado e parcial. No âmbito da atenção à saúde, isso se deu principalmente mediante a transferência de recursos previdenciários e do Tesouro Nacional para empreendimentos médicos privados, voltados para o restabelecimento da força de trabalho depauperada. Os indicadores sócio-sanitários da transformação do Brasil num país urbano-industrial apareceram na relevância ocupada pelas causas externas (acidentes de trabalho, de trânsito e homicídios) na taxa de mortalidade da população,

mas também na persistência de doenças infecto-contagiosas como a meningite e a hanseníase.

A industrialização substitutiva, isto é, a produção interna do que antes era importado, começada em 1941, chegou aos limites na tentativa da implantação, no governo do general Geisel, de uma indústria da informática. O esgotamento deste tipo de desenvolvimento foi sinalizado pela recessão mundial de 1973-1974 que acarretou um aumento gigantesco da dívida externa e limitou a disponibilidade de capitais para investimentos diretos. O estado, sob o regime militar, viu-se diante de um impasse: para dar continuidade ao desenvolvimento teria de aprofundar sua intervenção na economia, mas esta possibilidade foi descartada explicitamente pelos capitalistas nacionais, já fortemente associados ao capital internacional num congresso de "classes produtoras" realizado em 1977. A perda de unidade de interesses da burguesia em torno do Estado inspirou a elaboração, pelo governo do general Geisel, e a implementação, pelo governo do general Figueiredo, da estratégia denominada "distensão lenta, gradual e segura", uma forma de transição democrática controlada pelos militares.

A aceleração da crise do regime militar foi uma decorrência das ondas de greves de estudantes, em 1977, e de operários e trabalhadores, entre 1978 e 1980, que se espalharam pelo país inteiro. A partir de então, a mobilização se esgotou em decorrência da recessão econômica (1982-1984), que enfraqueceu a capacidade de luta dos trabalhadores, favorecendo uma transição política pactuada entre as forças políticas que haviam sustentado, até então, o regime militar. As dificuldades para efetivar os direitos sociais consagrados na Constituição de 1988, a exemplo do direito à saúde, e a instituição do Sistema Único de Saúde a partir de 1990, de um lado, e a adoção de compensações para a miséria absoluta no final desta década, de outro, deixaram patente os limites do processo de democratização no país.

O paradoxo vivido pela população do Brasil no final do século XX, e que se prolonga até nossos dias, tem sido o de atender, do ponto de vista dos direitos sociais, a tais demandas sem contar com um desenvolvimento econômico sustentado – dado o fim da industrialização substitutiva na era neoliberal, inaugurada por Fernando Collor de Melo em 1991.

O novo liberalismo, sucessivamente endossado pelos governos seguintes, implicou várias medidas de política econômica, das quais se destacam a privatização das empresas estatais, o fim da proteção alfandegária ampla à indústria – o que redundou em falências e na fusão de empresas, acompanhada de demissões e da precarização dos contratos de

trabalho – e a estabilidade monetária enquanto bloqueio da transferência de renda por meio de aumentos de preços de bens e serviços, e dos aluguéis. Esta última medida, na prática, significou apenas a contenção dos salários e transformou o aumento da produtividade do trabalho na pedra-de-toque do crescimento capitalista desde então. A contenção do gasto público em saúde, saneamento básico, educação e previdência social pela exigência de permanente superávit fiscal primário e o financiamento deste gasto por meio da venda de títulos da dívida pública aos bancos e às grandes empresas, mediante o pagamento de vultosos juros, completaram o arcabouço das medidas neoliberais. Tudo levou à reafirmação do princípio da propriedade privada como “altar da Pátria” sob a batuta... do Estado.

Mas o tempestuoso século XX não acaba no Brasil sem tensões e questionamentos. Talvez o melhor símbolo de que a história não acabou seja a mobilização dos trabalhadores rurais contra os interesses capitalistas no campo, organizados em torno das grandes empresas de exportação (soja, cana-de-açúcar, carnes, etc.) - o chamado “agronegócio” – que permitiram a reinserção produtiva do Brasil na economia mundial. É interessante constatar que a bandeira da reforma agrária, levantada novamente pelos trabalhadores contra esta forma de latifúndio, agora “produtiva”, tem amparo na função social da propriedade instituída pela Constituição de 1988.

Letras das músicas

A voz do povo
João do Vale e Luiz Vieira

*Meu samba é a voz do povo
Se alguém gostou
Eu posso cantar de novo*

*Eu fui pedir aumento ao patrão
Fui piorar minha situação
O meu nome foi pra lista
Na mesma hora
Dos que iam ser mandados embora*

*Eu sou a flô que o vento jogou no chão
Mas ficou um galho
Pra outra flô brotar
A minha flô o vento pode levar
Mas o meu perfume fica boiando no ar*

Construção
Chico Buarque

*Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido
Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima
Sentou prá descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego...*

*Amou daquela vez como se fosse o último
Beijou sua mulher como se fosse a única
E cada filho seu como se fosse o pródigo
E atravessou a rua com seu passo bêbado
Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego
Sentou prá descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo
E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio náufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público...*

*Amou daquela vez como se fosse máquina
Beijou sua mulher como se fosse lógico
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas
Sentou prá descansar como se fosse um pássaro
E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contra-mão atrapalhando o sábado...*

**Dias de Santos e Silvas
Gonzaguinha**

*O dia subiu sobre a cidade
Que acorda e se põe em movimento
Um despertador bem barulhento
Badala, bem dentro, em meu ouvido*

*Levanto, engulo o meu café
Corro e tomo a condução
Que, como sempre, vem cheia,
Anda, para e me chateia*

*Está quente pra chuchu,
Meu calo dói,
A certeza já me rói,
Levo bronca do patrão*

*Mas, sonhei
E fiz a fé no avestruz
Que vai me dar uma luz
Levo uma nota pra mão*

*A tarde transcorre calma e quente
Nas ruas, ao sol, fervilha gente
Batalham, como eu, o leite e o pão
Que o gato bebeu e o rato roeu*

*Aumenta tudo, aumenta o trem
Aumenta o aluguel e a carne também
É... mas, sei, vai melhorar
Pior que tá não dá pra ficar*

*Ah, meu Deus,
Se o avestruz der na cabeça
Vou ganhar dinheiro à beça,
Faço minha redenção*

*E vou lá dentro,
No escritório do patrão
Peço aumento, ele não dá,
Mostro a grana e a demissão*

*A noite desceu sobre a cidade
Nas filas, calor suor cansaço
Meu corpo está que é só bagaço
E se está de pé é de teimoso*

*Eu, desejando minha cama
Furam a fila e alguém reclama:
Louvaram a mãe do rapaz
Que diz que faz e desfaz*

*E só falta uma briguinha
E eu ir para o xadrez
Pobre não tem mesmo vez
Não dá sorte ou dá azar*

*E o danado do avestruz
Também não deu
Minha mulher vai reclamar
O dinheiro que era seu*

*E o danado do avestruz
Também não deu
Minha mulher vai reclamar
O dinheiro que era seu*

*Que o gato comeu
O rato roeu
Alguém se lambeu*

O samba da mais-valia
Sergio Silva

Síntese de muitas determinações
A realidade social é feita de contradições
Mas a árvore não pode esconder o arvoredado
Vem o grande analista revela o segredo
Da acumulação de capital

É mais-valia pra cá, é mais-valia pra lá
Capitalismo é selvagem, é global
É mais-valia pra cá, é mais-valia pra lá
Tempo roubado do trabalho social

Mercadoria é
Alienação
Trabalho, salário,
A danação
A grana diz:
Trabalho sozinho
A fórmula é
D-M-D'

Síntese de muitas determinações
A realidade brasileira é feita de contradições
Mas o grande analista indicou o caminho
Ninguém pode vencer essa luta sozinho
É luta de classes, coração

Tem a novela, meu bem, e tem a Xuxa também
Proselitismo tem no Jornal Nacional
Tem desemprego, meu bem, e tem a dengue também
Desigualdade e tortura federal

No Brasil todo foi
Um ti-ti-ti
Todo mundo pensando
Do Giannotti à Chauí
Mas agora é a hora
Da transformação
O carnaval traz
Nossa revolução

Síntese de muitas determinações
A realidade social é feita de contradições
Mas a árvore não pode esconder o arvoredado
Vem o grande analista revela o segredo
Da acumulação de capital

*O Manifesto falou, o comunista escutou
Tem que seguir o movimento popular
O grande mestre mostrou, a grande escola ensinou
Dizer o samba no pé, se revoltar*

*Lá no Rio, os herdeiros
Da filosofia
Descobriram o pandeiro,
A cuíca, a magia
Mas agora é a hora
Da transformação
O carnaval traz
Nossa revolução*

O Trem Atrasou
Paquito (Francisco da Silva Fárrea Júnior), Estanislav Silva e Artur Vilarinho

*Patrão, o trem atrasou
Por isso estou chegando agora
Trago aqui um memorando da Central
O trem atrasou, meia hora
O senhor não tem razão
Pra me mandar embora!
O senhor tem paciência
É preciso compreender
Sempre fui obediente
Reconheço o meu dever
Um atraso é muito justo
Quando há explicação
Sou um chefe de família
Preciso ganhar meu pão
E eu tenho razão.*

Pedreiro Waldemar
Wilson Batista e Roberto Martins

*Você conhece o pedreiro Valdemar?
Não conhece
Mas eu vou lhe apresentar
De madrugada toma o trem da Circular
Faz tanta casa e não tem casa pra morar.*

*Leva a marmitta embrulhada no jornal
Se tem almoço, nem sempre tem jantar
O Waldemar, que é mestre no ofício,
Constrói um edifício e depois não pode entrar.*

Sorriso negro
Jorge da Portela e Adilson Barbado

*Um sorriso negro, um abraço negro
Traz... felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade (bis)*

*..Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é a solução
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade..
(um sorriso negro!)*

Três apitos
Noel Rosa

*Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
E está interessada
Em fingir que não me vê*

*Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Por que não atende ao grito tão aflito
Da buzina do meu carro?*

*Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você*

*Sou do sereno
Poeta muito soturno
Vou virar guarda noturno
E você sabe porque
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Estes versos pra você*

*Nos meus olhos você vê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você*

Ai, que saudades da Amélia
Ataulfo Alves e Mario Lago

*Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz*

*Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai meu Deus que saudade da Amélia
Aquilo sim que era mulher*

*As vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado dizia
Meu filho o que se há de fazer*

*Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia que era a mulher de verdade*

Emília
Haroldo Lobo e Wilson Batista

*Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar
Que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar
Só existe uma
E sem ela eu não vivo em paz
Emília, Emília, Emília
Não posso mais*

Eu quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar...

*Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café
Não desfazendo das outras, Emília é mulher
Papai do Céu é quem sabe a falta que ela me fez
Emília, Emília, Emília
Não posso mais*

Ensaboa (lamento da lavadeira)
Cartola

Ensaboa mulata, ensaboa
Ensaboa
Tô ensaboando
Ensaboa mulata, ensaboa
Ensaboa
Tô ensaboando
Tô lavando a minha roupa
Lá em casa estão me chamando Dondon
Ensaboa mulata, ensaboa
Ensaboa
Tô ensaboando
Os fio que é meu
Que é meu e que é dela
Rebenta a goela de tanto chorá
O rio tá seco, o sol não vem não
Voltemos pra casa
Chamando Dondon

Maria, Maria
Milton Nascimento e Fernando Brant

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que rí
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria...

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria...

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho, sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

Menino das laranjas
Theo de Barros

*Menino que vai pra feira
Vender sua laranja até se acabar
Filho de mãe solteira
Cuja ignorância tem que sustentar
É madrugada vai sentindo frio
Porque se o cesto não voltar vazio
A mãe já arranja um outro pra laranja
E esse filho vai ter que apanhar*

*Compra laranja
Menino que vai pra feira*

*É madrugada vai sentindo frio
Porque se o cesto não voltar vazio
A mãe arranja outro pra laranja
E esse filho vai ter que apanhar
Compra laranja, laranja, laranja doutô
Ainda dou uma de quebra pro senhor*

*Lá no morro
A gente acorda cedo e é só trabalhar
Comida é pouca e muita roupa
Que a cidade manda pra lavar
De madrugada
Ele menino acorda cedo, tentando encontrar
Um pouco pra poder viver
Até crescer
E a vida melhorar*

*Compra laranja, doutô
Ainda dou uma de quebra pro senhor
Compra laranja, doutô
Ainda dou uma de quebra pro senhor*

Ministério da Economia
Geraldo Pereira e Arnaldo Passos

*Seu Presidente,
Sua Excelência mostrou que é de fato
Agora tudo vai ficar barato
Agora o pobre já pode comer
Seu Presidente,
Pois era isso que o povo queria
O Ministério da Economia
Parece que vai resolver
Seu Presidente
Graças a Deus não vou comer mais gato
Carne de vaca no açougue é mato
Com meu amor eu já posso viver*

*Eu vou buscar
A minha nega pra morar comigo
Porque já vi que não há mais perigo
Ela de fome já não vai morrer
A vida estava tão difícil
Que eu mandei a minha nega bacana
Meter os peitos na cozinha da madame
Em Copacabana
Agora vou buscar a nega
Porque gosto dela pra cachorro
Os gatos é que vão dar gargalhada
De alegria lá no morro*

Mulher valente é minha mãe
João Nogueira

*Mulher valente é minha mãe
Olha, aquela velhinha é de amargar,
Levanta às cinco horas da manhã
E só volta pra cama quando o dia termina.
Nos seus 62 de existência,
Tem quarenta de sofrência,
Mas não é de se encostar.
Ela lava, passa e cozinha
E ainda vê três novelas na televisão.
Minha roupa anda muito certinha
Com essa velhinha eu não fico na mão.*

*Ela me acorda xingando:
"Malandro! Levanta que é hora de ir trabalhar!"
Mas se eu não durmo em casa
Ela fica acordada e começa a chorar...*

Professora
Benedito Lacerda e Jorge Faraj

*Eu a vejo todo dia
Quando o sol mal principia
A cidade a iluminar*

*Eu venho da boemia
E ela vai, quanta ironia
Para a escola trabalhar*

*Louco de amor no seu rastro
Vaga-lume atrás de um astro
Atrás dela eu tomo o trem*

*E no trem das professoras
Em que outras vão, sedutoras
Eu não vejo mais ninguém*

*Essa operária divina
Que lá no subúrbio ensina
As criancinhas a ler*

*Naturalmente condena
Na sua vida serena
O meu modo de viver*

*Condena por que não sabe
Que toda culpa lhe cabe
De eu viver ao Deus dará*

*Menino querendo ser
Para com ela aprender
Novamente o be-a-bá*

Você vai se quiser
Noel Rosa

*Você vai se quiser...
Você vai se quiser...
Não se deve obrigar a trabalhar,
Mas não vai dizer depois
Que você não tem vestido
Que o jantar não dá pra dois*

*Todo cargo masculino
Desde o grande ao pequenino
Hoje em dia é da mulher
E por causa dos palhaços
Ela esquece que tem braços
Nem cozinhar ela quer*

*Os direitos são iguais,
Mas até nos tribunais
A mulher faz o que quer
Cada um que cate o seu
Pois o homem já nasceu
Dando a costela à mulher*

Baralho dois ouro
Domínio público

Ô meu baralho dois ouro (refrão)
Agora vou lhes dizer
(refrão)
mas como eu quero lhes contar
(refrão)
que é pra chamar rapa de pina
(refrão)
ou pipa, picareta e pá
(refrão)

Ô, são sete machado com dezoito caripina
cortando madeira fina pra fazer meu tabuado
fazer meu tabuado, cortando madeira fina
são sete machado com dezoito caripina

Ô meu baralho dois ouro (refrão)
Oi no dia de São José
(refrão)
choveu lá no meu sertão
(refrão)
mas esta chuva foi tão boa
(refrão)
que eu plantei milho e feijão
(refrão)

Quem quiser cantar comigo
oi venha aqui para o salão
eu canto verso de coco
o meu nome é Damião

Boiada cuiabana
Raul Torres

*Vou contar a minha vida do tempo que eu era moço
De uma viagem que eu fiz lá pro sertão do Mato Grosso
Fui buscar uma boiada isto foi no mês de agosto.*

*Meu patrão foi embarcado na linha Sorocabana
Capataz da comitiva era o Juca Flor da Fama
Foi tratado pra trazer uma boiada cuiabana.*

*No baio foi João Negrão, no tordilho Severino
Zé Garcia no alazão, no pampa foi Catarino
A madrinha e o cargueiro quem puxava era um menino.*

*Eu sai de Lambari na minha besta ruana
Só depois de trinta dias que cheguei em Aquidauana
Lá fiquei enamorado de uma malvada baiana.*

*Ao chegar em Campo Grande num cassino eu fui chegando
Uma linda paraguaia na mesa estava jogando
Botei a mão na algibeira, dinheiro estava sobrando.*

*Ela mandou me dizer pra que eu fosse chegando
Eu mandei dizer pra ela vai bebendo eu vou pagando
Eu joguei nove partidas meu dinheiro foi andando.*

Declamado:

*A lua foi se escondendo, vinha rompendo a manhã
Aquela morena faceira trigueira cor de romã
Soluçando me dizia,
Mutchacho leva-me contigo que te darei toda a minha alma,
Todo meu amor, todo meu carinho, toda minha vida
Os boiadeiros no rancho estavam prontos pra partida
Numa roseira cheirosa os passarinhos cantavam
Minha besta ruana parece que adivinhava
Que eu sozinho não partia, meu amor me acompanhava.*

Cantado:

*Eu parti de Campo Grande com a boiada cuiabana
Meu amor veio na anca da minha besta ruana
Hoje eu tenho quem me alegra na minha velha choupana.*

Funeral de um lavrador
Chico Buarque/ João Cabral de Melo Neto

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida. (bis)
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio. (bis)
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida.
É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estás mais ancho que estavas no mundo. (bis)
É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo. (bis)
É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca. (bis)
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida.
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca.*

O rancho da goiabada
João Bosco e Aldir Blanc

*Os bóias-frias quando tomam umas birita
Espantando a tristeza
Sonham com bife-a-cavalo, batata-frita
E a sobremesa*

*É goiabada-cascão com muito queijo
Depois café, cigarro e um beijo
De uma mulata chamada Leonor ou Dagmar.*

*Amar
O rádio-de-pilha, o fogão-jacaré, a marmita, o domingo no bar
Onde tantos iguais se reúnem contando mentiras
Pra poder suportar.*

*Ai, são pais-de-santo, paus-de-arara, são passistas
São flagelados, são pingentes, balconistas
Palhaços, marcianos, canibais, lírios, pirados
Dançando dormindo de olhos abertos à sombra da alegoria
Dos faraós embalsamados.*

Sai preguiça
Maria Celeste da Silva

*A danada da preguiça pode ser uma doencinha.
Que pega nos adultos e também nas criancinhas.
Dá uma moleza só querendo espreguiçar.
E só de falar nela dá vontade de deitar.*

*Sai preguiça!
Vai te catar!
Sai preguiça!
Aqui não tem lugar!
Sai preguiça!
Comigo não tem vez!
Sai preguiça!
Vai pegar outro freguês!
Tique-tique-tique-tique-tique-tiquetá
Sai preguiça
Eu preciso trabalhar!
(3 vezes)
Tique-tique-tique-tique-tique-tiquetá
Sai preguiça!*

Vozes da seca
Luiz Gonzaga e Zé Dantas:

*Seu doutor os nordestinos
têm muita gratidão
pelo auxílio dos sulistas
nessa seca do sertão.
Mas doutor uma esmola
a um homem que é são
ou lhe mata de vergonha
ou vicia o cidadão.*

*É por isso que pedimos
proteção a vosmecê
homem por nós escolhido
para as rédeas do poder.
Pois doutor dos vinte estados
temos oito sem chover
veja bem, quase a metade
do Brasil está sem comer.*

*Dê serviço a nosso povo,
encha os rio de barragem
Dê comida a preço bom,
não esqueça a açudagem.
Livre assim nós da esmola,
que no fim dessa estiagem
lhe pagamos até os juros
sem gastar nossa coragem.*

*Se o doutor fizer assim
salva o povo do sertão
quando um dia a chuva vim,
que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca,
vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso destino mercê
tem nas vossas mãos.*

Samarica parteira Zé Dantas e Luiz Gonzaga

- Oi sertão!
- Ooi!
- Sertão d' Capitão Barbino! Sertão dos caba valente...
- Tá falando com ele!...
- ...e dos caba frouxo também.
-...já num tô dento.
- Há, há, há... [risos]
- sertão das mulhé bonita...
- ôopa
- ...e dos caba fei' também ha, ha
- ...há, há, há... [risos]

- Lula!
- Pronto patrão.
- Monte na bestinha melada e risque. Vá ligeiro buscar Samarica parteira que Juvita já tá com dô de menino.

Ah, menino! Quando eu já ia riscando, Capitão Barbino ainda deu a última instrução:

- Olha, Lula, vou cuspi no chão, hein?! Tu tem que vortá antes do cuspe secá!
Foi a maior carreira que eu dei na minha vida. A eguinha tava miada.

Piriri piriri piriri piriri piriri piriri
Uma cancela: nheeeim ... pá...
Piriri piriri piriri piriri piriri piriri
outra cancela: nheeeim... pá!
Piriri piriri piriri pir... êpa !
Cancela como o diabo nesse sertão: nheeeim... pá!
Piriri piriri piriri piriri
Um lajedo: patatac patatac patatac patatac patatac . Saí por fora !
Piriri piriri piriri piriri piriri piriri piriri
Uma lagoa, lagoão: bluu bluu, oi oi, kik' k' - a saparia tava cantando.

Aha! Ah menino! Na velocidade que eu vinha essa égua deu uma freada tão danada na beirada dessa lagoa, minha cabeça foi junto com a dela!... e o sapo gritou lá de dentro d'água:
- ói, ói, ói ele agora quaje cai!

... Sapequei a espora pro suvaco no vazi' dessa égua, ela se jogou n'água parecia uma jangada cearense: [bluu bluu, oi oi, kik' k'] Tchi, tchi, tchi.

Saí por fora.

Piriri piriri piriri piriri piriri piriri piriri
Outra cancela: nheeeim... pá!
piriri piriri piriri piriri piriri piriri

Um rancho, rancho de pobe...
- Au au!
Cachorro de pobe, cachorro de pobe late fino...
- Tá me estranhan'o cruvina?
Era cruvina mermo. Balanço o rabo. Não sei porque cachorro de pobe tem sempre nome de peixe: é cruvina, traíra, piaba, matrinxã, baleia, piranha.
Há! Maquinho mas caçadozinh' como o diabo!

Cachorro de rico é goordo, num caça nada, rabo grosso, só vive dormindo. Há há ... num presta prá nada, só presta prá bufar, agora o nome é bonito: é white, flike, rex, whisky, jumm.

Há! Cachorro de pobe é ximbica!

- Samarica, ooooh, Samarica parteeeeeira!

Qual o quê, aquelas hora no sertão, meu fi', só responde s'a gente dê o prefixo:

- Louvado seja nosso senhor J'us Cristo!

- Para sempre seja Deus louvado.

- Samarica, é Lula... Capitão Barbino mandou vê a senhora que Dona Juvita já tá com dô de menino.

- Essas hora, Lula?

- Nesse instante, Capitão Barbino cuspiu no chão, eu tem que vortá antes do cuspe secá.

Peguei o cavalo véi de Samarica que comia no murturo. Todo cavalo de parteira é danado prá comer no murturo, não sei porque. Botei a cela no lombo desse cavalo e acochei a cia peguei a véia joguei em riba, quase que ela imbica p'outa banda.

- Vamos s'imbora Samarica que eu tô avexado!

- Vamo fazê um negócio Lula? Meu cavalin' é mago, sua equinha é gorda, eu vou na frente.

- Que é que há Samarica, prá gente num chegá hoje? Já viu cavalo andar na frente de égua, Samarica? Vamo s'imbora que eu tô avexado!!

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá!

Piriri tic tic piriri tic tic
bluu oi oi bluu oi, uu, uu

- ói, ói, ói ele já voltoooooou!

Saí por fora.

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic piriri
tic tic

Patateco teco teco, patateco teco
teco, patateco teco teco

Saí por fora da pedreira

Piriri piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá !

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá !

Piriri tic tic piriri tic tic piriri tic tic
nheeeim... pá!

Piriri piriri tic tic piriri tic tic

- Uu uu.

- Tá me estranhando, Nero? Capitão Barbino, Samarica chegou.

- Samarica chegou!!

Samarica sartou do cavalo véi embaixo, cumprimentou o Capitão, entrou prá camarinha, vestiu o vestido verde e amarelo, padrão nacioná, amarrou a cabeça c'um pano e foi dando as instruções:

- Acende um incenso. Boa noite, D. Juvita.

- Ai, Samarica, que dô !

- É assim mermo, minha fi'a, aproveite a dô. Chama as muié dessa casa, p'a rezá a oração de São Reimundo, que esse cristão vem ao mundo nesse instante. B'a noite, cumade Tota.

- B'a noite, Samarica.

- B'a noite, cumade Gerolina.

- B'a noite, Samarica.

- B'a noite, cumade Toinha.

- B'a noite, Samarica.

- B'a noite, cumade Zefa.

- B'a noite, Samarica.

- Vosmecês sabe a oração de São Reimundo?

- Nós sabe.

- Ah Sabe, né? Pois vão rezando aí, já viu??

[vozes rezando]

- Capitão Barbiino! Capitão Barbino tem fumo de Arapiraca? Me dê uma capinha pr' ela mastigar. Pegue D. Juvita, mastigue essa capinha de fumo e não se incomode. É do bom! Aguenta nas oração, muié! [vozes rezando] Mastiga o fumo, D. Juvita... Capitão Barbino, tem cebola do Cabrobró?

- Ai Samarica! Cebola não, que eu espirro.

- Pois é prá espirrar mesmo minha fi'a, ajuda.

- Ui.

- Aproveite a dor, minha fi'a. Aguenta nas oração, muié. [vozes rezando] Mastigue o fumo D. Juvita.

- Capitão Barbiino, bote uma faca fria na ponta do dedão do pé dela, bote. Mastigue o fumo, D. Juvita. Aguenta nas oração, muié. [vozes rezando alto].

- Ai Samarica, se eu soubesse que era assim, eu num tinha casado com o diabo desse véi macho.

- Pois é assim merm' minha fi'a, vosmecê casou com o vein' pensando que ela num era de nada? Agora cumpra seu dever, minha fi'a. Desde que o mundo é muundo, que a muié tem que passar por esse pedacinh'. Ai, que saudade! Aguenta nas oração, muié! [vozes rezando alto]. Mastigue o fumo, D. Juvita.

- Ai, que dô!

- Aproveite a dô, minha fi'a. Dê uma garrafa pr' ela soprá, dê. Ô, muié, hein? Essa é a oração de S. Reimundo, mermo?

- É..é [muitas vozes].

- Vosmecês num sabe outra oração?

- Nós num sabe... [muitas vozes].

- Uma oração mais forte que essa, vocês num têm?

- *Tem não, tem não, essa é boa*
[muitas vozes]

- *Pois deixe comigo, deixe comigo, eu vou rezar uma oração aqui, que se ele num nascer, ele num tá nem cum diabo de num nascer: "Sant' Antoin pequenino, mansadô de burro brabo, fazei nascer esse menino, com mil e seiscentos diabo!"*

[choro de criança]

- *Nasceu e é menino homem!*

- *E é macho!*

- *Ah, se é menino homem, olha se é? Venha vê os documento dele! E essa voz!*

Capitão Barbino foi lá detrás da porta, pegou o bacamarte que tava guardado há mais de oito dia, chegou no terreiro, destambocou no oco do mundo, deu um tiro tão danado, que lascou o cano. Samarica dixe:

- *Lascou, Capitão?*

- *Lascou, Samarica. É mas em redor de sete légua, não tem fi' duma égua que num tenha escutado. Prepare aí a meladinha, ah, prepare a meladinha, que o nome do menino... é Basti*

Lenço no pescoço
Wilson Batista

*Meu chapéu do lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso
Eu passo gingando
Provoco e desafio
Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio.*

*Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no misere
Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver quem tem razão*

*E eles tocam
E você canta
E eu não dou*

O bonde São Januário
Wilson Batista e Aaulfo Alves

*Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar*

*Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não da camisa a ninguém.
Passe bem!*

O que será de mim?

Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves

*Se eu precisar algum dia
De ir pro batente
Não sei o que será
Pois vivo na malandragem
E vida melhor não há
Minha malandragem é fina
Não desfazendo de ninguém
Deus é quem nos dá a sina
E o valor dá-se a quem tem
Também dou a minha bola
Golpe errado ainda não dei
Eu vou chamar Chico Viola
Que no samba ele é rei
Dá licença seu Mário*

*Oi, não há vida melhor
Que vida melhor não há
Deixa falar quem quiser
Deixa quem quiser falar
O trabalho não é bom
Ninguém pode duvidar*

*Oi, trabalhar só obrigado
Por gosto ninguém vai lá*

Rapaz folgado

Noel Rosa

*Deixa de arrastar o teu tamanco
Pois tamanco nunca foi sandália
E tira do pescoço o lenço branco
Compra sapato e gravata
Joga fora esta navalha que te atrapalha.*

*Com chapéu do lado deste rata
Da polícia quero que escapes
Fazendo um samba-canção
Já te dei papel e lápis
Arranja um amor e um violão.*

*Malandro é palavra derrotista
Que só serve pra tirar
Todo o valor do sambista
Proponho ao povo civilizado
Não te chamar de malandro
E sim de rapaz folgado.*

A vacina obrigatória

(autor desconhecido – 1904)

*Anda o povo acelerado com horror à palmatória
Por causa dessa lambança da vacina obrigatória
Os manatas da sabença estão teimando desta vez
Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês*

*E os doutores da higiene vão deitando logo a mão
Sem saber se o sujeito quer levar o ferro ou não
Seja moço ou seja velho, ou mulatinha que tem visgo
Homem sério, tudo, tudo leva ferro, que é servido.*

*Bem no braço do Zé povo, chega um tipo e logo vai
Enfiando aquele troço, a lanceta e tudo o mais
Mas a lei manda que o povo e o coitado do freguês
Vá gemendo na vacina ou então vá pro xadrez*

*Contam um caso sucedido que o negócio tudo logra
O doutor foi lá em casa vacinar a minha sogra
A velha como uma bicha teve um riso contrafeito
E peitou com o doutor bem na cara do sujeito*

*E quando o ferro foi entrando fez a velha uma careta
Teve mesmo um chilique eu vi a coisa preta
Mas eu disse pro doutor: vá furando até o cabo
Que a senhora minha sogra é levada dos diabos*

*Tem um casal de namorados que eu conheço a triste sina
Houve forte rebuliço só por causa da vacina
A moça que era inocente e um pouquinho adiantada
Quando foi para pretoria já estava vacinada*

*Eu não vou nesse arrastão sem fazer o meu barulho
Os doutores da ciência terão mesmo que ir no embrulho
Não embarco na canoa que a vacina me persegue
Vão meter ferro no boi ou nos diabos que os carregue.*

Acender as velas
Zé Kéti

*Acender as velas
Já é profissão
Quando não tem samba
Tem desilusão
É mais um coração
Que deixa de bater
Um anjo vai pro céu
Deus me perdoe
Mas vou dizer
O doutor chegou tarde demais
Porque no morro
Não tem automóvel pra subir
Não tem telefone pra chamar
E não tem beleza pra se ver
E a gente morre sem querer morrer*

Ao meu amigo Edgar

Composição: Noel Rosa, musicada por João Nogueira

*Já apresento melhoras
Pois levanto muito cedo
E deitar às nove horas
Pra mim já é um brinquedo
A injeção me tortura
E muito medo 'me mete'
Mas minha temperatura
Não passa de 37*

*Nessas balanças mineiras
De variados estilos
'Trepei' de varias maneiras
E pesei 50 quilos*

*Deu resultado comum
O meu exame de urina
Meu sangue 91
Por cento de hemoglobina*

*Creio que fiz muito mal
Em desprezar o cigarro
Pois não há material
Pro meu exame de escarro
Até agora só isto
Para o bem dos meus pulmões
E nem brincando desisto
De seguir as instruções*

*Que o meu amigo Edgard
Arranque desse papel
O abraço que vai mandar
O seu amigo Noel*

*P.S:
Muito obrigado ao Noel
E' grande satisfação
Ter um parceiro no Céu
Quem fala aqui é o João.*

Chiquinho Azevedo
Gilberto Gil

*Chiquinho Azevedo
Garoto de Ipanema
Já salvou um menino
Na Praia, no Recife
Nesse dia Momó também estava com a gente*

*Levou-se o menino
Pra uma clínica em frente
E o médico não quis
Vir atender a gente
Nessa hora nosso sangue ficou bem quente*

*Menino morrendo
Era aquela agonia
E o doutor só queria
Mediante dinheiro
Nessa hora vi quanto o mundo está doente*

*Discutiu-se muito
Ameaçou-se briga
Doze litros de água
Tiraram da barriga
Do menino que sobreviveu finalmente*

*Muita gente me pergunta
Se essa estória aconteceu
Aconteceu minha gente
Quem está contando sou eu
Aconteceu e acontece
Todo dia por aí
Aconteceu e acontece
Que esse mundo é mesmo assim*

*Chiquinho Azevedo
Teve muita coragem
Lá na Boa Viagem
Na praia, no Recife*

Cineangiocoronariografia

Alcyr Pires Vermelho, Manuel B. Lois e Pedro Caetano

*Cineangiocoronariografia,
O moderno exame de cardiologia,
Quem é rico vai fazer lá nos "Istêitis".
Quem é pobre faz aqui de qualquer "jeitis".
Executivos! "soçaitis"!
Vão a Cleveland! All right!
Mas o pobre Zebedeu,
Que nem eu como padece,
Vai mesmo de INPS!*

Ciranda da bailarina

Edu Lobo e Chico Buarque

*Procurando bem
Todo mundo tem pereba
Marca de bexiga ou vacina
E tem piriri, tem lombriga, tem ameoba
Só a bailarina que não tem
E não tem coceira
Berruga nem frieira
Nem falta de maneira
Ela não tem*

*Futucando bem
Todo mundo tem piolho
Ou tem cheiro de creolina
Todo mundo tem
Um irmão meio zanolho
Só a bailarina que não tem
Nem unha encardida
Nem dente com comida
Nem casca de ferida
Ela não tem*

*Não livra ninguém
Todo mundo tem remela
Quando acorda às seis da matina
Teve escarlatina
Ou tem febre amarela
Só a bailarina que não tem
Medo de subir, gente
Medo de cair, gente
Medo de vertigem
Quem não tem*

Rato, rato

Casemiro Rocha e Claudino Manuel Costa

*Rato, rato, rato
Por que motivo tu roeste meu baú?
Rato, rato, rato
Audacioso e malfazejo gabiru.
Rato, rato, rato
Eu hei de ver ainda o teu dia final
A ratoeira te persiga e consiga,
Satisfazer meu ideal.*

*Quem te inventou?
Foi o diabo, não foi outro, podes crer.
Quem te gerou?
Foi uma sogra pouco antes de morrer!
Quem te criou?
Foi a vingança, penso eu
Rato, rato, rato, rato
Emissário do judeu*

*Quando a ratoeira te pegar,
Monstro covarde, não me venhas
A gritar, por favor.
Rato velho, descarado, roedor
Rato velho, como tu faz horror!
Nada valerá o teu qüim-qüim,
Tu morrerás e não terá que chore por ti,
Vou provar-te que sou mau
Meu tostão é garantido
Não te solto nem a pau.*

Fotos e imagens

Apresentação

O acervo aqui apresentado é composto, fundamentalmente, de uma seleção de fotografias a partir dos trabalhos da fotógrafa Mariza Almeida.

Os registros fotográficos de Mariza Almeida tiveram início no contexto efervescente de fins dos anos 1970 e início dos 1980, quando temas relativos à saúde dos trabalhadores adquiriram destaque, a partir das lutas dos trabalhadores e do processo de redemocratização do país. As fotografias assinalam entre outras a participação de compositores da música popular nessas lutas, a exemplo do “Movimento pela Anistia” e pela “Constituinte”. Como diz Milton Nascimento, *todo artista tem de ir aonde o povo está*. Um destaque especial nos registros de Mariza: as fotografias no âmbito da pesquisa multidisciplinar realizada sobre condições de trabalho e saúde dos trabalhadores em uma fábrica metalúrgica, situada na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa, com aporte fotográfico, integrou o conjunto de ações que, posteriormente, desencadeou, em 1985, o projeto de implantação do Centro de Estudos da Saúde Trabalhador e Ecologia Humana – CESTEHL, na Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

Integra também o acervo, fotografias de Eduardo Navarro Stotz, registros realizados em suas atividades de pesquisa, aqui destacada as relações trabalho, saúde e ambiente entre os trabalhadores rurais.

Complementa o acervo alguns trabalhos do fotógrafo Peter Illiciev, cedidos pelo banco de imagens “Fiocruz Multimagens”, com registros de atividades de trabalho no âmbito da produção de vacinas e medicamentos, além de algumas imagens e fotografias avulsas de outros pesquisadores ou Instituição, todas devidamente identificadas.

O acervo registra diferentes situações de trabalho e saúde no contexto urbano e rural. As fotografias e imagens estão agrupadas com base nos temas elegidos neste projeto: Processo de trabalho; Mulher e trabalho; Trabalho rural; Trabalho, profissão: a música popular brasileira; e Saúde Pública. Optamos aqui por inserir, adicionalmente, destacado dos demais, um conjunto de fotografias com o tema Trabalho infantil.

Enfim, é possível perceber, em especial a partir da contribuição das fotografias de Mariza Almeida e Eduardo Stotz, a relevância das imagens tanto no sentido de ilustrar projetos de pesquisa e de intervenção em saúde dos trabalhadores (entre outros), quanto – de forma similar a música popular brasileira – reforçar a possibilidade de a fotografia proporcionar problemas e questões para investigação em trabalho e saúde.

Esperamos que o acervo, além de ilustrar, auxilie a aprofundar e/ou suscitar questões relevantes a saúde dos trabalhadores, entre as quais, a própria relação entre trabalho, saúde e a música popular brasileira.